



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE ARTE E CULTURA - ICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ISABELLE AZEVEDO FERREIRA

**RESISTÊNCIA E PROJETO: O AMBIENTALISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

FORTALEZA

2014

ISABELLE AZEVEDO FERREIRA

**RESISTÊNCIA E PROJETO: O AMBIENTALISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e Práticas socioculturais.

Orientador: Prof. Dra. Márcia Vidal Nunes.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

F446r Ferreira, Isabelle Azevedo

Resistência e projeto: o ambientalismo na construção da identidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra / Isabelle Azevedo Ferreira. – 2014.

142 f. ; 31 cm.

Mestrado (dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

1. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. 2. Redes de relações sociais. 3. Trabalhadores rurais. I. Título.

CDD 303.484

ISABELLE AZEVEDO FERREIRA

**RESISTÊNCIA E PROJETO: O AMBIENTALISMO NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e Práticas socioculturais.

Orientador: Prof. Dra. Márcia Vidal Nunes.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcia Vidal Nunes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Prof. Dra. Círcia Maria Krohling Peruzzo
Universidade Metodista de São Paulo

A Deus.

Aos meus pais, irmãs, amigos e amigas.

AGRADECIMENTO

À Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

À minha orientadora, professora Márcia Vidal, pela parceria que vem desde a graduação, pela confiança, paciência e grandes contribuições a esta pesquisa.

À professora Catarina de Oliveira, pela coorientação não oficializada e que resultou em uma cooperação valiosa a este trabalho.

A todos os professores do PPGCOM-UFC que tornaram os caminhos da pesquisa mais reflexivos e cheios de sabedoria.

Ao professor Valdir Morigi (UFRGS), pela participação na banca de qualificação. E ao professor Tadeu Feitosa (UFC), avaliador no seminário interno do mestrado.

À turma do mestrado de 2012, pelas alegrias e tristezas compartilhadas entre textos, artigos e, vez por outra, tardes de cerveja e desabafo. Em especial, a minha querida amiga Márcia Ximenes.

À minha família, pelo incentivo, confiança e pela compreensão da importância desse momento em minha vida e pelos momentos de ausência quando era necessário.

Aos amigos e amigas de militância política pela solidariedade e compreensão no afastamento das tarefas.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida por tornar esta pesquisa possível e oportuna. Espero que seja uma grande contribuição a estes lutadores e lutadoras.

A todos e todas meu muito obrigada que tornaram possível esta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa faz uma reflexão sobre a constituição de um ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando a incorporação do meio ambiente no projeto político do movimento e a existência de uma série de mudanças nas formas de articulação e mobilização dos movimentos sociais nas últimas décadas, que tem possibilitado novos aspectos para a cidadania e a constituição de novas identidades políticas e de valores para os movimentos (SHERER-WARREN, 2012). Desta forma, o objetivo principal é investigar a construção da identidade (BOGO, 2010; HALL, 2006; CASTELLS, 1999) do projeto político ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra através da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida. Queremos ainda, de maneira específica, identificar e analisar os elementos que constituem o ambientalismo no MST (LEIS, 2004; VIGNATTI, 2005; COSTA NETO, CANROBERT E CANAVESI, 2002; BORGES, 2007; NEGRI, 2005; MENDONÇA, 2010), analisar a mobilização ambiental do MST no espaço público (HABERMAS, 1984; GOMES, 2008), investigar como a Campanha Permanente contra o agrotóxico e pela vida dá visibilidade a agenda ambiental (MAIA, 2008; THOMPSON, 2008). Para investigar a construção destes processos, esta pesquisa será desenvolvida em três fases: pesquisa bibliográfica, análise documental (SILVA *et al*, 2009) e análise de conteúdo (FONSECA, 2011; Bardin, 1998). Desta forma, o trabalho está centrado na análise da comunicação desenvolvida pelo MST e da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida, porque entendemos que esta campanha é a fase mais recente deste ambientalismo, na qual diversos movimentos rurais uniram-se a outras organizações para combater o uso indiscriminado de agrotóxico no campo, o agronegócio e apresentar uma alternativa ambiental ao campo. Entendemos que essa construção e atuação em rede de movimentos sociais é uma das características deste ambientalismo. Os resultados do projeto constatarem que o ambientalismo no MST se desenvolve a partir de três pontos importantes: as Redes de Movimentos Sociais, a visibilidade e a cidadania comunicativa.

Palavras-chave: Ambientalismo. MST. Redes de Movimentos Sociais. Identidade. Visibilidade.

ABSTRACT

This research reflects on the establishment of an environmentalism in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considering the incorporation of the environment in the political movement design and the existence of a number of changes in the forms of articulation and mobilization of social movements in recent decades, which has enabled new ways for citizenship and the creation of new political identities and values for the movements (SHERER-WARREN, 2012). Thus, the main objective is to investigate the construction of identity (BOGO, 2010; HALL, 2006; CASTELLS, 1999) Environmental political project in the Landless Workers' Movement through the Permanent Campaign Against Pesticides and for Life. We would also, specifically, identifying and analyzing the elements of environmentalism in MST (LAWS, 2004; VIGNATTI, 2005; COSTA NETO, CANROBERT and CANAVESI, 2002; BORGES, 2007; NEGRI, 2005; MENDONÇA, 2010), review environmental mobilization of the MST in the public sphere (HABERMAS, 1984; GOMES, 2008), investigating how the Permanent Campaign against pesticides and life gives visibility to environmental agenda (MAIA, 2008; THOMPSON, 2008). To investigate the construction of these processes, this research will be developed in three phases: literature review, document analysis (Silva et al, 2009) and content analysis (FONSECA, 2011; Bardin, 1998). In this way, the work is focused on the analysis of communication developed by the MST and the Permanent Campaign Against Pesticides and for Life, because we understand that this campaign is the latest phase of environmentalism, in which many rural movements have joined other organizations to combat the indiscriminate use of pesticides in the field, agribusiness and present an alternative to the field. We understand that construction and operation in network of social movements is one of the features of this environmentalism. The results of the project Realize that environmentalism in MST develops from three important points: the Network of Social Movements, visibility and communicative citizenship.

Keywords: Environmentalism. MST. Networks Social Movements. Identity. Visibility

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Movimentos Sociais mais importantes no Brasil, segundo diversos Fóruns da Sociedade Civil. 60
- Figura 2 – Cartaz da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida 112
- Figura 3 - Matéria rebate acusação da revista Veja no uso de termos como agrotóxicos 119

LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Comparativo entre os congressos do MST realizados nos anos 2000 e 2007	52
Quadro 2 - Principais temas e enfoques com relação à questão ambiental	11
	6
Quadro 3 - Expressões usadas junto ao termo agroecologia	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
CEDEM-UNESP	Centro de Educação e Memória da Universidade Estadual Paulista
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
Concrab	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
Foei	Friends of the Earth International
FLN	Força de Libertação Nacional
FSM	Fórum Social Mundial
IFCE	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação)
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAP	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSR	Movimento Social Rural
NMS	Novos Movimentos Sociais
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
TGA	Tecnologia em Gestão Ambiental
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
VUNC	Valor, unidade, números e comprometimento
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE O AMBIENTALISMO E A RURALIDADE	21
2.1	A racionalidade e o caminho para a politização da natureza	22
2.2	O surgimento do movimento ambientalista: complexidade de atores e a dificuldade da participação do rural	29
2.3	MST: em busca de uma sustentabilidade no campo	39
<i>2.3.1</i>	<i>Antecedentes do debate ambiental</i>	<i>41</i>
<i>2.3.2</i>	<i>O ambiental nos anos 2000</i>	<i>48</i>
2.4	As Redes de Movimentos Sociais: transversalidade ambiental e a ampliação do diálogo do MST com a sociedade	57
3	IDENTIDADE FORJADA NA LUTA: TEMPOS DE RESISTÊNCIA, PROJETO E VISIBILIDADE POLÍTICA	63
3.1	Identities: da resistência ao projeto político	67
3.2	Identidade e cidadania	80
3.3	Comunicação, estratégia política e visibilidade	84
<i>3.3.1</i>	<i>As estratégias de comunicação do MST no espaço público</i>	<i>90</i>
4	CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA: O AMBIENTALISMO NA PRÁTICA	105
4.1	Organizar a luta	106
4.2	Escolhas da Pesquisa: questão de método	114

4.2.1	A análise do material	115
<i>4.2.1.1</i>	<i>Resistência e visibilidade</i>	116
<i>4.2.1.2</i>	<i>Criar agendas</i>	122
<i>4.2.1.2</i>	<i>Conquistar o espaço público, avançar na cidadania</i>	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS PARA PENSAR O MEIO AMBIENTE	126
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende fazer uma reflexão sobre a constituição de um ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando a incorporação do meio ambiente no projeto político do movimento e a existência de uma série de mudanças nas formas de articulação e mobilização dos movimentos sociais nas últimas décadas, que tem possibilitado novos aspectos para a cidadania e a constituição de novas identidades políticas e de valores para os movimentos (SHERER-WARREN, 2012).

Desta forma, o objetivo principal da pesquisa é investigar a construção da identidade do projeto político ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra através da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida. Queremos ainda, de maneira específica, analisar a mobilização ambiental do MST no espaço público e investigar como a Campanha Permanente contra o agrotóxico e pela vida dá visibilidade a agenda ambiental.

Na última década, o meio ambiente assumiu novas proporções dentro do movimento, à medida que o agronegócio passou a dominar as relações entre ambiente, trabalho e economia, instaurando um modelo agrícola com forte atuação de empresas estrangeiras sobre o domínio das propriedades, competitivo, concentrador de terra e altamente danoso ao meio ambiente. Neste cenário, as campanhas de Comunicação tornam-se elementos estratégicos, para questionar o processo de globalização que avança, intensamente, sobre o território rural e que amplia a racionalidade econômica e produtiva sobre o meio ambiente.

Para investigar a construção destes processos, esta pesquisa será desenvolvida em duas fases: análise documental e análise de conteúdo. Desta forma, o trabalho está centrado na análise da Comunicação desenvolvida pelo MST e da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida.

Apresentamos, de forma breve, nosso percurso e as inquietações que nos levaram a traçar o objeto, os objetivos e as reflexões desta pesquisa. A dissertação está dividida em três capítulos nos quais apresentamos nosso objeto discutido a partir das relações entre as categorias ambientalismo, identidade, cidadania e visibilidade midiática.

Para atender ao objetivo central desta pesquisa, é importante ressaltar que o início da construção do objeto não parte do objeto em si, mas de questões em que o meio ambiente é o centro de disputas políticas e ideológicas, tendo a Comunicação como uma forte mediadora deste processo. É evidente que, ao longo do processo, o objeto ampliou as questões a serem

discutidas e problematizou outras que contribuíram, para delimitar a pesquisa e sua abordagem. Peço licença aos leitores, para reportar o texto em primeira pessoa do singular quando falar da experiência pessoal.

O meio ambiente faz parte da minha vida como eu faço parte dele. A afirmação anterior não é um exagero da minha parte. Filha de pai ambientalista que atuou em ONGs (Organização Não-Governamental), a problemática ambiental esteve presente muito cedo em minha vida. Desde antes de qualquer tipo de militância política ou de explorá-la em uma atuação acadêmica, as discussões já eram travadas no cotidiano da família.

O ambiente familiar influenciou a escolha profissional. Primeiramente, com a formação em Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA), pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE); e, em seguida, em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desenvolvi boa parte dos cursos de forma paralela, até dedicar-me, por completo, ao curso de Comunicação, de forma não apenas acadêmica, mas, também, enquanto escolha profissional.

Como iniciei primeiramente o curso de TGA, isto contribuiu para que eu trouxesse muitas das reflexões da gestão ambiental para a Comunicação. Aos poucos, fui descobrindo uma extensa rede de comunicadores ambientais e, ainda, de pesquisadores, cujo objetivo era investigar sobre o jornalismo ambiental. Com isso, voltei-me para a pesquisa nesta área.

O resultado da minha pesquisa foi apresentado, ao final do curso, com a monografia sobre as transformações na cidadania a partir do jornalismo ambiental. Para tanto, realizei uma análise de seis edições do programa Cidades e Soluções, exibido no canal a cabo Globo News. Procurei observar, através da análise de conteúdo, os elementos que possibilitavam a construção desse novo tipo de cidadania. A pesquisa realizada me possibilitou uma maior aproximação com o conceito de cidadania e com conceitos e temas que se relacionam à cidadania como são os conceitos de identidade e da constituição do movimento ambientalista.

Quando pensei na possibilidade de ingressar no mestrado, o desafio era pesquisar a Comunicação e as relações com a questão ambiental, tendo o MST como objeto de pesquisa. Instigava-me a possibilidade de compreender melhor a relação do ambientalismo com as classes populares. Durante os anos 1980 e 1990, predominou nos estudos sobre a composição do movimento ambientalista a perspectiva de que este era formado por diversos setores da sociedade (VIOLA, 1987), mas composto basicamente por uma classe média (VIOLA e BOEIRA, 1990), no qual não se levavam em conta as dimensões socioeconômicas do problema ambiental (JACOBI, 2000). Embora, as pesquisas retratassem o ambientalismo nos

anos 1980 e 1990, eu percebia que havia ainda uma herança disso no ambientalismo atual, uma vez que o discurso ambiental não conseguia atingir às classes populares.

E o que estamos aqui considerando como ambientalismo? Adiante, faremos uma longa explicação sobre o tema. De forma breve, explicamos que Leis e D'Amato (1994) consideram a existência de três perspectivas para a abordagem do ambientalismo. De acordo com a primeira perspectiva, o ambientalismo seria um grupo interno ao sistema político, que prega a ideia da conservação, sem questionar as transformações da sociedade. Esta abordagem é muito utilizada nos Estados Unidos onde se presumia que a perspectiva conservacionista não influenciaria a organização da sociedade (LEIS, 2004)

Para a construção do projeto do mestrado, minha primeira ideia foi verificar se o movimento produzia algum material radiofônico sobre o tema meio ambiente nas rádios do MST, já que o rádio é um elemento muito forte no Movimento. Uma vez, tinha ouvido um aluno do curso de graduação em Jornalismo da Terra da UFC comentar sobre uma rádio, no Maranhão, que havia feito um programa sobre meio ambiente. Passei um e-mail para o aluno, que me respondeu informando que a ênfase do programa era, na verdade, sobre Direitos Humanos e que o tema foi abordado de forma muito tímida. Na verdade, ele lembrava apenas da veiculação de um único programa de rádio sobre meio ambiente. Tentei, ainda, verificar essa possibilidade em outros Estados. As duas rádios que me haviam indicado como contato também não tinham programas ligados ao tema.

Também tentei verificar como a questão ambiental era abordada pelo MST no Ceará. Marquei uma entrevista com Antônia Ivoneide Melo Silva, a Neném, coordenadora do setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST no Estado. Durante a entrevista, Neném contou-me um pouco da relação do MST com a questão ambiental. Segundo ela, até os anos 2000, o movimento não tinha a questão ambiental como prioritária entre suas bandeiras de luta, uma vez que a centralidade da luta estava na implantação da reforma agrária. A questão ambiental só ganharia espaço no ano 2000, durante a realização do 4º Congresso Nacional do Movimento. Esta mudança significativa aconteceu bem no período em que começava a surgir e a ser introduzida na agricultura as sementes Transgênicas¹, no qual já se previa um fortalecimento do agronegócio no país.

Ainda sobre a entrevista com a dirigente do MST, Neném contou-me que um outro marco para o Movimento ocorreu em 2006. A questão ambiental ganhou destaque nacional

¹ Os transgênicos, ou organismos geneticamente modificados (OGM), são organismos que possuem material genético de outros organismos. No caso da agricultura, a modificação das sementes ocorre para criar mais resistência a insetos e pragas. A introdução dos transgênicos na natureza é questionável, devido a possibilidade de alteração espontânea do patrimônio genético natural.

com a campanha das mulheres da Via Campesina contra o capitalismo. Por todo o Brasil, as agricultoras transformaram o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, num grande ato contra a permissão da comercialização de milho transgênico pelo governo brasileiro à Bayer e à Monsanto, contra os desertos verdes², e aos diversos problemas ambientais enfrentados nas regiões do país. Contudo, a ação mais marcante foi a ocupação das instalações da Aracruz Celulose, empresa produtora de celulose, em Barra do Ribeiro, a 56 km de Porto Alegre.

Neném informou-me, também, que o MST-Ceará desenvolvia algumas atividades de agricultura ecológica em seus assentamentos. Como exemplo, citou o assentamento Novo Horizonte e o Assentamento Novo Mulugu³, ambos próximo a Tururu, cidade a 109 km de Fortaleza. O lugar desenvolve a plantação a partir da técnica da Mandala, no qual diversas espécies de alimentos são plantadas de forma circular. A variedade de cultura atrai insetos polinizadores e controladores de pragas. A forma circular facilita ainda a adubação do solo e um melhor aproveitamento da irrigação.

Após a entrevista, procurei referências do que eu havia conversado com ela nos documentos e no site⁴ do MST e fui observando que, de fato, o movimento havia entrado em uma linha de planejar ações e jornadas de luta, cuja temática ambiental estava presente de forma mais direta ou indiretamente. Há uma seção no site, intitulada de “Especiais”⁵, em que há uma galeria de todas as campanhas em que o movimento participou. Assim, começava a perceber o papel das campanhas como elementos estratégicos, para questionar o processo de globalização que avança fortemente sobre o território rural.

Diante deste cenário, da incorporação de uma nova agenda ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), minha pesquisa tenta investigar de que forma as campanhas ambientais ajudam na construção da identidade do movimento, visto que este já tem uma identidade política consolidada, mas que precisa resistir aos avanços desta fase capitalista de produção na agricultura, que destrói tradições e costumes das populações rurais. Para Bogo (2010, p. 60), “As identidades também é um modo de propor como salvar o planeta Terra. É necessário denunciar que o modo de produção capitalista está esgotado e que, com ele, o ser humano está errando o rumo do futuro” . Se há uma identidade em construção, é

² O predomínio da monocultura do eucalipto, acácia ou pinus para beneficiar a indústria de celulose favorece o chamado deserto verde. Nestes lugares a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam e há contaminação por poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.

³ Embora o assentamento fique a 6km da sede do município de Tururu, seu território pertence geograficamente ao município de Itapipoca.

⁴ www.mst.org.br

⁵ <http://www.mst.org.br/especiais>

pertinente nos perguntarmos quais as aproximações entre os movimentos populares e o movimento ambientalista? Ainda persiste na literatura sobre o assunto a dicotomia entre os movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais (NMS)⁶? De que forma a questão ambiental é incorporada ao projeto dos movimentos populares?

Até que ponto a incorporação da questão ambiental ao projeto político do MST associa a luta pela reforma agrária a outros direitos? Esta perspectiva abriria um campo à construção de um novo exercício da cidadania que vai além das limitações de cidadania construída no marco liberal? Waldman (*apud* Sousa, 2006) afirma, em sua proposta sobre a cidadania ambiental, que o desafio posto está relacionado com a mudança de valores que está por trás da economia global, tornando-a compatível com as exigências de dignidade humana e da sustentabilidade ecológica.

É necessário repensar, sobretudo, os valores de como a representação da natureza foi construída no imaginário social do mundo, uma vez que está consolidado o paradigma cuja racionalidade é o pressuposto fundamental para a dominação da natureza. Assim sendo, a revisão do entendimento da relação homem-natureza coloca-se como uma prioridade para a construção desta cidadania. E qual o lugar da Comunicação neste processo de construção da identidade e da cidadania voltadas para um caráter ambiental?

Diante dos cenários sobre a relação da Comunicação com a questão ambiental, que serão relatados mais adiante, surge a indagação: a Comunicação apresenta-se não apenas como mediadora de novos paradigmas para a sustentabilidade, mas também como lugar para exposição de argumentos e disputas sobre a constituição de projetos políticos ambientais para a sociedade?

Minha ideia inicial era estudar as campanhas do MST no período de 2001 a 2011, compreendendo que, neste período, as políticas públicas para a agricultura passaram por mudanças significativas que culminaram com o fortalecimento do agronegócio, o fortalecimento da bancada política composta por latifundiários e a desaceleração do processo de reforma agrária.

Com a reformulação do projeto, percebi que talvez não desse conta de um corpus tão grande para o Mestrado, então reduzi o número de campanhas com as quais eu queria trabalhar para quatro. Para minha surpresa, encontrei uma dificuldade enorme em adquirir o material institucional das campanhas. Tentei na assessoria de Comunicação do MST e no arquivo digital do Centro de Educação e Memória da Universidade Estadual Paulista

⁶ Em artigo intitulado “Movimentos sociais rurais e a questão ambiental”, Scherer-Warren (1993) afirma que para entender as inovações neste movimento têm-se utilizado de uma dicotomização conceitual entre movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais.

(CEDEM-UNESP)⁷, mas não achei material que atendesse às minhas expectativas. O material era escasso ou, às vezes, inexistente.

Como a proposta é fazer uma análise dos processos comunicacionais, traçamos alguns caminhos de pesquisa. O primeiro é resgatar a construção desse ambientalismo a partir dos documentos do próprio movimento. Fazendo uso da análise documental⁸, pretende-se traçar um panorama de como a questão ambiental adentra o movimento, as expectativas, as influências das correntes do ambientalismo, entre outras. “A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (CELLARD *apud* SILVA *et al*, 2009, p.2).

O segundo caminho de pesquisa é buscar notícias de ações do MST com relação à questão ambiental no site do movimento e da Campanha Permanente. Para isso, utilizamos no buscador dos sites a palavra-chave meio ambiente, para encontrar notícias e textos publicados no ano de 2012. Vamos fazer um paralelo entre as temáticas utilizadas pelos dois sites e verificarmos, no site da Campanha, o número de ações envolvendo o MST, bem como estratégias do grupo para trabalhar com a questão ambiental. O outro caminho de pesquisa é investigar o material institucional da campanha intitulada “Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida”, em especial as cartilhas e os vídeos documentários produzidos. Além de representar a fase mais recente do que estamos considerando de um ambientalismo para o MST, os materiais institucionais da campanha são acessíveis e estão disponíveis na internet.

Para dar conta desse caminho de pesquisa, a segunda parte do nosso percurso metodológico consiste na análise qualitativa dos materiais. A partir da análise dos conteúdos de cada material, é viável identificar e categorizar os elementos que compõem a construção da identidade do MST, a partir das relações que o movimento trava com a questão ambiental. Segundo Fonseca Júnior (2011, p.299). “A leitura efetuada pelo analista de conteúdo procura evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano. No campo da comunicação, este procedimento é utilizado para desvendar as condições de produção das mensagens analisadas(...)”.

⁷ O CEDEM mantém um acervo com materiais produzidos pelo MST

⁸ Embora haja inúmeros autores que tentem fazer o enquadramento da análise documental como pesquisa, método, análise ou técnica, ficamos com a definição de Moreira (2011): "No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário (p. 272)

Entrando na estrutura da dissertação, o primeiro capítulo deste trabalho versa sobre a construção do ambientalismo e a complexa relação com a questão rural. Para isto, partimos do princípio que o nascedouro do ambientalismo é a crítica ao pensamento do modo de um agir sobre a natureza que, ao longo dos séculos, constitui-se em diversas faces de uma racionalidade. A natureza deixa de ser um elemento místico e passa a ser um instrumento da dominação técnico-científica. É nesse contexto, portanto, que se instaura um processo de politização sobre o ambiente, visto que este se transforma em elemento de disputa política, ideológica e econômica.

Ainda no primeiro capítulo, analisamos a constituição do movimento ambientalista no mundo e no Brasil, tomando como referência a composição dos setores que constituem o movimento e a participação dos movimentos rurais neste movimento, visto que autores como VIOLA (1987), DUARTE (1995), SCHERER-WARREN (1993) apontam para um movimento composto, basicamente, por uma classe média. Sendo assim, é necessário situar a participação do rural neste contexto, visto que o objetivo desta pesquisa é investigar a constituição da identidade do projeto político ambiental do MST através da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida.

Há características específicas do movimento ambientalista que o classifica como Novos Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 1993; GOHN, 2001). Por fim, faço uma atualização do conceito de NMS (SCHERER-WARREN, 2012), levando-se em conta as Redes de Movimentos Sociais. Neste último tópico, considero, ainda, as relações estabelecidas entre o MST e os demais movimentos sociais, uma vez que, o fortalecimento de certas lutas e a visibilidade pública têm passado, nos últimos anos, por este ator principal, no caso o MST (SCHERER-WARREN, 2007).

O segundo capítulo do texto mostra como a Comunicação ajuda a construir e a fortalecer a identidade dos movimentos sociais e a sua relação com a cidadania. Discorremos sobre a estratégia de visibilidade midiática para o projeto ambiental do MST. Na maioria das vezes, as campanhas empreendidas pelo movimento têm pautado o tema na sociedade, como no caso das sementes transgênicas. Desta forma, procuro problematizar a noção de visibilidade e agendamento, produzindo uma ideia da repercussão da Campanha estudada junto à sociedade.

O terceiro capítulo do texto é a reflexão sobre o material coletado, realizando uma análise de conteúdo. Pretendemos investigar, através deste material, se o ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se desenvolve, tendo a Comunicação como elemento fundamental para a inserção deste projeto político no movimento. A noção da

articulação em Redes de Movimentos Sociais permite uma ampliação da participação de atores nas mobilizações no espaço público? Esses atores estão unidos por uma identidade com os valores políticos e sociais e pelo projeto de transformação social? A visibilidade política e midiática é compreendida como uma necessidade primordial, para colocar em discussão os princípios políticos do movimento, denunciar os abusos que estão ligados sobretudo à esfera econômica e promover o agendamento de um debate com a sociedade?

2. A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE O AMBIENTALISMO E A RURALIDADE

O planeta vivencia um período de crise sem precedentes na História. De fato, a existência de uma crise ambiental planetária tem se consolidado no imaginário da sociedade e ao longo das décadas. A crise apresentada é múltipla e variada. Está relacionada com o pensamento, a racionalidade, os valores sociais, o modelo econômico, e com o próprio momento histórico da humanidade, seja ele classificado como modernidade ou pós-modernidade.

A noção de crise situa as diversas fases do pensamento moderno frente à questão ambiental. Não se pode negar que o planeta tem dado sinais de um esgotamento dos recursos naturais, em virtude, sobretudo, dos modos como a humanidade vem explorando a natureza. Há o predomínio de um tipo de racionalidade oriunda de uma concepção paradigmática do pensamento que leva a dominação sobre a natureza, gerando um universo de competição, de individualismo e de um consumismo desenfreado. Esta preocupação é partilhada, sobretudo, com a comunidade científica cujos estudos apontam para mudanças no clima, com impactos reais na vida de homens e mulheres.

Estudos como o do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change),⁹ da Organização das Nações Unidas, apontam para cenários extremos tais como o de secas prolongadas ou de áreas completamente inundadas pelo aumento do nível do mar. A crise tanto propalada estabelece, portanto, o anúncio de que há algo errado com os rumos do planeta. “Ou mudamos ou morreremos: essa é a alternativa”, sentencia o teólogo Leonardo Boff (2002, p.15).

Embora pareça haver um cenário de caos e desordem, a noção de crise não deve ser entendida na perspectiva do negativismo que a palavra inspira. Ao contrário, “a situação de crise é antropologicamente muito rica. Não constitui uma tragédia na vida, mas sua pujança e regurgitamento. É oportunidade de crescimento” (BOFF, 2002, p.24).

A própria origem da palavra nos remete a este estado de crescimento. A palavra no sânscrito para crise é *kri* ou *kir* cujos significados são “desembaraçar”, “purificar”, ou

⁹ Desde 1990, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC) fornece relatórios de avaliação sobre o estado acerca da mudança do clima. Quatro grandes relatórios já foram publicados pela organização: em 1991, 1995, 2001 e 2007. Este último trabalho indicou um aumento de 2° C na temperatura da Terra, trazendo impactos negativos em todo o planeta.

“limpar”. No grego, crise (*krisis* ou *krínein*) tem o significado de decisão ou ainda sentença em juízo. Diante disto, a crise representa o momento da escolha, por isso a afirmativa tão enérgica e expressiva do teólogo: “ou mudamos ou morremos”. Para tanto, como afirma o autor, para entender este contexto de crise, é preciso consultar a fonte originária de tudo: a natureza. “O que ela nos ensina?”, Boff indaga, respondendo em seguida: “Ela nos ensina – foi o que a ciência já há mais de um século identificou – que a lei básica do universo não é a competição que divide e exclui, mas a cooperação que soma e inclui” (BOFF, 2002, p.15).

Se a crise é uma oportunidade de crescimento, como afirmado por Boff (2002), é preciso entender melhor qual o lugar da crise ambiental planetária no atual momento histórico da humanidade e quais lições podem ser consideradas. Para tanto, é preciso reconhecer que as origens desta crise está relacionada com a forma do conhecimento que homens e mulheres exercem sobre a natureza (LEFF, 2006).

A natureza deixa de ser entendida como parte da comunidade de vida da terra e passa a ser considerada um recurso, para satisfazer as necessidades da humanidade. É a partir disso que incorre um processo de dominação que não é apenas científico, mas é, sobretudo, econômico. Com isso, o conhecimento, da forma como está sendo conduzido, tem desestruturado os ecossistemas, degradado o ambiente e desnaturalizado a natureza (LEFF, 2006, p.17).

Desta forma, é possível inferir que as mudanças históricas ocorridas em relação ao meio ambiente e a agricultura estão relacionadas com essa transformação do conhecimento do mundo sobre a natureza. Por isso, é oportuno traçar aqui um panorama do pensamento sobre o meio ambiente, de forma a entender como são orientadas as relações com a produção e o consumo, sejam estas relações estabelecidas no campo ou na cidade, ou em uma dimensão política, econômica e social. Contudo, não se tem a pretensão de dar conta de toda a literatura sobre o assunto, já que muito vem sendo produzido sobre este tema nestes tempos em que a ideia de uma crise do pensamento sobre a natureza é balizadora de concepções e afirmações sobre a sociedade moderna. Compreender que há uma matriz histórica do pensamento sobre a questão ambiental ajuda a entender, também, a incorporação da dimensão ambiental nos movimentos sociais rurais. Além disso, dá pra entender a escolha da agroecologia como proposta eleita pelos movimentos como alternativa, para produzir com sustentabilidade ambiental.

2. 1 A racionalidade e o caminho para a politização da natureza

O ponto inicial para perceber o modo de dominação sobre o ambiente está na chamada Revolução Mecanicista do Conhecimento, no século XVII, que inaugura uma forma de conhecimento baseada na razão. Não se pode, contudo, ignorar a existência de um modo de se relacionar com a natureza nos tempos primitivos.

Anterior ao período da Revolução Mecanicista, os fenômenos da natureza apresentavam-se em forma de discursos místicos pelos povos primitivos. A natureza é exposta como uma concepção “mágica” associada a atributos humanos como os sentimentos, estabelecendo um processo de antropomorfização em que os elementos são elevados a categorias do divino e do sagrado (DUARTE, 1995, p.14). Desta forma, por exemplo, se uma seca abatia a colheita do ano ou se as tempestades apresentavam-se de forma violenta, estes atributos físicos naturais eram tidos como a materialização do ódio, da raiva ou da vingança dos deuses; quando não, os fenômenos eram a representação do próprio deus para a população atingida.

Lenoble (1969)¹⁰ *apud* Duarte (1995) destaca que, além da magia ser presente no processo de antropomorfização, há ainda o que caracteriza como “perfeito objetivismo” da mentalidade mágica.

Isso quer dizer que os objetos são signos e, por sua vez, o pensamento possui a materialidade desses objetos. 'Pensa-se pela boca', e da identidade do pensamento com a fala, do nome com a coisa, surge a crença na eficácia das palavras como instrumento mágico de intervenção na natureza (DUARTE, 1995, p. 16).

Do *mito* ao *logos*, os gregos inauguram uma espécie de pensamento científico sobre a natureza. Tomando como princípios a água, o *apéiron* e o ar, a Escola de Mileto inaugura uma nova forma de racionalidade que não precisava recorrer a forças sobrenaturais para explicar os fatos da natureza. Duarte (1995) atribui esta mudança a nova forma da economia – baseada no comércio e oligopólios mercantis – e ainda as transformações sociais na organização da sociedade que passa a se estabelecer a partir das pólis, dominando a natureza de forma mais científica. Contudo, ressalta o autor, havia uma coexistência entre a visão mágica sobre a natureza e a racionalidade. “[Robert] Lenoble chama atenção para o fato de que a fórmula pitagórica 'tudo é número', retomada pela física do século XVII, foi concebida num contexto oposto: seu significado original introduz especulações mágicas sobre as virtudes dos números” (DUARTE, 1995, p. 22).

A constituição de uma racionalidade só se dará mesmo com a escola jônica, tendo Sócrates como maior expressão deste aspecto. O filósofo inaugura uma alteridade sobre a

¹⁰ LENOBLE, Robert. Histoire de l'idée de nature, Albin Michel, Paris, 1969.

natureza, ao reconhecer a importância do homem frente aos outros seres vivos. Seus estudos são centrados na ação humana, desprezando os estudos sobre a natureza. Desta forma, o filósofo grego “estava dando um passo decisivo no estabelecimento de uma objetividade maior no conhecimento do mundo físico” (DUARTE, 1995, p.22). Destaca-se ainda que o desprezo socrático pela natureza está exposto em duas passagens da obra de Platão¹¹.

No período da cosmologia grega, quem mais vai se aproximar de uma objetividade do conhecimento sobre a natureza é Aristóteles. O pensamento aristotélico influenciou a corrente do cristianismo que dominou parte do pensamento medieval. O conhecimento sobre a natureza passa a ser dominado pela premissa de que o homem é transcendental a ela. “Quando o aristotelismo é finalmente absorvido pelo pensamento cristão, na Idade Média, essa ideia se adapta no sentido de conceber o homem como um elo privilegiado na grande cadeia que leva a Deus (...)” (DUARTE, 1995, p.27). Esse pensamento permaneceu inalterado durante o renascimento, acrescido ao fato de que, segundo Lenoble (1969 *apud* DUARTE, 1995), os renascentistas abandonaram o sistema que lhes permitiriam compreender a natureza, no caso o aristotelismo. Contudo, não havia um sistema definido para compreender a natureza.

A passagem para a revolução mecanicista do pensamento se dará de forma gradativa com a participação de cientistas como Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Francis Bacon e Galileu Galilei cujas produções científicas foram limitadas pela Inquisição Romana¹² da Igreja Católica que classificava como heresia todo postulado que contrariasse os dogmas religiosos. Mesmo sob forte censura, Francis Bacon conseguiu desenvolver um esboço sobre a observação e a indução científica, a partir das ciências da natureza, inaugurando um empirismo que ainda estava longe de um caráter crítico.

Também Galileu Galilei deu importante contribuição para a revolução científica ao conceber os primeiros estudos sistemáticos sobre o movimento dos corpos e a inércia, ideias precursoras do postulado newtoniano e influenciadoras da obra de René Descartes. Aqui, a matematização da experiência substitui a ideia de substância, que havia sido promovida pelos primeiros filósofos gregos no conhecimento científico.

É nesse processo que acontece a transformação do conhecimento sobre a natureza. Primeiro, a revolução mecanicista transfere o saber para um tipo de conhecimento específico, não permitindo que ela fique somente no campo da reflexão filosófica e da contemplação

¹¹ Considerado um dos fundadores da filosofia ocidental, o pensamento de Sócrates é conhecido principalmente através dos relatos de seus alunos Platão e Xenofonte, bem como pelas peças teatrais de Aristófanes.

¹² A Inquisição Romana foi um sistema de tribunais desenvolvido pela Igreja Católica Apostólica Romana que julgava crimes que supostamente feriam os dogmas e princípios da Igreja tais como a heresia, a bruxaria, a feitiçaria, entre outros.

estética (LEFF, 2006). O advento da ciência moderna vai determinar que os sábios, agora, já não contemplam simplesmente a natureza, mas são também engenheiros interessados em um conhecimento técnico que antes estava destinado aos artesãos (DUARTE, 1995). A outra mudança sobre o conhecimento está na concepção de que a ciência não é mais somente teoria pura e contemplativa. Ela é poder e é intervenção na natureza com o objetivo de promover mudanças econômicas, convertendo-se em meio de produção.

O filósofo e matemático René Descartes foi o responsável por consolidar essa transformação do conhecimento sobre a natureza. O entendimento sobre os fenômenos da natureza consolida-se como princípios matemáticos, geométricos e físicos, diante do qual há uma dominação sobre o meio. Extingue-se de vez a ideia de que os fenômenos são espontâneos ou da ordem do divino. Eles necessitam de método para serem observados e é necessário que o pesquisador tenha consciência, para que sejam compreendidos. Importante ressaltar que os cientistas que se seguiram a Descartes – e promoveram revoluções igualmente nas concepções físicas– apenas reafirmaram a crença nessa visão mecanicista do conhecimento. É o caso dos postulados de Isaac Newton sobre as Leis da Gravidade e os de Albert Einstein sobre a teoria da relatividade.

A nova relação sobre o conhecimento, a partir do estabelecimento de uma racionalização, é também um marco para o estabelecimento da modernidade (TAVOLARO, 2001; LEFF, 2006) e da própria crise ambiental. Provenientes da mudança de pensamento, o advento da modernidade e da revolução industrial são responsáveis pelo aprofundamento das relações de produção e consumo.

É preciso aqui recuperar a análise da racionalização feita por Weber como forma de entender os pressupostos do ambientalismo no contexto das sociedades ocidentais. Weber considerava que a realidade social podia ser explicada pelo uso da razão. Com isso, a ciência é concebida a partir da possibilidade de conhecer e de compreender os fatos com base em regras da lógica e da investigação. Essa contribuição da prática científica é o nascedouro de uma racionalidade que se vai estender por diversas áreas tais como a economia, o jurídico, a burocracia e a política. Cada área com sua especificidade no que tange à racionalidade.

O paradigma cartesiano estabelece uma visão mecanicista do conhecimento, ao excluir a possibilidade de diálogo com a natureza por meio de práticas como o senso comum, a magia e a alquimia. Com isso, é inaugurado uma era de “um estar sobre a natureza para conhecê-la e a técnica como operação para modificá-la” (BOFF, 1999, p.28), ignorando os limites e potenciais da produção. Acabaram-se produzindo inúmeras separações: ciências humanas e

ciências exatas, corpo e mente, interioridade e exterioridade, sujeito e objeto, humanidade e natureza.

Cada uma destas separações provocou efeitos na sociedade, contribuindo para o estabelecimento de um modelo econômico, tanto capitalista quanto socialista, no qual predomina uma racionalidade econômica que banuiu a natureza da esfera de produção. Esta racionalidade acabou por incidir ainda sobre os aspectos sociais, moldando diversas esferas tais como a tecnologia, as esferas produtivas, a burocracia e, sobretudo, o aparelho ideológico do estado (LEFF, 2008). Com isso, pensar a racionalidade é importante para pensar também a problemática ambiental.

O conceito de racionalidade abre importantes perspectivas para a análise da problemática ambiental; não por sua referência direta à relação entre processos sociais e naturais, mas sim porque torna possível refletir de maneira integrada sobre os diferentes processos – ideológicos, técnicos, institucionais, econômicos e jurídicos – que permitem pensar, legitimar e sancionar ações sociais que determinam as transformações da natureza e dão coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores éticos do ambientalismo. (LEFF, 2006, p.245)

O princípio da racionalidade é também a base do filósofo Karl Marx para a concepção de natureza (ALTVATER, 2006). É neste ponto que se estabelece, a partir da racionalidade econômica, um diálogo entre a crise ambiental e a ideia de uma crise do capitalismo, uma vez que este sistema econômico necessita das crises econômicas para se manter. Ao se reinventar a cada crise, o capitalismo também abre espaço para a utilização de novas matérias-primas para produção e de novas formas de exploração do meio ambiente. Para Bernstein (2011), “o capitalismo é o único modo de produção que pressupõe que a mão de obra e os meios de produção (entre os quais, a terra), estão amplamente disponíveis como mercadorias” (p.32)

Segundo Leff (2006), a teoria do valor é o princípio marxista utilizado pelo filósofo alemão, para se questionar as bases ideológicas das ciências econômicas emergentes e ainda questionar o processo de produção capitalista, inclusive quanto à industrialização da agricultura. “Para Marx, toda mercadoria tem uma utilidade particular, resultado da ação de um trabalho específico que transforma objetos de trabalhos distintos para produzir uma diversidade de valores intercambiáveis” (LEFF, 2006, p.33). O mais usual desses valores se estabelece na utilização do conceito de valor de uso e de valor de troca. Como explica Duarte (1995): “o primeiro tem o dom de suprir carecimentos humanos por meio de suas propriedades naturais (físicas, químicas, etc.), funcionando, portanto, como “corpo” da mercadoria e como portador de seu outro lado, o valor de troca” (p.73).

É a partir do trabalho do homem que será criado o valor e o excedente do trabalho: a mais-valia. O valor das coisas intervém nos processos naturais, na medida em que exerce uma influência sobre a técnica e sobre o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias. Um exemplo pode ser observado na crítica de Marx sobre o processo de industrialização da agricultura.

Cada passo que se dá na intensificação da fertilidade do solo dentro de um período de tempo determinado é, por sua vez, um passo dado no esgotamento das fontes perenes que alimentam tal fertilidade. Esse processo de aniquilação é tão mais rápido quanto mais se apoia um país, como ocorre, por exemplo, com os Estados Unidos, sobre a grande indústria, como base de seu desenvolvimento. Portanto, a produção capitalista só sabe desenvolver a técnica e a combinação do processo social de produção solapando ao mesmo tempo as duas fontes originais de toda a riqueza (MARX *apud* ALTVATER, 2006, p.335)

A natureza é entendida aqui como parte externa do processo de produção de valor, uma vez que não se configura como produtora de mercadoria. Altvater (2006) alerta que a natureza só será convertida em mercadoria a partir de um processo de valorização. Isso pode ser exemplificado a partir do momento em que uma determinada matéria-prima passa a ser explorada exaustivamente, quando passa a ser valorizada no mercado.

Desta forma, como se observa, a concepção de natureza, no Marx maduro, rompe com a dimensão mística da natureza atribuída ao período das sociedades de organização simples e avança na dimensão da natureza enquanto elemento constitutivo do processo de produção capitalista. Ela está sujeita, como já dito anteriormente, aos excessos deste sistema.

Embora estejamos dando ênfase ao sistema capitalista, dadas as condições históricas atuais da sociedade em geral, em que há um amplo predomínio deste sistema, é importante ressaltar que a racionalidade econômica sobre a natureza também esteve presente nas experiências socialistas de governo, registrando grandes desastres ambientais como os do Mar de Aral¹³ e da usina nuclear de Chernobyl¹⁴.

A interpretação da concepção de natureza em Marx é importante para este trabalho porque orientou, em maior ou menor escala, as formulações críticas sobre o pensamento ambiental na atualidade e a forma como o movimento ambientalista se organizou. Isto não significa que este movimento orientou-se a partir de uma concepção marxista. Ao contrário, o

¹³ Localizado entre o Cazaquistão e o Uzbequistão, até 1960, o Mar de Aral era considerado um dos maiores lagos de água salgada do mundo. O uso desenfreado das águas para áreas de irrigação, estimulado sobretudo pela ex-URSS, e a utilização de defensivos agrícolas fez com que o lago tivesse a área reduzida a metade em 30 anos, com perda da biodiversidade e redução da economia pesqueira.

¹⁴ Ocorrido em 26 de abril de 1986, o Acidente Nuclear de Chernobil é considerado o pior acidente nuclear da história. A nuvem de radioatividade atingiu diversos países da Europa Oriental, Escandinávia e da União Soviética.

que se pode perceber é uma divisão entre os marxistas e os ecologistas (LÖWY,2007), ou na linguagem popular, entre os “vermelhos” e os “verdes”.

Os ecologistas acusavam Marx e Engels de uma postura pouco crítica sobre a forma como a sociedade industrial explorava o ambiente, ao passo que os ecologistas foram duramente criticados pelos marxistas por não levarem em conta a dimensão da transformação social na questão ambiental, uma vez que primavam pela defesa de uma proposta conservacionista sobre a natureza. Ou seja, mais do que necessário resolver questões como o problema da moradia e da pobreza, por exemplo, os ambientalistas eram acusados de primar apenas pela conservação dos parques e das florestas. É pela adoção de posturas como a do exemplo citado que o movimento ambientalista passa a ser taxado de elitista (DUARTE,1995). Adiante, será feita uma melhor análise da constituição do movimento ambientalista de forma que seja possível compreender o desenvolvimento da pauta ambiental nos movimentos sociais rurais.

Voltando à questão da racionalidade econômica, ainda persiste sobre o movimento ambientalista a crítica de que o movimento pauta sua atuação a partir de uma dimensão economicista da natureza. Basta observar a formação conceitual empregada, ao longo dos anos, para se chegar a um consenso sobre a forma de agir do conhecimento humano para com a natureza. Expressões como “Desenvolvimento Sustentável” ou “Sustentabilidade”, usualmente empregadas durante a década de 90, ou ainda a da “Economia Verde”, conceito que vem sendo discutido nos últimos anos, ainda estão fortemente ligados ao valor econômico da natureza.

As transformações oriundas da globalização acentuaram o predomínio da racionalidade econômica na sociedade e influenciaram a crise ambiental planetária em que predomina este novo cenário que não está restrito apenas ao espaço urbano. Desta forma, com a aproximação das distâncias pelo processo de globalização, a crise ambiental e a racionalidade econômica também passam pelo ambiente rural.

As mudanças ocorridas nas políticas para o campo na última década, por exemplo, estão sob forte influência do processo globalizatório. A opção do governo brasileiro em fortalecer o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo permitiu uma forte entrada do capital estrangeiro para acúmulo de terras e produção de commodities agrícolas. O agronegócio está baseado na monocultura, produção para a exportação, o controle da produção pela seleção das sementes e do uso intensivo de agrotóxicos.

Em contrapartida a este modelo que se tem tornado hegemônico, diversos movimentos tentam colocar em prática uma agricultura capaz de combinar a solidariedade da agricultura

familiar com a sustentabilidade ecológica, prolongando o uso da terra de forma natural sem o uso de agentes tóxicos ao ambiente.

A problemática ambiental tem questionado uma série de ideologias teóricas e práticas que não estão associadas apenas às práticas de consumo características da sociedade pós-industrial. Está associada também “As ideologias que orientam as demandas e reivindicações das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas por intermédio da propriedade social dos meios de produção, do acesso ao mercado de trabalho e da distribuição da renda” (LEFF, 2002, p.153).

Neste sentido, há uma politização da natureza, visto que as questões ambientais vão integrar um processo político amplo que instaura responsabilidades, direitos e deveres sobre o ambiente. “O ambiental revela-se como uma nova força produtiva e uma nova força política” (LEFF, 2002, p.155), passando a ser um elemento central na disputa política de um projeto de sociedade: de um lado um modelo cujo desenvolvimento incide diretamente sobre a natureza e, do outro, um modelo que tenta aliar este desenvolvimento à preservação do ambiente.

Santos (1999) ressalta que embora a natureza seja difícil de se politizar por ser uma relação social que se oculta atrás de si própria, os riscos de uma catástrofe ecológica já coloca a politização em curso no futuro. Ainda segundo ele, este processo de politização da natureza está diretamente ligado à questão da cidadania. Para ele, “significa uma transformação radical da ética política da responsabilidade liberal, assente na reciprocidade entre deveres e direitos. Será então possível atribuir direitos à natureza sem, em contrapartida, ter de lhe exigir deveres” (SANTOS, 1999, p.236).

Uma outra característica deste processo de politização da natureza está relacionado com as disputas no campo da Comunicação. A Comunicação é, desta forma, um instrumento para consolidar o projeto político-econômico estabelecido com a globalização, intensificando a influência espaço-tempo e gerando impactos nas relações de consumo e cidadania.

2.2 O surgimento do movimento ambientalista: complexidade de atores e a dificuldade da participação do rural

O desenvolvimento do movimento ambientalista tem origem numa tomada de consciência de parte da sociedade sobre os efeitos causados pelo desenvolvimento industrial acelerado, uma vez que este desenvolvimento consome de forma intensa e sem planejamento os bens naturais, colocando em xeque a sobrevivência da espécie humana e do planeta. Diante deste cenário, Tavolaro (2001) aponta a insegurança, a ameaça, o medo, o perigo e o risco

como alguns dos principais motivos para o surgimento desse movimento. “Como resultado disso, organizações ambientalistas teriam se constituído no interior da sociedade civil para protestar, alarmar e cobrar mudanças que revertessem tal cenário” (TAVOLARO, 2001, p. 96).

Antes de entrar na constituição do ambientalismo, procuramos aqui situar melhor este conceito. Leis e D'Amato (1994) consideram a existência de três perspectivas para a abordagem do ambientalismo. De acordo com a primeira perspectiva, o ambientalismo seria um grupo interno ao sistema político, que prega a ideia da conservação, sem questionar as transformações da sociedade. Esta abordagem é muito utilizada nos Estados Unidos onde se presumia que a perspectiva conservacionista não influenciaria a organização da sociedade (LEIS, 2004).

Na segunda perspectiva, o ambientalismo é compreendido como um novo movimento social, no qual “é percebido como um ator crítico e alternativo em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifistas e feminista)” (LEIS, 2004). Por fim, o terceiro enfoque admite o ambientalismo como um movimento histórico que assumiu que o atual modelo de desenvolvimento econômico é insustentável, sendo necessário uma ampla aliança de um movimento multissetorial, para superar este modelo.

Embora Leis e D'Amato (1994) considerem a última abordagem como a mais completa, para se perceber o ambientalismo, compreendo que somente uma abordagem pela dimensão estrutural da sociedade não daria conta das questões abordadas neste trabalho. Necessário, portanto, uma abordagem também à luz dos novos movimentos sociais, uma vez que se consegue enxergar peculiaridades sobre o ambientalismo e as relações estabelecidas com outros movimentos como no caso dos Movimentos Sociais Rurais.

Os primeiros registros de organização da sociedade em torno da pauta ambiental remetem à Inglaterra do século XIX. O pioneirismo inglês no tema dá-se através de campanhas contra a crueldade de animais. Em 1824, é fundada a Society for the Protection of Animals, a primeira de uma série de doze organizações registradas à época, que faziam a defesa da preservação da natureza, de espaços comuns, de pássaros e de florestas. Ainda em 1867, é fundada East Riding Association for the Protection of the Sea Birds, uma das primeiras organizações dedicadas à proteção da vida selvagem. “Neste contexto, a noção de *wilderness* (vida natural/selvagem), subjacente à luta pela preservação de áreas virgens e da

vida selvagem em geral, se constituirá no eixo principal desta fase de constituição estética¹⁵ do ambientalismo” (LEIS, 2004, p.40). Ainda segundo Hector Leis (2004), embora a Europa tenha sido o berço do estilo *wilderness*, foram os Estados Unidos os responsáveis por difundir o ideal preservacionista no ambientalismo.

Na virada para o século XX, predominou, no cenário do ambientalismo, o debate entre preservacionistas e conservacionistas, rompendo com o caráter estético atribuído por Leis (2004). Os preservacionistas, inspirados nas ideais radicais de John Muir, entendiam que a natureza deveria ser intocada pela ação humana, estando destinada apenas à contemplação e à recreação. Já os conservacionistas, liderados por Gifford Pinchot, consideravam que era possível usar de forma racional e planejada os bens naturais.

O fim da Segunda Guerra Mundial, a preocupação dos governos internacionais em reestruturar as economias e o estabelecimento de um novo padrão na produção industrial marcaram o ambientalismo nos anos 1950 e 1960. Neste período, a ação do ambientalismo foi predominantemente encabeçada pela atuação de cientistas sob o aval dos organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). “Foram eles quem conduziram e definiram o ambientalismo da época, penetrando e organizando os diversos projetos governamentais e não-governamentais que começavam naqueles anos. Seu papel foi fundamental para dar credibilidade e valor à estética ambientalista herdada do século XIX.” (LEIS, 2004, p.57).

Entre os anos 60 e 70, o ambientalismo vai ser marcado pelo surgimento de diversas Organizações Não-governamentais (ONGs) que irão estimular não apenas a luta pelo ambiente, mas uma maior participação da sociedade no debate político. O conservacionismo e preservacionismo que antes era impulsionado por uma dimensão tecnocientífica e econômica, é substituído pela necessidade de pensar o ambiente a partir de uma perspectiva social, uma vez que a sobrevivência da espécie humana estava sendo questionada.

O ambientalismo trazido pelas ONGs era o resultado de uma importante mudança de valores na sociedade civil, assim como a proposta de drásticas transformações na economia, nos estilos de vida e no comportamento reprodutivo da humanidade, a nível global. O novo ambientalismo teve então um forte e mais amplo apelo moral que permitiu-lhe ganhar maior diversidade, dinamismo e apoio popular do que nunca antes. Começando nos anos 60 com um número escasso de entidades internacionais e nacionais, as ONGs ambientalistas tiveram um crescimento exponencial em todo o mundo que as levou a somar dezenas de milhões de aderentes nos inícios dos anos 90. (LEIS, 2004, p. 70)

¹⁵ Para Hector Leis, as origens do ambientalismo se remontam a um conjunto de novas idéias e sensibilidades que, no contexto do seu trabalho, configuram o que o autor denomina de fase estética. "Esta fase deve ser entendida como um espaço complexo de criação intelectual, onde se combinam as visões de artistas, cientistas e políticos, onde a arte e a utopia se encontram com a realidade" (LEIS, 2004, p.37).

É dessa época o surgimento de ONGs como o Greenpeace, a Friends of the Earth International (FoEI) e a World Wide Fund for Nature (WWF). Essas ONGs possibilitaram a globalização da luta ambiental e, principalmente, dos recursos econômicos para financiarem as filiais que foram abertas em diversos países. A luta ambiental ganhava cada vez mais destaque na pauta internacional. Em 1972, a ONU realiza a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ou Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972.

Viola (1987) destaca ainda que os movimentos ecológicos desenvolveram-se, na década de 70, no clima de uma crise do marxismo cujo contexto histórico é atribuído pelo autor ao caráter totalitário do socialismo real, à complexidade sociopolítica do capitalismo contemporâneo e à crise ecológica. Segundo ele, a partir da década de 70, há um paulatino enfraquecimento do movimento operário e sindical no mundo, colocando em xeque a relação capital-trabalho e o argumento marxista de que a classe operária é o agente principal da transformação social. Viola (1987) argumenta ainda que a crise ambiental também coloca em questão o conceito marxista da teoria do valor-trabalho, já que, segundo ele, Marx não levava em conta a infinitude dos recursos.

Os anos 1980 e 1990 foram marcados pela ruptura efetiva com a condição estética do ambientalismo (LEIS, 2004) e pela intensificação do processo de politização da natureza. Entra, neste contexto, a fundação dos Partidos Verdes na Europa; o desenvolvimento de conceitos sobre meio ambiente norteadores das políticas públicas implementadas pelo Estado; a institucionalização da questão ambiental, a partir da criação de secretarias, coordenadorias e ministérios; e a aproximação das associações e ONGs ambientalistas com o Estado. Ainda sobre o ambientalismo, neste período, é importante destacar a quantidade de setores que passam a integrar a luta ambiental. Esse multisetorialismo será, também, uma marca do ambientalismo no Brasil. Contudo, ainda é preciso retroceder uma década, para entender melhor o contexto brasileiro.

O ambientalismo, no Brasil, passa a ganhar destaque na sociedade nos anos 1970. Este período é marcado por uma dinâmica bissetorial (JACOBI, 2000), que se caracteriza pela relação entre as agências ambientais – criadas sob forte pressão internacional – e as diversas entidades ambientalistas que começavam a se estruturar neste período. Estas entidades resumiam-se basicamente em combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais, resultando em um distanciamento de diversas entidades em relação ao tema. Caracterizavam-se ainda por estarem concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste e por questionarem o papel do desenvolvimentismo que avançava principalmente sobre a Mata Atlântica.

Jacobi (2000) destaca que a prática dos movimentos estava restrita aos setores mais esclarecidos, vinculados ao universo acadêmico, aos militantes partidários e ativistas sociais. O autor destaca, ainda, o surgimento de uma classe média, principalmente no sul e sudeste, que atuava como agente articulador de quem estava disposto de apoiar as atividades de caráter ambiental. Não se via, portanto, a participação das classes mais populares.

Parte significativa das associações ambientalistas não tinham praticamente nenhum diálogo ou repercussão na população mais excluída, principalmente porque em muitos casos os grupos defendiam intransigentemente o ambiente, levando muito pouco em consideração as dimensões socioeconômicas da crise ambiental. Um dos fatores que explica a pouca aderência do discurso ambiental na sociedade foi, sem dúvida, o isolamento das organizações ambientalistas dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizava em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais. (JACOBI, 2000, p.139)

Neste período, a postura do país em relação à questão ambiental foi, a princípio, de negação de uma política ambiental. O Brasil liderou os países classificados na época como subdesenvolvidos contra os países desenvolvidos que, baseado nas teorias populacionais de crescimento, haviam lançando um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”¹⁶, em que sugeriam um desenvolvimento zero dos países para diminuir a pressão instaurada sobre o consumo excessivo dos bens naturais. Os países em subdesenvolvimento viram com desconfiança esta proposta, uma vez que muitos países, assim como o Brasil, vivenciavam o mito do desenvolvimentismo.

Assim como no cenário mundial, no Brasil, na década de 1980, é característico deste período a luta pela regulamentação e ampliação de um aparato jurídico institucional, de forma a minimizar os problemas ambientais que começavam a surgir na época. Observa-se, ainda, um avanço da luta ambiental e um crescimento no número de ONGs e associações ambientalistas, embora aproximadamente 90% das associações ambientalistas ainda estivessem concentradas no sul e sudeste, sendo compostas majoritariamente por universitários e pessoas com renda superior à média nacional (JACOBI,2000). A partir da segunda metade dos anos 1980, o ambientalismo começa a se expandir e a fazer parte de diversos setores, estimulando a participação de movimentos sociais, grupo socioambientais, científicos, entre outros.

¹⁶ O Relatório “Os Limites para o Crescimento” (The Limits to Growth), foi elaborado em 1972 por grupo de cientistas no Instituto de Tecnologia de Massachusetts a pedido do chamado Clube de Roma. Criado pelo industrialista italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King, o Clube de Roma reuniu-se pela primeira vez em abril de 1968 para debater sobre os dilemas do desenvolvimento frente a finitude dos recursos naturais. O pequeno grupo era formado por professores universitários, industriais e cientistas.

“A multissetorialização do ambientalismo provoca uma transformação organizacional , e isto quebra o isolamento e a relação especular que caracterizava o bissetorialismo da fase anterior , afetando poderosamente a cada um desses setores, que agora passam a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas” (Leis *apud* Jacobi, 2000, p.141).

Viola (1987) atribuí esta mudança a uma maior disseminação das informações ambientais por parte dos meios de comunicação de massa com um aumento em publicações sobre o meio ambiente. Este fato também passa a repercutir junto à opinião pública que passa a incorporar as perspectivas catastróficas sobre a crise ambiental planetária. Desta forma, o autor destaca que “A classe média "cultura" incorporou alguns valores ecologistas na sua visão de mundo, ainda que de modo fragmentário” (p.12), já que ficava dividida entre ter um alto padrão de consumo e conservar e preservar o meio ambiente.

A década de 1990 foi marcada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92. Este evento propiciou o fortalecimento do ambientalismo brasileiro e a inserção do movimento ambiental brasileiro em uma rede internacional (JACOBI,2000).

A conferência não apenas agregou os componentes da multissetorialidade como também "Mudou o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada e substituindo-o por um que advogava a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado" (JACOBI, 2000, p. 144).

Esse período é caracterizado por dois momentos. O primeiro é a efervescência política em torno da ECO-92 que possibilitou a consolidação e a ampliação de mais ONGs e do próprio movimento ambientalista. O segundo momento demonstra um declínio desse *boom* ambiental e uma certa desmobilização das organizações (JACOBI, 2000), muito em função da falta de recursos.

Pela caracterização já citada, o multissetorialismo ambiental agregou uma quantidade maior de pessoas majoritariamente provenientes do ambiente urbano, das classes médias e com elevada formação escolar. A nossa escolha em traçar um panorama do ambientalismo brasileiro, a partir da caracterização dos setores que compõem o movimento ambiental, dá-se pela necessidade de entender o lugar do Rural ou de um Movimento Social Rural (MSR) no contexto deste ambientalismo, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nossa referência para a investigação, visto que tanto a campanha (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida), enfocada em nossa análise,

quanto o assentamento Novo Mulungu, onde esta pesquisa é realizada, estão ligados a este movimento.

Também é necessário traçar o panorama do ambientalismo, partindo de uma perspectiva sociológica da Teoria dos Movimentos Sociais. Dentro desta abordagem, o movimento ambientalista é categorizado como “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Diferentemente dos Movimentos Sociais Rurais tradicionais, também se inclui nesta categoria o MST (SCHERER-WARREN,1993). Entretanto, é importante ressaltar que o MST nem sempre se encaixará nas características estabelecidas como parte desta categoria. Scherer-Warren (1993) afirma que, os NMS apresentam especificidades de acordo com as situações estruturais e conjunturais de onde se organizam.

É preciso compreender melhor as características que compõem os dois movimentos com o objetivo de perceber a incorporação da luta ambiental pelo MST e o significado que isso representa na constituição identitária dos movimentos sociais da atualidade. É também através dessa caracterização que podemos compreender ainda o exercício da cidadania pelos movimentos sociais. Contudo, é preciso considerar que os movimentos estão diante de um novo contexto socioeconômico cujo marco temporal é a chegada de um partido de esquerda à Presidência da República, em 2002¹⁷.

De fato, o ambientalismo, dentro de uma abordagem sociológica de pesquisa, tem características que se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais. Não se trata da constituição de um movimento forjado no marxismo tradicional cuja centralidade da luta está em romper com as contradições provenientes dos processos históricos e das disputas de classes, tal como acontece nos movimentos tradicionais. O ambientalismo, enquanto novo movimento social:

“(…) é percebido como um ator crítico e alternativo. Em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifista e feminista)” (LEIS, 2004, p.35-36).

Nesse sentido, Gohn (2001) aponta, como característica dos NMS, a existência de uma negação em utilizar o marxismo clássico e ortodoxo como campo teórico, dada à impossibilidade de se explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea. Já discutimos este aspecto anteriormente, quando tratamos de uma divisão entre marxistas e ambientalistas.

Gohn (2001) destaca, ainda, o surgimento de um novo sujeito que está ligado a um coletivo difuso, não-hierarquizado e que luta contra os efeitos nocivos da modernidade. Scherer-Warren (1993) afirma que este novo sujeito social redefine o espaço da cidadania. “O

¹⁷ Trata-se da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT)

sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural/ideológica – sempre presente na história brasileira, mas que se acentua consideravelmente durante os anos mais duros do regime militar, está no bojo dos movimentos que vão se organizando” (p.54). Além disso, Gohn (2001) destaca ainda que a identidade coletiva é a ideia central para explicar os NMS, visto que esta é parte constitutiva da formação dos movimentos. “Eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela [a identidade] se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo” (p. 124).

Scherer-Warren (1993) aprofunda a ideia da identidade coletiva para o que ela chama de “reapropriação política do sentido das relações comunitárias” (p.55). Ou seja, os movimentos apoiam-se no poder da força comunitária para constituição histórica do grupo. Como exemplo a autora cita o caso de alguns grupos dentro do MST que reivindicam o coletivismo como forma de organização social, buscando a posse coletiva da terra através da Reforma Agrária.

Retomando a questão da inserção do rural no ambientalismo, Viola (1987) registra uma participação de comunidades alternativas rurais no início de constituição do ambientalismo no Brasil, ainda nos anos 1970. Formada por jovens provenientes das regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre) que passaram pela esquerda na segunda metade dos anos 1960, ou que não tinham nenhum tipo de experiência anterior com os movimentos, as comunidades se caracterizam pelo “apolitismo”, rejeitando a interação com a sociedade como forma de se protegerem contra a contaminação e a degradação promovida pela sociedade moderna.

O eixo da proposta é um novo modo de vida, um novo cotidiano, longe dos efeitos predatórios e egoístas gerados pelas cidades (...). Trata-se duma subcultura de resistência ao novo padrão social dominante na juventude que valoriza a integração ao milagre econômico e abandono dos sonhos de transformação social. O movimento de comunidades alternativas rurais recebe influência do movimento da contracultura norte-americana: revalorização do trabalho manual, viver em contato permanente com a natureza, alimentação ovo-lacto-vegetariana produzida na própria comunidade sem uso de produtos químicos; práticas de meditação, medicina alternativa baseada na homeopatia e naturismo, crítica aos modos de vida excessivamente intelectualizados. (VIOLA, 1987, p. 9).

Apesar de uma aparente vida em harmonia, as comunidades alternativas rurais foram marcadas pela instabilidade e pela rotatividade no número de participantes, dificultando uma autossustentabilidade do movimento. Ainda assim, conseguiram difundir uma cultura alternativa que mantinha uma relação estreita com o ambiente urbano, a partir da propagação de uma alimentação saudável.

Essa distância entre o rural e o urbano vai estreitar-se, de fato, com o surgimento, nos anos 1980, das campanhas para diminuir o uso intensivo dos agrotóxicos (JACOBI, 2000) e a aprovação das primeiras leis estaduais, no Sul e Sudeste do Brasil, para regulamentar o uso dos defensivos agrícolas (VIOLA, 1987). Neste contexto, é fundamental destacar a participação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Fundada em Porto Alegre, em junho de 1971, pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, foi considerada uma das poucas organizações a lutar contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e contra o uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo.

Contextualizar o lugar do Movimento Social Rural no ambientalismo brasileiro é também localizá-lo diante da pesquisa nesta área. Scherer-Warren (1993) classifica como “fraca” a presença da questão ambiental no desenho das pesquisas acadêmicas sobre movimentos sociais rurais no Brasil. À época, a autora indagava se as questões sobre o meio ambiente eram consideradas irrelevantes para os movimentos sociais rurais ou se os enfoques dados, nas ciências humanas, faziam essa exclusão no momento da análise.

Scherer-Warren (1993) destaca três movimentos sociais rurais que iniciaram uma luta pela sobrevivência combinada com a defesa da natureza. São eles: o Movimento contra as Barragens, criado para denunciar a expulsão de agricultores familiares pelas grandes obras energéticas; o Movimento Indígena, na luta pela defesa dos seus territórios; e o Movimento dos Seringueiros que luta pela conservação e preservação da Floresta Amazônica, principal fonte para a extração da matéria-prima.

Quase doze anos depois do estudo citado anteriormente, ao fazer um resgate da produção acadêmica sobre a agricultura e a questão ambiental, Alfio Brandenburg (2005) também considera que ainda são poucos os estudos de caráter socioambiental relacionados ao mundo agrário. Apesar disso, Brandenburg (2005) identifica e categoriza seis temáticas mais abordadas pelos pesquisadores. São elas: as consequências da modernização, em que são abordados estudos sobre o impacto de agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas no uso das práticas agrícolas modernas; os movimentos sociais no campo e meio ambiente, em que o autor destaca os estudos de Eduardo Viola (1987)¹⁸ e de Ilse Scherer-Warren (1990); a agricultura de padrão alternativo, sustentável e agroecológico como via não-convencional; o Desenvolvimento rural sustentável; a Agricultura, meio ambiente e temas diversos; e, por fim, as pesquisas sobre Ruralidades e meio ambiente, em que se destaca a revalorização do rural.

¹⁸ VIOLA, Eduardo. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.1, n.3, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm.

Ricci (2005) afirma que, em geral, existe uma subestimação dos estudos sobre a realidade social rural, fato constatado pela baixa produtividade editorial sobre o tema, a partir dos anos 80. Ainda que existam pesquisas na área, segundo o pesquisador, a predominância é de estudos sobre movimentos sociais urbanos. Uma das hipóteses levantadas pelo autor é de que a pouca procura por este tipo de pesquisa está relacionada com o anúncio das agências governamentais de que há uma diminuição da população rural no Brasil nas últimas décadas¹⁹, o que leva a essa subestimação sobre a produção cultural e política no ambiente rural.

Se existe uma fragilidade na pesquisa sobre Movimentos Sociais Rurais, essa fragilidade mostra ser ainda maior à medida em que ocorrem subdivisões nesta área de pesquisa. Ferreira (2014) faz um levantamento dos resumos das teses e dissertações defendidas no Brasil nos últimos cinco anos (2007 a 2012)²⁰, a partir da procura simultânea das expressões “meio ambiente”, “MST” e “Comunicação”. A proposta não obteve retorno em nenhuma das bases de dados. Ainda dentro da pesquisa da tríade de palavras, a autora propõe substituir o termo “meio ambiente” por “natureza”, uma vez que os termos estão usualmente relacionados, mas também não consegue nenhum resultado.

Para resolver a dificuldade inicial com a combinação das três palavras escolhidas, a autora divide a busca em dois grupos, cada qual composto de apenas duas palavras-chaves. Primeiramente, faz uma busca usando “meio ambiente” e “MST” de forma simultânea. Em seguida, opta pelos termos “Comunicação” e “MST”. Para o primeiro grupo, constatou-se um total de 11 trabalhos. Em pesquisas onde a “Comunicação” e o “MST” foram os termos chaves, encontrou-se ao todo 18 trabalhos. Entretanto, o ambientalismo é um elemento que não está presente nos textos desse último grupo de trabalhos, quando se faz uma análise breve dos resumos das teses e dissertações.

São elementos como os citados anteriormente que justificam a relevância desta pesquisa em investigar a constituição do projeto político ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra através da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida. É fundamental compreender as transformações pelas quais o ambientalismo passa nessa configuração global em que a crise ambiental planetária, como citada anteriormente, tem despertado a atenção de novos atores sociais que parecem estar cada vez mais

¹⁹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente rural representa 15% da população total residente no Brasil.

²⁰ Os elementos pesquisados encontram-se disponíveis na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (Capes) ou da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As bases de dados são alimentadas com informações fornecidas diretamente pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela sua veracidade. Tanto as ferramentas da Capes quanto da BDTD oferecem a possibilidade de procurar por “assunto”, o que equivale às “palavras-chaves” das teses e dissertações.

convencidos de que as transformações sociais devem vir acompanhadas de uma mudança na forma de se relacionar com o ambiente. Neste sentido, apresentamos a seguir alguns elementos históricos que nos mostra a evolução do ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2.3 MST: em busca de uma sustentabilidade no campo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu de um amplo processo de mobilização, ocupação e resistência por parte dos camponeses que sofriam com a expulsão das terras onde trabalhavam. Os primeiros registros de ocupações datam de 1979 e ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2010).

O país atravessava o início de um processo de transição entre o regime militar e a abertura democrática. A ditadura militar havia aprofundado ainda mais as desigualdades econômicas no campo, ao colocar em vigor um modelo agrário concentrador e excludente, baseado na modernização da agricultura através da chamada “revolução verde”, que priorizava a expansão agrícola do capitalismo em detrimento da agricultura familiar. Fernandes (2010) registra ainda que o governo militar tentou minimizar os conflitos de terra com a implantação de grandes projetos de colonização na Amazônia que não foram bem-sucedidos, uma vez que não conseguiu minimizar as ocupações de terra no restante do país.

A fundação oficial ocorreu em 1984, em Cascavel, no Paraná, em um Encontro Nacional dos que desde o fim da década de 1970 protagonizavam as lutas pelo acesso à terra. O evento contou com a participação de mais de 80 pessoas oriundas de 13 estados do Brasil. “Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p.9).

Fernandes (2010) defende que o processo de organização e territorialização do movimento pode se diferenciar em quatro momentos da formação do MST: gestação (1979-1984), que é o período que precede a formação oficial do movimento; consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional; institucionalização (a partir de 1990); e mundialização, em que predomina o fortalecimento dos movimentos camponeses na esfera internacional e pode ser caracterizado pela criação da Via Campesina. “Tais fases foram forjadas tanto por determinação das decisões das instâncias

políticas do MST quanto pela mudança na conjuntura brasileira e global” (FERNANDES, 2010, p.163).

As mudanças na conjuntura não influenciaram apenas no processo de territorialização e organização do MST. Também vão influenciar em uma aproximação do movimento com outras bandeiras de lutas, aliando à necessidade da reforma agrária com uma série de outras questões fundamentais para a transformação social, como a própria questão ambiental. O aprofundamento da modernização do campo aliado a uma nova fase do capital financeiro na agricultura, conhecido como agronegócio, são elementos que compõem esta nova conjuntura.

O agronegócio é caracterizado, sobretudo, pela ofensiva predatória sobre o meio ambiente e as sucessivas tentativas de privatização dos bens naturais, a exemplo da água e do patrimônio genético das plantas. Para Stédile (2013), o agronegócio pode ser definido de acordo com as seguintes características:

Em resumo, pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (agrobusiness), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. (STÉDILE, 2013, p. 33)

Percebemos o quanto o ambiente é exaustivamente explorado e sofre com os processos de degradação. A natureza é entendida aqui como mercadoria, sem que haja uma preocupação com o futuro da terra. Desta forma, exemplificamos aqui a atuação da racionalidade econômica sobre a natureza, conforme iniciamos a contextualização deste capítulo.

O modelo do agronegócio do país praticamente manteve-se inalterado nas duas últimas décadas (1990-2010), mesmo com chegada de governos progressistas ao poder. De fato, é inegável que embora muito tenha sido feito para diminuir as desigualdades sociais, dando condições reais de melhoria de vida às populações, os governos progressistas – na América Latina em geral – não conseguiram desprender-se do capital financeiro. No Brasil, isso

significou, dentre outros fatores econômicos, a manutenção de uma balança comercial favorável, a partir da exportação de *commodities* agrícolas²¹, por exemplo.

A conjuntura descrita acima vai permear as duas fases mais importantes do MST para este trabalho: a institucionalização (a partir de 1990) e a mundialização. Fernandes (2010) aponta que o processo de institucionalização permitiu que o MST ampliasse sua estrutura organizativa, ao criar uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa, além de criar coletivos com diversos eixos temáticos “(...) passando por questões de gênero e cultura à agroecologia e aos direitos humanos” (FERNANDES, 2010,p.173). O processo de mundialização vai permitir que o MST crie alianças importantes com outros movimentos sociais a nível mundial, na esperança de lutar contra o capital financeiro na agricultura e as inúmeras tentativas de mercantilização da natureza. Essa fase pode ser resumida no lema “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”.

São nestas duas fases em que perceberemos a gradativa entrada do ambientalismo no projeto político do movimento. Não vamos demarcar, a toda hora, onde começa uma fase ou outra. Deixaremos este exercício para a percepção dos leitores. Desta forma, faremos uma análise desse processo a partir dos documentos do movimento e da literatura já existente.

2.3.1 Antecedentes do debate ambiental

Vignatti (2005) afirma que as preocupações ambientais sempre estiveram presentes no ideário do movimento. Contudo, num primeiro momento a luta pela reforma agrária é quem vai nortear todo o processo de estruturação do MST enquanto movimento organizado. Isso significa que da oficialização (1984) até o começo dos anos 2000, com o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o MST preocupou-se eminentemente com a regulamentação constitucional das desapropriações para a reforma agrária e a efetivação de que a reforma pudesse ser implementada.

Entretanto, observamos que a questão ambiental esteve periféricamente inserida nos documentos do movimento. Negri (2005) registra uma preocupação ambiental no “Plano Nacional do MST: 1989 a 1993” que propõe “Desenvolver um trabalho de educação entre as famílias assentadas, principalmente jovens e crianças, sobre a importância da preservação dos recursos naturais (fauna, flora, solo e água)”. (PLANO NACIONAL *apud* NEGRI, 2005, p. 22).

²¹ *Commodities* é o termo utilizado para designar as mercadorias consideradas matérias-primas ou em estado mínimo de industrialização.

Costa Neto e Canavesi (2002), afirmam que de 1995 em diante, o MST intensificou o discurso programático em favor da sustentabilidade ao unir-se aos representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas às questões da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Vignatti(2005) também aponta as ONGs e a articulação do movimento ambientalista no Brasil, como já historicizado aqui, como fundamentais para o que a autora considera como "bases fundantes da aproximação do MST com a temática ambiental" (p.47).

Um outro ator importante para aproximar o debate ambiental ao MST é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (VIGNATTI,2005; NEGRI, 2005). Ligada à Igreja Católica, a CPT foi criada em 1975, em pleno regime militar, para dar assistência aos trabalhadores rurais, posseiros e peões da Amazônia. Tão logo se observou que os problemas no campo eram nacionais, a CPT passou a dar assistência aos camponeses de todo o Brasil. A influência da Igreja é considerada importante na formação da ideologia do MST e na construção do movimento, uma vez que no período de gestação do movimento²² a CPT promoveu os primeiros encontros preparativos para a oficialização do MST.

Scherer-Warren (2000) também considera importante a ideologia cristã na formação do movimento Sem Terra e atribui mais duas principais correntes de pensamento para a formação do movimento. “O MST constrói sua meta-ideologia a partir da influência de três principais correntes de pensamento: a simbologia cristã, a teoria marxista-leninista (vide strapazzon, 1998) e o “ideário democrático” do novo movimento cidadão globalizado (cf. Rossiaud & SchererWarren,op. Cit.)” (p.35).

Segundo Negri (2005), o MST traz para seu interior pontos de discussão da CPT como a preocupação com a preservação do meio ambiente e a busca por um modelo de produção alternativo para os assentamentos. "Ao levar para o seu interior os princípios teológicos que justificam a luta pela terra, o MST incorporou também o discurso agroecológico da CPT e assumiu a mesma preocupação com meio ambiente se solidarizando com as causas dos movimentos socioambientais” (NEGRI, 2005, p.36).

Vignatti (2005) destaca ainda a Romaria da Terra – que em 2001 teve o elemento “Água” adicionado ao título da romaria — como um instrumento político importante dessa relação MST com a Igreja. Um outro ponto a ser destacado da ligação histórica entre o MST e a CPT é o princípio do cooperação agrícola e do trabalho coletivo defendido pela organização

²² Ver FERNANDES, 2010.

religiosa (SCHLACHTA,2008) e incorporado ao Movimento Sem Terra quando da implantação dos primeiros assentamentos.

Desta forma, o processo de cooperação foi a forma de organização econômica e política encontrada pelo MST para dar condições de produção aos trabalhadores assentados. Este modelo fundamentou-se nas experiências de cooperativas agrícolas de países da América Latina e Caribe e no desenvolvimento de uma teoria da cooperação agrícola²³. O enfraquecimento das políticas de crédito agrícola no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1992) também contribuiu para que o movimento optasse por este modelo de organização da produção agrícola.

Em maio de 1992, atendendo às exigências legais e jurídicas, o movimento ajuda a fundar a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que passa a articular uma estrutura de organização em todos os níveis (municipal, estadual e federal). Assim, foi possível que o movimento aglutinasse as cooperativas e as associações.

O movimento passa, então, a difundir a proposta de cooperação para todos os Estados a partir do desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Stédile e Fernandes (2012) afirmam que, embora o SCA remeta-se à ideia do sistema cooperativista, é uma indicação ideológica. “Tem como meta articular todos os assentados e continuar debatendo qual é o futuro do desenvolvimento rural, da produção dos assentamentos; enfim, promover o debate econômico que está relacionado com todos os assentamentos” (STÉDILE;FERNANDES, 2012, p.107).

O modelo de cooperação agrícola apresentou uma série de dificuldades no desenvolvimento e organização dos assentamentos, apresentando um processo de esgotamento ainda na década de 1990. Stédile e Fernandes (2012) avaliam que, em um primeiro momento, a tentativa de organizar as cooperativas pelo método do laboratório de campo²⁴ mostrou-se um tanto quanto ortodoxa, porque as subjetividades e objetividades de cada comunidade não eram consideradas na organização da cooperativa. Não bastava que os assentados entendessem apenas de cooperativismo. Era preciso haver um entendimento político sobre o assunto e um planejamento com relação ao nível de acumulação do capital

²³ Teoria desenvolvida a partir dos estudos do professor Clodomir Santos de Moraes. Um dos principais pensadores do MST sobre a organização das Cooperativas Agrícolas e um dos principais articuladores dos chamados Laboratórios Organizacional de Campo (LOC). Ele defendia a ideia de que a divisão do trabalho é fundamental para o aumento da produtividade.

²⁴ Método desenvolvido pelo Professor Clodomir Santos de Moraes consistia em uma formação concentrada sobre o sistema de cooperação agrícola e a divisão do trabalho. A proposta é que os camponeses pudessem evoluir para uma consciência social diferente da do camponês típico.

existente, o tipo de produto que seria possível produzir, as condições geográficas e climáticas da região.

Uma outra questão apontada como causa do esgotamento da cooperação dos assentamentos no MST foi a dificuldade de implementar o modelo de cooperação dentro do sistema capitalista (BORGES, 2007; SCHLACHTA, 2008). Isso colocava a cooperação agrícola em inúmeras contradições com a proposta defendida pelo movimento. Algumas experiências de cooperação, por exemplo, passaram a adotar um sistema de monocultura, principalmente de grãos, numa tentativa de tornar-se competitivo para o mercado. A repetição de uma matriz tecnológica, baseada na adoção de maquinário pesado, também, é uma das contradições existentes. A estratégia esbarrava na falta de uma política de crédito fundiário consistente, capaz de subsidiar a produção agrícola.

Não entendemos a cooperação agrícola como uma experiência que não deu certo. Embora houvesse restrições, consideramos uma alternativa fundamental para que o MST pudesse desenvolver o seu processo de territorialização e organização político-social. Mas mostrou-se limitada, à medida em que a conjuntura política e econômica foi se alterando para dar lugar ao fortalecimento do Agronegócio. Além disso, o MST inaugurou uma nova perspectiva para cooperação agrícola, ao fazer dela um importante instrumento político e social, conforme descrevemos anteriormente o SCA e, a seguir, nas palavras de Stédile e Fernandes (2012).

Não estamos somente preocupados com a conquista de um pedaço de terra, mas com a formação integral de toda a nossa base social. Queremos ser libertos e construir comunidades bonitas, com outras relações sociais, baseadas na amizade, na solidariedade. Enfim, comunidades desenvolvidas, no sentido pleno da palavra (STÉDILE E FERNANDES, 2012, p.109).

Neste contexto, para fugir das amarras do capital financeiro na agricultura e do mercado capitalista tradicional, o MST buscava cada vez mais um modelo de agricultura que primasse pelo abastecimento da população e, em seguida, pela venda do excedente. A terra e a reforma agrária cumpriam, assim, uma missão social. “Queremos, primeiramente, produzir para a população. É o retorno ao apoio que ela dá à luta pela reforma agrária” (STÉDILE E FERNANDES, 2012, p.108). A outra alternativa encontrada pelo movimento foi a criação de projetos de agroindústrias viáveis para os assentamentos.

O esgotamento do modelo de produção cooperativista permitiu que muitos assentamentos se aproximassem de uma alternativa pautada na agroecologia. Segundo Hecht (1999), embora o termo agroecologia tenha surgido nos anos 1970, suas práticas são tão

antigas quanto a própria origem da agricultura. Os registros dessa afirmação estão, segundo a autora, nas descobertas sobre a exploração agrícola das antigas civilizações indígenas não-ocidentais em que as tecnologias desenvolvidas demonstravam um cuidado, para impedir os riscos ambientais e econômicos. A retomada de uma agricultura menos dependente dos insumos químicos dá-se num contexto pós-revolução verde, em que começam a surgir os primeiros sinais de que estes produtos causavam danos ao ambiente e à saúde humana. Aqui citamos como exemplo o clássico livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1962), em que a autora mobiliza a opinião pública sobre o efeito dos inseticidas nos pássaros.

Para Hecht (1999) a Agroecologia pode ser definida como muitas coisas. Numa perspectiva normativa ou prescritiva, ela é definida da seguinte forma: “Ela [a agroecologia] incorpora ideias sobre um enfoque mais ligada ao meio ambiente e abordagem socialmente sensível para a agricultura, com foco não apenas na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção” (p.17, tradução nossa)²⁵. Já num sentido mais restrito, “a agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos no campo da cultura, tais como as relações predador/presa, competição ou cultura/erva” (HECHT, 1999, p. 18, tradução nossa)²⁶. Nesse mesmo sentido que Primavesi (2013) explica que a agroecologia é sobretudo uma relação da agricultura com o meio ambiente, a partir da observação dos fluxos ambientais.

Agroecologia é, simplesmente, a agricultura realizada no contexto de todos os fatores da natureza que contribuem para a produção. É uma forma de produção realizada de maneira mais natural e isso se exercita no campo para que o solo, a planta e os seres vivos permaneçam saudáveis. A raiz da planta mostra tudo que está acontecendo com o solo e responde quais nutrientes ela precisa. É como se a olhássemos como um médico, que sabe como se apresenta uma doença. Nós estragamos a terra ao fazer a produção agrícola de maneira artificial. (PRIMAVESI, julho de 2013).

Para o MST, a agroecologia é baseada na crítica feita à matriz agrícola, entendendo-se a necessidade de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmica a partir de um amplo debate sobre a tecnologia utilizada (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009). O movimento acredita ainda que, para colocar em prática a agroecologia, é preciso que haja apoio para as comunidades rurais,

²⁵ Citação original. “(...) la agroecología a menudo incorpora ideas sobre un enfoque de la agricultura más ligado al medio ambiente y más sensible socialmente; centrada no sólo en la producción sino también en la sostenibilidad ecológica del sistema de producción” (HECHT, 1999, p.17).

²⁶ Citação original: “En un sentido más restringido, la agroecología se refiere al estudio de fenómenos netamente ecológicos dentro del campo de cultivo, tales como relaciones depredador/presa, o competencia de cultivo/maleza”(HECHT, 1999, p.18).

baseando-se, inclusive, numa produção energética sustentável, a exemplo da energia solar. Para o movimento, esse modelo pode ser adotado dentro de um viés capitalista. Contudo, não é objetivo da Agroecologia perpetuar o sistema capitalista. Desta forma, entende-se que a agricultura agroecológica também deve combater as amarras do capital financeiro.

Negri (2005) e Borges (2007) classificam o atual momento vivenciado pelo MST como uma “Transição Agroecológica”, sendo caracterizado pela busca de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e de alternativas tecnológicas para a agricultura. O termo “transição” é empregado para dar a ideia de que não é fácil passar repentinamente de um modelo de agricultura para outro.

Todavia, sabe-se que a passagem de um modelo agrícola para outro não se realiza da forma automática, existem implicações que vão desde fatores culturais até os de ordem econômica e de políticas públicas, sendo necessário um período de transição que leve ao processo de ecologização. Sendo necessária para atingir a maturidade do processo de ecologização que supere o modelo produtivista da agricultura convencional, entendemos que transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudanças na forma de se produzir, manejando o agroecossistema racionalmente, respeitando o ambiente e realizando a passagem de um modelo agroquímico para um outro que possibilite princípios e métodos de produção com base ecológica. (NEGRI, 2005, p. 61)

A questão ambiental vai, pouco a pouco, passando a fazer parte do projeto político do movimento que começa a compreender que a terra precisa ter uma função social combinada à luta ecológica. Nesse sentido, durante a realização do “Seminário o MST no momento político atual: Situação e perspectivas”, realizado em 1998, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ademar Bogo, escritor e dirigente do MST, aponta a mudança no paradigma socioambiental como uma das linhas de ação que o movimento deve traçar como forma de promover a transformação social e buscar uma identidade coletiva para o movimento. Dentro deste processo, a ecologia é um fator primordial.

Nós acreditamos que a ecologia está a serviço da vida, então queremos que a área de assentamento, desenvolva a defesa da ecologia, reeducando e recuperando o meio ambiente. As áreas que a gente encontra devastadas, a nossa política é de reflorestar essas áreas, não basta apenas pregar que se deve ter uma consciência ecológica ou uma consciência ambiental mais desenvolvida. Nós temos a possibilidade, essa condição imediata justamente associada à conquista da terra e se não virão esses aspectos, de nada vale a luta pela reforma agrária. (BOGO, 1998, p. 283-284)

Ressaltamos aqui que o processo de construção do ambientalismo e de uma transição agroecológica dentro do MST – descrito aqui até agora – é uma visão geral do movimento. Ao

longo da história, há registros de experiências agroecológicas em assentamentos no Paraná, Espírito Santo, Ribeirão Preto-SP, Minas Gerais e Rio de Janeiro²⁷. Em Paranacy, no Paraná, por exemplo, o Assentamento de Santa Maria constrói, desde o início dos anos 1990, uma experiência de produção agroecológica. Um processo que não se deu da noite para o dia, como falado anteriormente. Para se ter uma ideia da noção temporal de quanto dura essa transformação, somente em 2002, quase dez anos depois das primeiras incursões agroecológicas, é que o Assentamento Santa Maria passou a produzir leite e derivados de forma agroecológica, embora já contasse com a certificação de outros produtos como a produção de hortaliças. Isso demonstra o quanto é processual a mudança paradigmática relacionada à questão ambiental.

Ainda na perspectiva de apontar fatos e atores que influenciaram diretamente na formação de um ambientalismo no MST, consideramos um outro ator importante para fortalecer os laços entre o movimento e a questão ambiental: a Via Campesina. Esta entidade é uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Está presente em quatro continentes e foi criada, em uma perspectiva internacionalista, para ajudar na luta contra a expansão do agronegócio sobre a agricultura.

A Via Campesina assumiu uma posição de destaque no cenário político ao participar da Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, e ainda da Assembleia Global sobre Segurança Alimentar, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em Quebec, Canadá. Em ambos os eventos, a defesa contra o agronegócio estava pautada na luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional²⁸ dos povos do campo, uma vez que as grandes empresas multinacionais já haviam lançado no mercado as primeiras sementes modificadas geneticamente.

As chamadas sementes transgênicas foram criadas com a promessa de que seriam mais resistentes a pragas e, portanto, não seria necessário o uso de agrotóxicos. Contudo, esse modelo de acesso às sementes, deixava os agricultores cada vez mais nas mãos dessas empresas seja por conta do pagamento de royalties seja porque as empresas inviabilizaram a produção de sementes nativas, obrigando os trabalhadores rurais a comprar exclusivamente as sementes transgênicas.

²⁷ Essas experiências foram organizadas pela CONCRAB no livro intitulado “Sistematização das experiências agroecológicas do MST”.

²⁸ Segundo a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar estabelece que todos tenham acesso à alimentos seguros, em quantidade que supra às necessidades nutricionais, sempre respeitando costumes e culturas locais. A Soberania Alimentar considera a alimentação como uma expressão da soberania nacional. Um povo para ser livre, tem que, necessariamente expressar essa soberania.

2.3.2 O ambiental nos anos 2000

Retomando a abordagem da construção do ambientalismo a partir de uma linearidade cronológica, destacamos que, em 1998, realizou-se o primeiro Seminário Nacional sobre Meio Ambiente e Reforma Agrária, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). O seminário tinha por objetivo: " (I) o direcionamento das causas e dos problemas ambientais que se agravavam na região amazônica; (II) as ações dos agricultores tradicionais e (III) as ações dos movimentos de luta pela terra como o MST" (VIGNATTI, 2005, p.57).

No ano seguinte, em 1999, o MST realizou, em parceria com o Ministério Público Estadual e Federal, o seminário sobre Meio Ambiente e Reforma Agrária. O seminário tinha por objetivo discutir sobre a função social da terra e a defesa do meio ambiente. Deste evento, foi lançado um documento importante para o movimento: a Carta de Ribeirão Preto "Pela Reforma Agrária, em defesa do meio ambiente".

Uma das principais conclusões apontadas pelo documento era de que não poderia ser considerada produtiva, do ponto de vista jurídico-constitucional, a atividade rural que necessitasse utilizar inadequadamente os recursos naturais e degradar o meio ambiente, para alcançar o grau de eficiência na exploração da terra. Desta forma, no ponto 8 da carta a função social da terra é assim expressa: "A função social da propriedade rural exige a preservação do meio ambiente. Logo, não atende à função social a propriedade que não possuir suas áreas de preservação permanente e de reserva legal devidamente florestadas." (CARTA..., 2000, p.12).

Para Costa Neto e Canavesi (2002), somente a partir de 2000, durante a realização do IV Congresso do Movimento, é que o MST vai intensificar o diálogo com a pauta ambiental. O congresso, realizado com o tema "Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio", alertava para o problema das sementes transgênicas e a necessidade de combater este modelo de agricultura, intitulado de "o modelo das elites".

Além disso, o movimento reafirmava em sua linha política, a necessidade de uma mudança na matriz tecnológica que fosse ambientalmente sustentável, mas que, ao mesmo tempo, garantisse a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social (MST, 2000). A necessidade de mudanças era uma crítica à política adotada pelo governo da época que denunciava o estímulo da implantação de grandes fazendas de grãos na região Centro-oeste. Denunciava ainda o desmantelamento do setor público agrícola, com destaque para o sucateamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (VIGNATTI,

2005). O documento pontuava ainda o quão necessário era resgatar o debate em torno de temas como meio ambiente, biodiversidade, água doce, a defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. “Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária” (MST, 2000).

É também nesse período que o movimento lança um documento específico para tratar da questão ambiental. Intitulado “Nossos compromissos com a terra e com a vida”, o documento traz dez resoluções que apontam caminhos para proteger e preservar a natureza e todas as formas de vida. Embora consiga simplificar a complexidade ambiental neste documento, o movimento apresenta o ambiental como uma parte importante na luta da reforma agrária e reafirma as linhas políticas contra o agronegócio e a função social da terra.

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida;

1- Amar e preservar a terra e os seres da Natureza;

2 Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura;

3-Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;

4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;

5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;

6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores, etc.;

7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;

8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza;

9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;

10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

(Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 36).

Com os transgênicos ameaçando cada vez mais a agricultura, em 2002, durante a realização da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Via Campesina lança a campanha “Sementes patrimônios dos povos à serviço da humanidade”. O objetivo era garantir a soberania alimentar em todo o mundo, assegurando que os agricultores produzissem suas próprias sementes, de forma sadia e ambientalmente sustentável, de acordo com a realidade de cada região. Com isso, se evitaria a disseminação de sementes transgênicas, já que não se sabia os riscos que estas sementes causariam ao meio ambiente e à saúde humana.

A “Sementes patrimônios dos povos à serviço da humanidade” foi a primeira campanha a estimular o debate sobre a mudança de tecnologia na agricultura, como forma de combater as desigualdades sociais e econômicas estabelecidas no campo e o modelo predatório de exploração sobre o ambiente. Para Corrêa e Monteiro (2004), membros do Setor de produção, cooperação e meio ambiente e do Coletivo nacional da Frente de Meio Ambiente do MST²⁹, a campanha extrapolaria a temática do transgênico e evoluiria para um programa ambiental abrangente capaz de integrar novas dimensões relacionadas ao campesinato.

O Programa Ambiental, informado anteriormente, começou a ser gestado pelo MST entre 2003 e 2004, de forma a organizar as discussões que o movimento já realizava sobre a questão ambiental. Segundo Vignatti (2005, p. 73), o programa ambiental “constitui-se na reflexão sobre as atividades práticas já implementadas nos assentamentos, que se utilizam de estratégias que primam pelo desenvolvimento de ações ordenadas e integradoras das dimensões sociocultural, econômica e ambiental”. O programa previa uma série de medidas para fortalecer o desenvolvimento sustentável nos assentamentos e a garantir a preservação ambiental das propriedades rurais.

Em 2006, a questão ambiental ganha destaque nacional com a campanha das mulheres da Via Campesina contra o capitalismo. Por todo o Brasil, as camponesas transformaram o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, em um grande ato contra a permissão da comercialização de milho transgênico pelo governo brasileiro à Bayer e à Monsanto, contra os desertos verdes³⁰, e aos diversos problemas ambientais enfrentados nas regiões do país. Contudo, a ação mais marcante foi a ocupação das instalações da Aracruz Celulose, empresa produtora de celulose, em Barra do Ribeiro, a 56 km de Porto Alegre.

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para nós, camponesas e camponeses, estes elementos da natureza são a base da vida, são riquezas que não tem preço, por isso não podem ser mercantilizadas. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, o capitalismo avança sobre o mundo desrespeitando limites, leis, colocando em risco a vida de todos os seres vivos, inclusive da humanidade. (VIA CAMPESINA – BRASIL, 08/03/2006)

²⁹ A partir de 2001, o Setor de Produção e Cooperação do movimento incorporou a dimensão ambiental em sua nomenclatura passando a ser intitulado de "Setor de Produção, Cooperação, e Meio Ambiente". O movimento criou ainda o coletivo nacional, estadual e local de meio ambiente.

³⁰ O predomínio da monocultura do eucalipto, acácia ou pinus para beneficiar a indústria de celulose favorece o chamado deserto verde. Nestes lugares a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam e há contaminação por poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.

As imagens das mulheres destruindo o horto florestal da Aracruz Florestal, em um protesto contra a expansão das plantações da monocultura do eucalipto e da compra ilegal de terras por empresas estrangeiras, teve repercussões em vários grandes jornais do Brasil e do exterior.

Embora a ação tenha intensificado um processo da mídia em criminalizar o MST, o 8 de março tornou-se para o movimento de mulheres camponesas, um marco contra “a Violência do agronegócio e dos Agrotóxicos: por reforma agrária e soberania alimentar” (VIA CAMPESINA – BRASIL, Março/2011). A mulher passou a ser um dos elementos centrais nas disputas e ações ambientais que estão sendo empreendidas pelo MST.

A pobreza tem cara de mulher. No Brasil são as mulheres e as crianças pobres que mais sofrem as consequências desse modelo devastador do meio ambiente e dos direitos sociais. A vida está ameaçada! Por isso estamos em luta contra o Agronegócio e os agrotóxicos para defender nossa cultura, nossa terra, o meio ambiente e a nossa saúde! As gerações futuras dependem da nossa ação! (VIA CAMPESINA – BRASIL, Março/2011).

Desta forma, entendemos que a questão ambiental passa a ser um elemento importante na disputa pelo projeto de sociedade que o MST quer construir, entendendo que a mudança entre as relações entre homem/mulher e natureza são fundamentais para a construção de uma nova sociedade. Essas linhas políticas foram reafirmadas no V Congresso Nacional do movimento. A carta final do congresso enfatiza a questão ambiental como prioritária para a ação do período, trazendo elementos importantes da conjuntura ambiental da época.

Oito dos dezoito pontos de ação política sugeridos pelo documento colocam a necessidade de superar os problemas relacionados ao meio ambiente. São temas como a transposição do Rio São Francisco, o desmatamento das florestas para expansão do latifúndio; a expansão dos agrotóxicos e da monocultura; o combate às sementes transgênicas; a monopolização do comércio e a produção das sementes pelas transnacionais; a demarcação das terras indígenas; a defesa da agroecologia e de técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente, da água como um direito de todos.

O que podemos inferir num esboço comparativo entre os documentos do IV e V congresso é que, embora haja uma mudança no contexto histórico e político, praticamente as questões a serem contestadas não se alterou. Ao contrário, houve uma ampliação dos temas e da necessidade real de fortalecer a luta para além da reforma agrária. Esse cenário é fruto de

um aprofundamento no modelo agrícola estabelecido. Percebemos que à medida que o agronegócio se fortalece, surgem mais problemas a serem denunciados e combatidos pelo movimento. Também consideramos que há, aqui, um salto no acúmulo político que o MST tem sobre o tema, direcionando de forma objetiva como proceder sobre o tema. Veja o quadro 1 comparativo abaixo com os principais pontos de cada documento. Os documentos completos encontram-se anexos a este trabalho.

QUADRO 1 - Comparativo entre os congressos do MST realizados nos anos 2000 e 2007

Comparativo entre os congressos do MST realizados nos anos 2000 e 2007			
Linhas definidas no IV Congresso do MST – 200	Temas	Linhas definidas no V Congresso do MST - 2007	Temas
<p>3. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.</p> <p>> Realizar debates com om a sociedade em geral, nos colégios, etc.</p> <p>> Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.</p> <p>> Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a Sociedade.</p> <p>4. Desenvolver linhas</p>	<p>1.Mudança na matriz tecnológica agrícola</p> <p>2.Modelo pautado na sustentabilidade ambiental</p> <p>3.Debate acerca de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia.</p>	<p>3.Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.</p> <p>5.Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.</p> <p>6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta,</p>	<p>1. Transposição do Rio São Francisco, o desmatamento das florestas para expansão do latifúndio.</p> <p>2. A expansão dos agrotóxicos e da monocultura;</p> <p>3. O combate às sementes transgênicas</p> <p>4. Combate a monopolização do comércio e a produção das sementes pelas transnacionais</p> <p>5. A demarcação das terras indígenas</p> <p>6. A defesa da agroecologia e de técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente</p> <p>7. Água como um direito de todos.</p>

<p>políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar Social.</p> <p>6. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra.</p> <ul style="list-style-type: none"> > Organizar calendários para as atividades solidárias. > Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo). > Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas. > Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades. > Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades. > Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais. 		<p>Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.</p> <p>9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.</p> <p>10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.</p> <p>11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem</p>	
---	--	---	--

<p>10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.</p> <p>> Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.</p> <p>> Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões.</p> <p>> Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.</p> <p>> Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semiárido.</p>		<p>produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.</p> <p>12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.</p> <p>13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Informações obtidas a partir dos documentos do MST

Destacamos ainda três outros episódios que são importantes na construção do MST com o ambientalismo. O primeiro deles está relacionado com as alterações feitas no Código Florestal. O Código Florestal Brasileiro foi alterado em 2012, após passar por um longo processo tanto na Câmara Federal como no Senado.

Para o MST, o Código Florestal, da forma como estava, era um salvaguarda para o avanço das fronteiras agrícolas e, conseqüentemente, do agronegócio, porque impunha limites

à devastação ambiental na propriedade rural, ao estabelecer altos percentuais para Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)³¹. A aprovação da nova redação do código florestal mudaria os percentuais, permitindo que novas áreas fossem desmatadas para ampliar a plantação. Segundo a nota divulgada pela Secretaria Nacional do MST, a luta dialogava diretamente com as pretensões da Via Campesina que havia definido propostas para um “profundo programa ambiental para o campo brasileiro”.

Antes de qualquer medida, defendemos a manutenção do Código Florestal, que deve ser cumprido de forma a implementar uma agricultura camponesa sustentável. Fazemos parte da campanha pelo "Desmatamento Zero" para interromper a devastação florestal imediatamente. Para as áreas de Reforma Agrária, propomos aos governos um programa amplo para reflorestamento com árvores nativas, a construção de agroflorestas e um programa de Educação Ambiental. (MST, 2010)

O MST esteve diretamente envolvido nas lutas e campanhas para que a legislação ambiental brasileira não sofresse com este processo de flexibilização. Além dele, diversos atores envolveram-se na discussão desta que pode ser considerada uma das grandes disputas ambientais no país. De um lado, envolveram-se movimentos sociais e redes de movimentos sociais e, do outro, os chamados “ruralistas”, donos de grandes investimentos agropecuários e com forte inserção no congresso brasileiro e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Outro fato cronológico identificado aqui com a questão do ambientalismo é a participação do movimento na Cúpula dos Povos, em junho de 2012, realizado paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Aqui o movimento se destaca pela ação política de questionar o que a ONU convencionou chamar de “Economia Verde”. Embora ainda seja um termo conceitualmente em disputa, em que não há nitidez sobre o seu conceito, a Economia Verde tem sido apresentada como o caminho para conciliar Desenvolvimento Sustentável e capital financeiro. É nessa questão que reside a crítica do movimento, uma vez que os beneficiados são, sobretudo, os operadores do agronegócio.

O momento mais marcante dessa participação foi a ação realizada pelo MST e as organizações ligadas à Via Campesina no estande organizado pela CNA, Embrapa, Sebrae e

³¹ A Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal podem ser definidas de acordo com o Art. 3º da Lei Nº 12.651 que diz o seguinte: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:(...) II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; (...)” (BRASIL, Lei Nº 12.651 de 25 de Maio de 2012)

empresas multinacionais como a Monsanto. Centenas de manifestantes que participavam de uma marcha organizada pelos movimentos já citados, conseguiram chegar ao estande AgroBrasil e colaram vários cartazes e faixas, denunciando o uso abusivo de agrotóxicos.

O agrotóxico é uma das grandes questões que tem afetado a vida daqueles que moram no campo, seja por problemas na questão da insegurança alimentar, seja por problemas na saúde da população. O Brasil é, desde 2008, o maior consumidor de agrotóxicos do planeta, superando países como os Estados Unidos. Nos últimos dez anos, o comércio de agrotóxicos cresceu 193%, ao passo que o crescimento foi de 93% a nível mundial (ABRASCO, 2012). Isso significa que o consumo de agrotóxico cresceu muito nas áreas plantadas. Passou de 10,5 litros por hectare em 2002 para 12,0 em 2011 (Idem, 2012).

Os números assustadores do que é considerado uso indiscriminado de agrotóxico levaram diversos movimentos sociais a se organizarem em uma mobilização nacional para conter o avanço do agrotóxico a partir de uma ampla mobilização da saúde, em especial daqueles que são produzidos a partir de substâncias proibidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse sentido, foi articulada, em 2011, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Entre as cerca de 50 entidades signatárias do processo, estão os movimentos ligados às questões do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, e o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. Em um outro momento, discorreremos mais sobre a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

A contextualização, embora longa, do ambientalismo no Brasil e do lugar do rural neste processo, nos leva a compreender o caminho percorrido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo da construção do processo político do movimento na sua relação com a questão ambiental. Percebemos que esta trajetória não está tão “descolada” das agendas pautadas pelo ambientalismo ao longo das décadas. Ao contrário, o movimento tem-se incorporado, cada vez mais, ao cenário de reivindicações que tenta impedir o avanço da chamada “crise ambiental” a nível mundial, compreendendo que a luta pela reforma agrária é também uma luta pela superação dos problemas ambientais.

Em entrevista à revista Carta Capital³² de agosto de 2011, João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes do MST, afirma que o movimento deixou de lado a luta pela reforma

³² AGGEGE, Soraya. O MST muda o foco. Carta Capital, 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco> . Acesso em 01/08/2011

agrária tradicional e passou a desenvolver o caminho da “reforma agrária popular”, a partir da defesa de um novo modelo de desenvolvimento agrícola, no caso o agroecológico.

Observamos ainda que, além das agendas, a construção deste ambientalismo está ligado a uma articulação do MST com diversos atores do movimento social e na constituição de uma ampla rede de movimentos sociais que ajudam o MST no diálogo teórico e academicista sobre o tema, mas também na possibilidade de colocar em prática as questões discutidas e as que podem se tornar visíveis para a sociedade, influenciando a formação de uma opinião pública. No tópico seguinte, discorreremos sobre esse diálogo do MST com as redes de movimentos sociais e o ambientalismo.

2.4 As Redes de Movimentos Sociais: transversalidade ambiental e a ampliação do diálogo do MST com a sociedade

Os Novos Movimentos Sociais passaram por uma mudança significativa na forma de construir as agendas sociais, nas últimas décadas. A luta não está mais centralizada em uma única pauta, mas articulada a outras bandeiras de lutas, por entender que as opressões às populações menos favorecidas, decorrentes do capitalismo, estão interligadas de uma forma ou de outra. Com isso, a luta feminista é também encarada em uma dimensão antirracista e a questão antirracista, por exemplo, é também contra o racismo ambiental. Isso significa dizer que as identidades destes movimentos podem ser específicas ou transidentitárias (SCHERER-WARREN, 2012) com intervenções pluritemáticas.

Neste cenário de mobilização e articulação dos movimentos sociais, Scherer-Warren (2012) destaca que existem quatro níveis mais comuns de organização da sociedade civil que são mais frequentes e presentes na sociedade contemporânea. O primeiro nível está na categoria organizacional e é classificado, pela autora, como Organizações de base ou associativismo localizado. Aqui se encontram Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações civis e comunitárias, coletivos de cidadãos e organizações não-institucionais. O segundo nível estabelece um sistema articulatório e de mediação política em que é possível encontrar os fóruns de representantes das organizações de base e as redes de redes, por exemplo. “É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o estado”(SCHERER-WARREN, 2012, p.28). Ainda segundo a autora, essas articulações tornaram-se possíveis graças a recursos técnicos como a internet e os e-mails.

O terceiro nível de organização está relacionado as formas de Mobilizações na Esfera Pública. Os movimentos sociais, os fóruns, as redes e as redes das redes realizam grandes manifestações em praça pública, “(...) com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (SHERER-WARREN, 2012, P.29).

Por fim, a autora fala sobre o último nível: a Rede de Movimento Social. Formado pelos outros níveis anteriores (SCHERER-WARREN, 2007a), a Rede de Movimentos Sociais é o nível mais complexo de organização da sociedade civil, visto que há uma maior politização em relação à conquista dos direitos e às transformações sociais.

Isto acontece porque, como afirma a autora, os grupos percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade política e social com a finalidade de não apenas de ganhar visibilidade e produzir impacto na esfera pública, mas como forma de obter conquistas para a cidadania. Neste sentido, os NMS organizam-se em redes de movimentos sociais, entendidas aqui de acordo com a definição abaixo:

Redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico: 1) de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a *identidade* do movimento; 2) de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus *adversários*, com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica, na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus *objetivos*, ou constroem um *projeto* para o movimento. (SCHERER-WARREN in MAIA & CASTRO, 2006b, p.216, grifo do autor).

Este cenário das Redes de Movimentos Sociais permitiu um amplo diálogo do ambientalismo multissetorial brasileiro com os demais movimentos sociais em busca de pensar novas formas de desenvolvimento e sustentabilidade. Neste sentido, as primeiras articulações em Rede do ambientalismo vão se originar ainda durante a Rio-92, agregando diversos setores, temáticas³³.

Uma característica importante dessas redes ambientalistas é a desterritorialização das fronteiras, sejam elas políticas ou econômicas. Ou seja, elas possuem elos transnacionais, permitindo as articulações entre o local e o global. Também é característica das Redes ambientalistas o caráter questionador que elas possuem, bem como a capacidade de serem

³³ É desse período, por exemplo, a criação da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

propositivas (JACOBI, 2000), buscando minimizar os efeitos da degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento acelerado. Neste sentido, Jacobi (2000) considera fundamental a disseminação das informações ambientais e a publicização dos riscos, inclusive em escala global.

A complexidade da temática ambiental é o grande desafio das redes ambientalistas. Na maioria das vezes, as disputas travadas por estas redes estão no campo da subjetividade e da mudança de valores éticos. Além disso, a vertente ambiental está ligada a quase todos os problemas estruturais da sociedade, já que os problemas estão expostos, podem ser sentidos na pele e aos olhos da sociedade. Por isso, o ambientalismo tem conseguido dialogar e se articular com tantos outros movimentos sociais de forma transversal. Desta forma, concordo com Jacobi (2000) quando ele afirma que “O ambientalismo tornou-se um ator que, embora carregue consigo as marcas de seu processo de afirmação, assume um papel relevante e abrangente, baseado num esforço planejado de diálogo com outros atores sociais” (p.155).

As Redes de Movimentos Sociais também ajudaram a renovar e a dinamizar as lutas dos movimentos sociais rurais, uma vez que passaram a fazer um intercâmbio com uma série de outros temas, incluindo aí a questão ambiental. Predominam características como a adoção de pautas pluritemáticas e, principalmente, o aprofundamento da regionalização e da transnacionalização³⁴ destes movimentos com o intuito de reagir à globalização liberal, opressora e excludente.

Neste último aspecto, vale ressaltar o surgimento de diversos núcleos organizativos dos movimentos sociais rurais nos anos 1990, época do auge das políticas neoliberais, principalmente na América Latina. Podemos citar como exemplo a Via Campesina, criada em 1992; a Coordenação Latina de Organizações Camponesas (CLOC), formada em 1994; e o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), criado em 1995. Segundo Scherer-Warren (2007b) o FNRA foi criado "(...) com o objetivo de transcender as lutas mais corporativas dos movimentos sociais através de uma articulação nacional do conjunto dos movimentos sociais do campo, de entidades e pessoas comprometidas com a reforma agrária e a questão da democratização da terra" (p.8).

Dentro deste contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desenvolvido um papel fundamental na articulação dos movimentos e enquanto referência para outros movimentos sociais. Embora nessas redes seja estabelecido o princípio da

³⁴ Pesquisa realizada por Edelman (2003 *apud* Niemeyer 2006) aponta que o processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais remonta ao fim do século XIX e início do XX.

Rosa (2010) destaca ainda que o padrão de lutas por reforma agrária, no Brasil contemporâneo, está intimamente ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para ele, a importância do MST neste cenário está diretamente relacionada à forma inédita de mobilização social e cita como exemplo as marchas, os acampamentos, as ocupações, entre outros processos. O autor defende também que a forma de reivindicação do MST permitiu o surgimento de dois processos significativos. O primeiro está vinculado a relação entre o Estado e os movimentos. Segundo ele, o MST é responsável pela mudança significativa dessa relação e que é reproduzida em diversos espaços, sejam eles rurais ou urbanos.

O segundo processo demonstra que ações do MST contribuíram para a formação de uma série de outros grupos (rurais e urbanos) cuja ação política não está diretamente relacionada à questão agrária. O MST serve de inspiração na reivindicação de grupos já estruturados. Para demonstrar esta ideia, o autor relata, de forma particular, a formação de quatro movimentos: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, ainda, dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O MST é ainda o agente formador das lideranças destes movimentos. Muitos dos quadros públicos passaram por formações políticas promovidas pelo MST. O movimento abre espaço principalmente àqueles que compõem a rede de movimentos sociais.

Para Rosa (2010), algumas lideranças são fruto da dificuldade de se acomodarem nos quadros do MST e da própria dinâmica do movimento, por serem pessoas mais velhas ou já possuírem família constituída, o que impossibilita uma dedicação integral ao movimento. Ainda assim, o autor ressalta que “ (...) o MST tem tido um papel fundamental para a formação de categorias novas de percepção – gênero, agricultura familiar e sem-terra – que, ao longo do tempo foram capazes de aglutinar famílias e indivíduos em torno de movimentos.” (ROSA, 2010, p. 477).

Neste capítulo, procuramos mostrar a formação do pensamento ocidental sobre o meio ambiente; a formação do ambientalismo e a interseção com os movimentos sociais rurais, a exemplo do MST; a incorporação da questão ambiental ao MST; e a constituição de novas formas de organização e mobilização dos Novos Movimentos Sociais, através das Redes de Movimentos Sociais e, ainda a importância do MST neste contexto. Embora à primeira vista, a digressão histórica e sociológica pareça longa, dada a complexidade da questão ambiental, esses elementos são importantes para ajudar o leitor a compreender a formação do projeto político ambiental do MST e a o papel do movimento perante a Campanha Permanente contra

os Agrotóxicos e pela Vida, bem como a compreensão de como se articula a própria Campanha.

No segundo capítulo, mostramos como a Comunicação ajuda a construir e a fortalecer a identidade dos movimentos sociais e a sua relação com a cidadania. A partir da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, discorremos sobre a estratégia de visibilidade midiática para o projeto ambiental do MST. Entraremos em categorias importantes que podem vir a nos ajudar a identificar e analisar os elementos que constituem o ambientalismo no MST, analisar os efeitos desta articulação ambiental na mobilização do MST no espaço público, investigar como a Campanha Permanente contra o agrotóxico e pela vida dá visibilidade aos movimentos sociais dentro da agenda ambiental e, ainda, de que forma a Campanha constrói uma agenda midiática, pública e política sobre a questão ambiental.

CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE FORJADA NA LUTA: TEMPOS DE RESISTÊNCIA, PROJETO E VISIBILIDADE POLÍTICA

Iniciamos a discussão deste segundo capítulo fazendo uma reflexão sobre as dificuldades, os desafios e a complexidade de se estudar as questões relacionadas às dinâmicas dos movimentos sociais na atualidade. Quando iniciamos esta pesquisa nos apegamos a um detalhe determinado pelos processos de construção das identidades dos movimentos sociais que leva em conta uma luta que não é apenas por um tema, mas por uma variedade de questões apontadas por Scherer-Warren (2012) e citadas no capítulo anterior.

Aqui, a conjuntura colocada em questão remete o leitor para o início dos anos 2000, com a reconfiguração de uma nova ordem geopolítica após o ocorrido em setembro de 2001 nos Estados Unidos³⁵, a ascensão dos governos progressistas na América Latina e a crise neoliberal de 2008 que levou uma série de países a uma profunda recessão econômica. Estes fatos tiveram uma forte influência sobre os movimentos sociais, na primeira década do século XXI.

Nos primeiros capítulos deste trabalho, situamos os leitores da existência de um estado de crise que é geral e sistêmica. Ora, aqui também apontamos que há uma crise em curso em que, novamente, tem-se evidenciado uma oportunidade de crescimento para estes atores. Preciado e Uc (2012) apontam quatro aspectos do que eles consideram como uma crise conceitual e geopolítica dos movimentos sociais na América Latina. O primeiro aspecto está relacionado justamente com a ascensão dos governos progressistas entre os anos 2000 e 2011, que “produziu uma cooptação inerente das agendas emblemáticas dos movimentos por parte dos Estados” (p. 82).

Neste cenário, há uma leitura de que essa cooptação, por vezes, retirou os movimentos sociais de um enfrentamento direto com governos que, na maioria das vezes, foram eleitos por uma ampla aliança com estes movimentos. Concordamos que haja uma cooptação das agendas por parte das instituições; contudo, não podemos esquecer que existiu uma mudança na relação entre governo e movimentos. Na maioria dos casos, a criminalização dos movimentos sociais foi substituída paulatinamente pela tentativa do diálogo e pela necessidade de ampliar a participação dos mais variados segmentos da população nas decisões dos rumos políticos do governo. Com isso, concordamos que é possível falar de cooptação de agendas, mas não

³⁵ Nos referimos a série de ataques contra os Estados Unidos atribuídos a organização Islâmica Al-Queda. O ato ficou famoso pela derrubada de duas Torres do complexo empresarial World Trade Center, um dos pontos turísticos de Nova Iorque. A resposta dos Estados Unidos foi uma intervenção militar no Afeganistão, conhecida como Guerra ao Terror.

significa que as instituições e movimentos foram também cooptados, visto que as mobilizações continuaram a ocorrer.

Não podemos deixar de observar que o próprio MST tem sido acusado de ser cooptado pelos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). Citamos como exemplo a reportagem do jornal O Globo³⁶ que afirma que o número de ocupações de terra por parte do MST caiu drasticamente no governo Dilma, embora o desempenho do governo em assentar as populações tenha sido o menor dentre os governos democráticos.

Entretanto, consideramos que a matéria veiculada pelo jornal O Globo trata de maneira muito superficial as questões sobre a reforma agrária. Há fatores bem mais complexos que explicam a diminuição das ocupações de terra por parte do MST. De forma resumida, apontamos aqui esses fatores: o estabelecimento de um diálogo maior com os governos progressistas – como já citado, a implantação de políticas públicas para as populações do campo que têm garantido o acesso às terras e ao crédito; e a regularização fundiária no campo, que tem diminuído a expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e os conflitos de terra existentes.

Um outro aspecto da crise descrito por Preciado e Uc (2012) está relacionado com as dificuldades encontradas pelos fóruns de articulação. Os autores citam o caso do Fórum Social Mundial (FSM) que tem perdido o sentido inicial de sua articulação, uma vez que “Existe uma confusão em torno de quem são os sujeitos das transformações devido às diferentes dimensões do contra hegemônico, governos progressistas e ativistas antiestatais, que afeta a identidade política dos movimentos” (PRECIADO;UC, 2012, p.83). A entrada massiva de ONGs na organização dos Fóruns, a participação de entidades com uma identificação claramente neoliberal e, por fim, a institucionalização do FSM a partir da promulgação de uma lei que o coloca no calendário de eventos oficiais da cidade de Porto Alegre são dois exemplos dessa confusão política que demonstra a desarticulação dos movimentos diante da construção de alternativas ao modelo neoliberal e de um outro mundo possível, como versa a proposta do FSM.

Preciado e Uc (2012) citam ainda as dificuldades dos movimentos sociais de se relacionarem com as alternativas de integração regional viabilizada pelos governos progressistas e, por último, a falta da consolidação a uma alternativa concreta ao modelo de desenvolvimento, que ainda está pautado no extrativismo e na exportação de *commodities*.

³⁶ ÉBOLI, Evandro. Em 2013, MST registra o menor número de invasões durante governos do PT. O Globo, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/em-2013-mst-registra-menor-numero-de-invasoes-durante-governos-do-pt-11192302>> Acesso em: 14/04/2014.

Embora estes governos tenham plataformas identificadas com as ideologias de esquerda, ainda persiste uma forte influência do capital financeiro em vários aspectos da economia.

Se na América Latina os movimentos experimentam as contradições de apoiarem governos progressistas, ao passo que também criticam as alianças destes mesmos governos com o capital financeiro, na Europa o cenário é um tanto quanto diferente, embora também persista a resistência frente ao capital. Esta resistência parte dos poucos movimentos sociais organizados que tentam discutir os rumos do modelo socialdemocrata que, durante muitos anos, colocou a Europa na vanguarda da garantia dos direitos sociais. O medo da volta do neoliberalismo combinado com as medidas de austeridade financeira têm provocado uma nova onda de mobilizações que evidenciam não apenas a crise econômica, mas uma crise política na qual a representatividade e as formas de organização política tradicionais – como o caso dos partidos políticos – estão sendo questionadas.

Estamos assistindo a novas formas de mobilização social global que tem levado às ruas das cidades milhares de pessoas como ocorreu nos casos do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; o movimento dos Indignados ou 15M, na Espanha; as jornadas de luta pela educação pública, no Chile; a Primavera Árabe, ocorrida na Tunísia e no Egito; as revoltas na Grécia; as manifestações de junho de 2013, no Brasil. Estes conflitos reforçam a ideia de crise, mas ao mesmo tempo a de oportunidade de crescimento, uma vez que temos um cenário de recomposição dos movimentos sociais e a abertura de novos repertórios de mobilização.

Observamos que a primeira década do século XXI foi marcada por rápidas transformações na política econômica mundial que exigiram respostas igualmente rápidas dos movimentos sociais para resolver impasses ao qual foram submetidos. Por isso, à primeira vista e, antes de entrar no mérito da construção teórica sobre o conceito de identidade, é possível que hajam indagações sobre a atualidade e pertinência de se estudar a construção identitária de um movimento rural frente à questão ambiental, visto que o contexto descrito acima nos remete a problemas que são eminentemente urbanos e que colocam em discussão cenários ainda muito incertos quanto aos movimentos sociais e às suas formas de atuação.

Contudo, por mais que os olhares tenham-se voltado para as cidades e o rural pareça estar invisibilizado nesta conjuntura, ressaltamos que cabe a ele os mesmos problemas que estão nas grandes cidades: violência, falta de saneamento básico, más condições nos serviços de transporte, educação e saúde. Segundo Silva (2013), “das 4,3 milhões de famílias pobres residentes em áreas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), 70% não tem também rede coletora de esgoto ou fossa séptica, quase 30% não tem água encanada, embora menos de

5% não tenha luz elétrica no domicílio.” (p.241). Neste sentido, não podemos atribuir ao rural o sinônimo do atraso, como se fosse oposição à modernidade figurada nas cidades.

Além disso, parte da academia tem reivindicado que os estudos sobre classes sociais volte a ser central nas pesquisas³⁷ acadêmicas, sob a premissa de que os estudos sobre identidade ofuscaram os problemas inerentes à luta de classes. A ideia é que essa categoria, a de classe social, seja necessária para uma compreensão do atual momento em se nota uma urgência por mudanças estruturais, já que a ascensão e queda das classes sociais têm impactado diretamente nos repertórios de mobilização e organização dos protestos mundo afora.

É preciso ter a compreensão de que vivenciamos uma nova conjuntura deste período de globalização. A ameaça de um novo ciclo do neoliberalismo, a incapacidade de respostas e de atualização da social democracia, a consolidação dos governos populares e democráticos na América Latina e a expansão política e econômica pós-colonial sobre os países africanos nos levam a crer que vivenciamos um momento importante de reconstrução das identidades dos movimentos sociais tanto no contexto das cidades quanto no rural. Além disso, uma das características fundamentais do processo identitário é a possibilidade de se construir diferentes identidades ao longo da vida. Nesse sentido, entendemos que existe um período de construção (ou reconstrução, ou ainda readequação) das identidades, graças a rapidez das transformações sociais apontadas anteriormente e do uso das tecnologias por diversos movimentos sociais. Esses elementos nos dão a resposta da pertinência da categoria para este trabalho e do momento oportuno em insistir na pesquisa sobre as identidades.

Quanto à questão das classes, não podemos deixar de observar que os processos identitários cada vez mais tem-se aproximado da luta de classes, uma vez que estamos também lidando com processos em que residem as leis fundamentais da dialética marxista, em que se opõem exploradas e exploradores (BOGO, 2010). No caso do ambientalismo, percebemos claramente, no primeiro capítulo, que as disputas de classe existiram na construção do movimento. Por isso, nossa opção em historicizar tanto a partir dos setores que se constituíram como ambientalistas, quanto quem são os que realmente são afetados pelos problemas ambientais e quem lucra com essa crise.

³⁷ Citamos aqui os estudos de classe Jessé de Souza, Marcio Pochmann, André Singer e Ellen Meiksins Wood. Sobre este assunto, Wood (2009) considera que a pesquisa sobre identidades, ao qual ela considera como modismo acadêmico, foi fortemente influenciada pelo princípio de que o capitalismo era a única opção viável e que a luta de classes estava fora da agenda mundial. Para ela: “Estos nuevos guerreros no clasistas de cierta izquierda académica actual aceptan en la práctica la construcción neoliberal del universo social. Tampoco para ellos hay clases o política de clases; simplemente, un mundo postmoderno en el que la fragmentación, la diversidad y las identidades ‘múltiples’ han acabado con las viejas solidaridades de clase.” (WOOD, 2009).

Se, por um lado, a luta urbana está em evidência, a questão agrária resiste cada vez mais frente ao capitalismo e ao agronegócio. Podemos dizer que, neste aspecto, as identidades colocam-se cada vez mais em discussão à medida que a globalização econômica vai tomando novas configurações neste século XXI e avança cada vez mais em direção aos recursos naturais. Para Bogo (2010), “discutir sobre a questão das identidades é também um modo de propor como salvar o Planeta” (p.60). Para o autor, isso será possível a partir da denúncia de que o modo de produção capitalista está esgotado e que o futuro da humanidade está comprometido. “Superar o capitalismo, dominar o capital e o Estado, só assim será possível dar à humanidade uma alternativa de sobrevivência” (BOGO, 2010, p.60).

3.1 Identidades: da resistência ao projeto político

É fato que o estudo sobre a identidade é complexo porque se trabalha com elementos que variam entre a subjetividade e objetividade, conforme a área de abordagem. Contudo, para este trabalho não vamos entrar diretamente no mérito da construção da identidade pelo viés da subjetividade, embora reconheçamos sua importância neste processo, principalmente quando estamos falando de mudanças paradigmáticas a partir do viés ambiental. Mas nos interessa aqui a construção sociológica das identidades visto que estamos analisando a construção identitária de um processo que se estabelece no interior de um movimento social e não apenas da individualidade de seus sujeitos. Desta forma, partimos de uma visão mais macro sobre a constituição das identidades, porque estamos trabalhando na perspectiva que há, também, a construção de um projeto em curso.

Para Hall (2006, p.10), identidade é o resultado das mudanças ocorridas, ao longo do processo histórico, de três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Segundo o autor, o sujeito do iluminismo é caracterizado pela concepção de que “o indivíduo está totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação (...)”. Nesta definição, a identidade é algo fixo e nasce com o sujeito, não havendo, portanto, nenhum tipo de variação na identidade deste indivíduo ao longo da vida.

A noção sociológica sobre o sujeito prevê um indivíduo totalmente contrário ao processo anterior e aprofunda a complexidade das transformações oriundas da modernidade tardia. De acordo com esta visão, “a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é

formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p.11).

Ainda segundo Hall (2006), é este sujeito sociológico que tem sofrido transformações no período pós-moderno, uma vez que agora “está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”(p.12). Para o autor, essas identidades variadas passam a ser estabelecidas na medida em que nos deparamos com a multiplicidade do sistema cultural dentro do processo de passagem da modernidade tardia para a pós-modernidade. Escoteguy (2010) considera ainda que a identidade é eminentemente uma construção histórica, oriunda da relação entre passado e presente, de novos discursos teóricos e da emergência de novas práticas culturais.

Trata-se de uma categoria política e culturalmente construída em que a diferença e a etnicidade são seus elementos constituintes; a experiência da diáspora se transforma em emblema do presente; a hibridização deixa sua marca e a fluidez da identidade torna-se ainda mais complexa pelo entrelaçamento de outras categorias socialmente construídas, além das de classe, raça, nação e gênero” (ESCOTEGUY, 2010, p. 156).

A pós-modernidade e o processo de globalização são, sem dúvida, os agentes temporais necessários para entender a perspectiva de identidade em Hall (2006). O tempo aqui não é necessariamente cronológico, mas segue a conjuntura em vigor. A globalização é entendida como sendo “aqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2006, p.67). Percebemos que estas características atribuídas à globalização são comuns às descritas anteriormente, no primeiro capítulo, quando nos referimos ao agronegócio, caracterizado, sobretudo nesta última década, pelo investimento das transnacionais na compra de terras e na distribuição de sementes. Aqui não há espaço ou tempo definido. A globalização encarrega-se de tornar estes processos como sendo únicos. Entretanto, as fronteiras tornam-se um desafio na construção das identidades em tempos de globalização, uma vez que esta tem colocado em xeque a autenticidade das identidades nacionais.

Hall (2006) argumenta que estas identidades são construídas e transformadas a partir de representações, embora as pessoas já nasçam envoltas sobre o manto das culturas nacionais. Desta forma, são atribuídos adjetivos tais como inglês, brasileiro, francês, entre outros, para identificar os nascentes daquela nação e que são regidos por culturas específicas. “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas

participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2006, p.49, grifos do autor). Essa ideia de nação é, sobretudo, impressa a partir de ações discursivas que giram em torno das origens, da tradição, do mito fundacional, da suposta pureza dos povos. Neste sentido, mais do que estabelecer culturas, as identidades nacionais conferem poder ao Estado-nação, uma vez que determina todo um sistema de representação.

Bogo (2010) nos alerta que esta fase da globalização tem gerado consequências danosas para o planeta e para a construção das identidades em geral, à medida que o agronegócio e a dominação do homem sobre o ambiente tem afetado o que o autor considera como a “identidade da Terra”, uma vez que esta possui características físicas que se vão modificando. O autor cita, por exemplo, que a mudança na composição dos solos com a inserção de elementos artificiais pode provocar a dizimação de milhares de espécies. “E a Terra vai assumindo a própria identidade do ser humano: impotente, desinteressada, depressiva, improdutiva etc.” (BOGO, 2010, p.54). Desta forma, é fundamental incluir a Terra como parte dos estudos sobre identidade, a partir do seguinte conceito:

A identidade deve ser entendida como inter-relação das espécies descritas nos cinco reinos em confronto com os interesses do capital que busca ali, pela exploração, aumentar seus lucros. Em estado de natureza ou não, elas contribuem e participam de uma forma ou de outra na realização da cultura humana. Sem de uma forma ou de outra na realização da cultura humana. Sem a madeira, o escultor não consegue ir do abstrato da imaginação ao concreto do artesanato, mas, ao retirar a matéria-prima da floresta, pode deformá-la por completo ou preservá-la. No caso de destruí-la, não terá, no futuro, onde aplicar as suas habilidades, pois a irresponsabilidade cultural exauriu a capacidade natural. (BOGO, 2010, p.57)

Embora pareça uma visão romantizada da relação humanidade e natureza, o argumento desenvolvido pelo autor nos faz compreender como os processos culturais são influenciados pela constituição do meio ambiente, apesar destes processos não serem determinados por ele, uma vez que o ambiente também está em constante transformação. Ressaltamos ainda que estas mudanças não são apenas físicas, são também oriundas da relação histórica que a humanidade estabeleceu com a Terra ao longo dos anos, assunto sobre o qual já discorreremos no primeiro capítulo, ao resgatarmos sobre a construção da racionalidade econômica sobre a ambiental.

Entretanto, voltamos a este ponto para tratarmos de uma outra identidade citada por Bogo (2010): “as identidades feridas”. Para o autor, a mudança na forma de entender o planeta e adoção de tecnologias cada vez mais danosas ao ambiente, tem provocado feridas nas identidades ao produzir a dependência química da Terra (através de insumos e agrotóxicos), a monetização da água e o surgimento de epidemias que cada vez mais tem destruído plantações e as criações de animais.

Desta forma, temos a civilização avançando propositalmente para uma “identidade modificada”, na qual o lucro das empresas parece ser mais importante do que a vida. Essas identidades tem colocado em risco o equilíbrio ambiental e cultural, já que as mudanças genéticas, como é o caso dos transgênicos, são práticas cada vez mais comuns no meio científico.

Bogo (2010, p. 76), ao responder quais são os malefícios, os crimes culturais e as mudanças de identidade que as interferências genéticas produzem na agricultura, afirma que “a ganância das empresas pelo dinheiro e pelo poder está fazendo com que elas coloquem em risco a existência dos hábitos, costumes e tradições desenvolvidas pela convivência biológica”. Isto significa, por exemplo, que comunidades inteiras podem sofrer um processo de diáspora ou ainda de fragmentação de suas identidades à medida que temos o avanço das interferências genéticas, químicas e físicas sobre o ambiente.

Citamos, como exemplo, os indígenas de Oaxaca, na região sul do México. Neste lugar a o milho transgênico tem afetado consideravelmente a histórica relação que as populações têm com a espécie. Oaxaca é reconhecida por ter uma grande variedade de milho nativo na região mexicana. As espécies variam de acordo com o tamanho e a cor dos grãos e são remanescentes milenares da cultura maia. Embora o governo mexicano tenha proibido a adoção de sementes transgênicas no país, experimentos comprovaram que o patrimônio genético do lugar havia sido alterado, mudando, por conseguinte, a forma de plantar, de colher e de se alimentar dos indígenas. O caso deles foi relatado no documentário “O mundo segundo a Monsanto”, da jornalista francesa Marie-Monique Robin. Podemos citar ainda – como exemplo dessas “identidades modificadas” – a migração de populações que já sofrem com as consequências dos efeitos climáticos, como o aumento no nível dos oceanos e de secas violentas, que tem prejudicado a produtividade na agricultura.

Para Hall (2009, p. 36), o processo de migração ou de diáspora tem consequências diretas nas identidades que passam a ser múltiplas e, principalmente, desterritorializantes, de acordo com a combinação espaço-tempo promovida pela globalização. “As culturas, é claro, têm seus 'locais'. Porém não é tão fácil dizer de onde elas se originam”. Ressaltamos que não estamos aqui fazendo uma defesa de que as culturas devam permanecer fixas e imutáveis, mas apenas demonstrando de que forma o ambiental tem influenciado os processos de mudanças dessas identidades a partir de mudanças que também são culturais. Bogo (2010) aponta que o que tem ocorrido com essas populações, em especial aquelas que vivem no campo, é o resultado da opção preferencial do capitalismo pela dissolução das identidades, considerando que, neste contexto, estão relacionadas com uma identidade camponesa.

Sobre esta questão, importante ressaltar, a partir da própria ponderação feita por Bogo (2010), sobre o que significa a ideia de uma identidade camponesa. O autor aponta que esta ideia foi introduzida no Brasil de forma recente, muito, principalmente, a partir dos teóricos de esquerda diante da tentativa de comparar os trabalhadores do campo da Europa e da América Latina. Contudo, segundo o autor, embora tenha havido uma generalização do conceito, a caracterização das identidades regionais permaneceu, já que, no caso do Brasil, a variedade regional tem forte influência na construção dessas identidades.

O próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento central na discussão desta pesquisa, tem dificuldade em se reconhecer enquanto camponês. Stédile explica essa situação a partir da opção pelo uso de “Trabalhadores Rurais” em detrimento de camponês para nomeação do movimento:

(...) A palavra “camponês” é meio elitizada. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um vocábulo comum. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) foi o único que usou o termo “camponês”. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meiro, arrendatário. É, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas que não foi assimilado. Não sendo uma palavra popular, não tinha como colocá-la ao nome do movimento. (STÉDILE;FERNANDES, 2012, p.33)

Embora tenha uma variedade de definições para determinar aqueles ou aquelas que trabalham no campo ou no rural, como apontadas no texto anterior, é importante reconhecer que o significado de camponês, bem como a construção das identidades, vai muito além de categorizar quem são esses trabalhadores. “(...) Essa população, desde sua origem, sempre foi mais do que uma categoria ou uma classe; é especialmente uma cultura que se estrutura em torno do trabalho e traz em si, pela própria natureza, a radicalidade da luta, porque lida com a radicalidade da vida” (BOGO, 2010, p. 94). E o que está em jogo, sem dúvida, são os rumos dessa cultura.

Voltando a ideia de pensar a dissolução dessas identidades, Bogo (2010) afirma que existem cinco aspectos em que se manifestam as reações contra as dissoluções e as contradições da globalização. O primeiro deles é a dissolução e a afirmação das identidades a partir das condições históricas. Aqui se manifestam as tentativas de não reconhecimento das comunidades locais e a cultura a elas relacionadas. O processo é histórico e pode ser observado desde os primeiros relatos de colonização de um povo sobre outro, em que predominavam tentativas de coerção de uma cultura sobre a outra, assim como ocorreram nas diásporas identificadas por Hall (2009). Entretanto, mesmo em períodos pós-colonial, ainda encontramos tentativas de coerção sobre as culturas regionais. Para Bogo (2010, p. 99), este

processo acontece, sobretudo, a partir das empresas, principalmente as transnacionais, que tem intimidado os trabalhadores, forçando-os a mudanças bruscas no uso das tecnologias de produção e inserindo-os em processos cada vez mais técnicos. O autor afirma ainda que as estratégias utilizadas partem de diversos subterfúgios “vão desde a obrigatoriedade de consumir insumos, máquinas ou sementes geneticamente modificadas, com a integração e o assalariamento, ou a simples expulsão pela compra ou expropriação das terras, com alagamentos para fins da construção de hidrelétricas”.

O outro processo, no esteio da dissolução, está relacionado à afirmação da identidade. Para Bogo (2010), o capital financeiro tem levado às populações a se adaptarem a uma única identidade, moldada e construída de acordo com os seus interesses. Isto significa que não é permitido vivenciar as diferenças ainda que haja a busca pela construção de um mundo igualitário. Um exemplo disso é o que se é observado com as populações que vivem no rural onde são cada vez mais tensionadas, para incorporarem o modo de vida das populações urbanas, a partir, na maioria das vezes, do consumo de roupas, acessórios, eletrodomésticos, carros, etc.

Não é incomum, por exemplo, observarmos, nos ambientes rurais, a substituição do burro e do jumento, enquanto transporte das famílias, pelas motos, deixando os animais abandonados e sem função social. Até mesmo a bicicleta tem sido colocada de lado para dar lugar aos motorizados, uma escolha igualmente realizada pelas cidades, na qual cresce a opção pelo transporte individual e poluidor.

Neste exemplo, observamos o quanto a globalização econômica tem trazido contradições aos mais variados processos identitários. É inegável que, no exemplo citado acima, houve uma melhoria considerável da vida das pessoas, em termos de facilidade e deslocamento do espaço-tempo, ao passo que as tradições também foram postas de lado. Com isso, já entramos no terceiro ponto: a dissolução e a afirmação da tradição. Antes de seguir discorrendo sobre esse ponto, ressaltamos que consideramos como tradição a definição proposta por Hall (2009):

(...) Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. É claro, um mito – como todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história. (p.29)

A tradição, embora amparada pelos mitos, tem uma grande importância para o rural, visto que não se trata meramente de manter as identidades que, como já dissemos, não são imutáveis, mas de garantir condições de sobrevivência das mais variadas espécies da natureza. Nesse sentido, é fundamental que haja uma continuidade da fabricação das próprias sementes, do uso racional do solo, do uso das plantas como complementos medicinais. Tudo isso para garantir que o capital não interfira em elementos que possam, no futuro, comprometer a existência do planeta.

Com isso, é fundamental que estejamos atentos a mais uma contradição do processo de dissolução que é o equilíbrio cultural. Bogo (2010) afirma que o equilíbrio é uma relação entre as forças que, embora nem sempre respeitadas, agem para a manutenção de uma ordem vigente. Não vamos aqui nos repetir quanto ao que o capital tem feito com as populações rurais e com o desequilíbrio, mas é fundamental que tenhamos em mente que qualquer dos desequilíbrios (sejam eles culturais ou ambientais) também comprometem a vida e desencadeiam uma série de outros problemas no cotidiano.

Por fim, temos que as contradições geradas pela dissolução das identidades têm afetado também a afirmação da consciência dos camponeses e camponesas que têm perdido a batalha para o capital financeiro e suas vaidades à medida que aceitam as imposições geradas por este. Entendemos que o estímulo à valorização da cultura do campo e da autoestima dos camponês contribui para a permanência dos trabalhadores em seus lugares de origem e para reverter o avanço do capital nessas áreas (BOGO, 2010).

A partir dos elementos que compõem a dissolução das identidades, compreendemos que apenas a globalização e a mudança nos processos culturais não são os únicos fatores responsáveis pela construção ou reconstrução das identidades nesse período pós-moderno. Com isso, concordamos com Castells (1999, p.23), quando afirma que “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”.

Para o autor, a relação estabelecida na construção destas identidades – que não são apenas pensadas apenas a partir dos sujeitos, mas também enquanto uma construção coletiva – é dada a partir das relações de poder. Ora, isto é perceptível, quando entendemos que a globalização econômica cria relações de poder e opressão entre os povos e o próprio capital. Neste contexto, Castells (1999) faz a distinção da origem e da construção das identidades a partir de três definições: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras da resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre as qual as sociedades historicamente se estabeleceram.(CASTELLS, 1999, p.24).

Castells (1999) acrescenta, ainda, que uma identidade de resistência pode vir a se tornar uma identidade de projeto ou se tornar uma identidade legitimadora. Esta identidade dá origem à sociedade civil, conforme a definição de Gramsci (apud Castells, 1999, p.24), em que “ um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” .

Nesse processo de construção das identidades, a identidade de resistência é uma das mais importante, pois leva à formação das comunas ou comunidades. É ela quem dá origem às resistências coletivas diante das opressões construídas de forma histórica ou pela influência da geografia e da biologia sobre as populações menos favorecidas dentro do sistema político e econômico, como tem sido os processos de combater o racismo e a homofobia, por exemplo. São identidades que estão em um processo defensivo, buscando reverter o julgamento de valores da ideologia dominantes e das suas instituições (CASTELLS, 2009).

Bogo (2010) afirma que a identidade de resistência é importante, para definir o lugar em que se está na contestação do poder dominante. Entretanto, o autor ressalva que esta deve ser pensada sempre como uma identidade transitória. Do contrário, resistir seria apenas confirmar que as identidades são estáticas. Para ele, a solução seria, portanto, avançar para a formulação de uma identidade de projeto de classe e socialista, considerando-se mais eficiente nas disputas com as forças hegemônicas.

A identidade de projeto prevê a construção de sujeitos, entendidos aqui não como sinônimo de indivíduos, mas como um espectro bem mais amplo. Com isso, temos que uma identidade oprimida expande-se para realizar uma transformação social. Isso significa que a identidade de projeto é construída, sobretudo, a partir de uma disputa dos valores sociais, ou seja, o que está em jogo é a construção de uma outra forma de sociedade em que a igualdade e a diferença possam existir de forma pacífica e libertadora, na construção de um outro mundo possível. Podemos observar o avançar desses processos no próprio ambientalismo ou na construção da identidade de um movimento como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A respeito da construção das identidades no movimento ambientalista ao longo do processo histórico, compreendemos que primeiramente há uma identidade colocada que é de resistência. Castells (1999) aponta que ela é construída, sobretudo, a partir de quatro discursos presentes na própria trajetória do movimento, oriundas, sobretudo, das mais variadas correntes de pensamento do ambientalismo³⁸.

O primeiro discurso é o de que existe uma relação estreita e, ao mesmo tempo, ambígua com a ciência e a tecnologia. Se, por um lado, o movimento condena violentamente a ideia de dominação que a ciência construiu sobre a natureza ao longo dos tempos, por outro utiliza-se das informações da ciência para alimentar a luta e seus discursos. É com base nessa relação que reside o segundo discurso apontado por Castells (1999), o de que o ambientalismo é um movimento com base na ciência. Sobre estes dois discursos reside a tentativa de promover uma racionalidade ambiental, retirando da ciência o poder sobre a natureza, entendendo-a, de fato, como uma comunidade de vida.

O terceiro discurso identificado por Castells (1999, p.155) diz que “os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica das duas expressões fundamentais e materiais da sociedade: o tempo e o espaço”. Para o autor, existe o que ele considera uma oposição entre o espaço de fluxo e o espaço de lugares. O primeiro é articulado por mobilizações simultâneas, utilizando-se das tecnologias da informação, proporcionando uma escala global. Aqui parece não existir fronteiras e a luta dos mais variados atores é uma só. Já o espaço de lugares privilegia a mobilização local, em um espaço físico, utilizando, por vezes, a organização institucional. Observamos, então, a dicotomia local e global, tentando buscar o equilíbrio nos discursos e mobilizações ambientais.

O quarto discurso está relacionado com o tempo. Para explicar esta afirmativa, Castells (1999) resgata o conceito e a divisão de tempo proposto por ele: o tempo cronológico, típico do industrialismo em que o tempo é medido por uma sequência cronológica dos eventos; o

³⁸ Abordamos algumas destas correntes no primeiro capítulo.

tempo intemporal, característico de sociedades dominantes – como a sociedade em rede – em que há a predominância de fenômenos voltados à instantaneidade; e o tempo glacial, na qual se estabelece uma relação evolucionária e a longo prazo entre humanidade e natureza.

“Desenvolvendo um pouco mais este conceito [o de tempo glacial], proponho a ideia de que o movimento ambientalista caracteriza-se justamente pelo projeto de introdução de uma perspectiva de 'tempo glacial' em nossa temporalidade nos planos da consciência individual e da política” (CASTELLS, 1999, p.158). É junto a este novo tempo que está embutido a identidade de projeto do movimento ambientalista. Temos, então, a perspectiva da inclusão de valores para mudanças sociais em que está em jogo a preservação do planeta para as gerações futuras.

Por meio dessas lutas fundamentais sobre a apropriação da ciência, do tempo e do espaço, os ecologistas inspiram a *criação de uma nova identidade*, uma identidade biológica, *uma cultura da espécie humana como componente da natureza*. Essa identidade sociobiológica não implica a negação das culturas populares e grande apreço pela autenticidade cultural de diversas tradições. Contudo, seu adversário declarado é o nacionalismo do Estado. Isso porque o Estado-Nação, por definição, tende a exercer poder sobre um determinado território. (CASTELLS, 1999, p.159, grifo do autor)

De novo, observamos que o que está em jogo é a perspectiva de uma mudança de valores na sociedade, incluindo a possibilidade de diálogo com outras identidades, já que a nova identidade – proposta anteriormente– não elimina as identidades já existentes, mas se incorpora a outras identidades previamente construídas. Para Scherer-Warren (2012), este é o resultado de sociedades globalizadas, multiculturais e complexas. “As identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do *self*: de gênero, étnica, de classe, regional; mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças etc.”. A esta variedade de diálogos entre as mais variadas identidades, Scherer-Warren (2012) classifica de *transidentitária*³⁹, como já havíamos situado no primeiro capítulo.

Para nós, as identidades propostas por Castells (1999) que mais dialogam com a proposta desta pesquisa, de investigar a construção da identidade do projeto político ambiental

³⁹ O termo *transidentitário* tem ganhado muita força na literatura a respeito das identidades de gênero, para explicar as identidades que vão além das expressões do masculino e do feminino ou que são combinadas a elas. Entretanto, optamos por utilizar a mesma nomenclatura para explicar os fenômenos dos movimentos sociais no contexto da globalização, por entender que o prefixo “trans” encerra uma definição importante sobre a constituição da proposta aqui estudada. Ora, é inegável que, tratando-se de identidades coletivas, estamos presenciado um processo de ir além das primeiras identidades estabelecidas da constituição dos movimentos. Defendemos, portanto que este termo, não deve ficar restrito apenas aos estudos de gênero e sexualidade.

no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são as identidades de resistência e de projeto. Como observamos anteriormente, a questão ambiental vai sendo incorporada paulatinamente ao MST, entendendo que o ambiental vai-se incorporando a uma identidade que já está constituída e que é primeiramente camponesa⁴⁰, trabalhadora rural⁴¹ e também própria ao movimento.

Terminamos o primeiro capítulo deste trabalho, desenvolvendo a ideia do quanto o MST tornou-se uma importante referência de luta social e sinônimo de combate à exploração capitalista para os outros movimentos. Pois bem, essa concepção está diretamente ligada com a identidade construída pelo MST ao longo da sua formação histórica. Uma identidade que não é meramente política, mas, também, uma construção cultural que está para além dos sem-terra, “a medida em que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história” (CALDART, 2004, p.32). Essa construção identitária se dá nos mais variados campos: na nomeação das ações e na construção do próprio nome, nos símbolos utilizados, nos gestos, na música e na linguagem.

A primeira questão que aqui consideramos é o sentido e o significado de ser “Sem Terra”. Inicialmente, é preciso considerar a grafia utilizada pelo movimento. Pode parecer bobagem, mas a não-hifenização diz muito sobre o movimento. Foi a luta pela terra no país e, sobretudo, com a atuação do MST que criou o vocábulo sem-terra. O hífen e a flexão de número projetam uma identidade coletiva à medida que indica a condição social daqueles que não possuem terra. O MST nunca utilizou nem o hífen e nem o s (indicando a flexão de número). “Historicamente acabou produzindo um nome próprio, *Sem Terra*, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia” (CALDART, 2004, p.21, grifo da autora).

Hoje o *Sem Terra* – sem hífen – ganha outro significado que não apenas o do trabalhador rural, mas o sujeito que tem protagonizado a luta pela terra ao longo dos anos e que está localizado no contexto dos movimentos que protagonizam esta luta. Caldart (2010, p.32) afirma que “não é mais possível hoje entender quem são os sem-terra no Brasil fora da história do MST”. Neste aspecto, compreendemos que a definição política do projeto que o movimento quer para a sociedade é fundamental, para construir esta história.

Consideramos também que é preciso entender que estamos diante de uma transformação política e cultural que não envolve apenas a mudança da estrutura fundiária, mas dos sujeitos envolvidos que passam a fazer parte dos embates sociais. Aliás, é

⁴⁰ Para usar a definição outrora explicada, da ideia do camponês enquanto classe social

⁴¹ Dialogando com o conceito utilizado pelo próprio MST

fundamental para a “revolução” em curso que haja uma mudança desses sujeitos, por isso o investimento do MST em congressos, encontros, em cursos de formação política, na educação do campo, na formação superior dos militantes e em diversos outros recursos como publicações de livros, revistas e jornais do próprio movimento. Nesse sentido, Caldart (2004, p.34) considera que há a formação de um novo sujeito social no sentido de formação de um sujeito coletivo. A esses sujeitos é possível agregar identidades diversas. “Podemos falar nos Sem Terra como sendo as mulheres Sem Terra, as crianças Sem Terra, ou os Sem Terra de origens étnicas e culturais diferentes; ou podemos falar dos Sem Terra acampados e dos Sem Terra assentados, e assim, por diante...”.

Essas identidades diversas também podem ser observadas quando saímos das especificidades dos sujeitos e miramos para o movimento como um todo. Ao longo do trabalho, temos reiterado a ideia de que, durante seu processo histórico, o MST tem incorporado à questão da reforma agrária não apenas a dimensão da luta de classes, mas diversos temas e bandeiras de luta. Para Zachi (2009, p. 41), a articulação entre outros grupos ou outros movimentos sociais aponta para uma coexistência plural e de mútuo respeito. Contudo, o autor ressalta que a intersecção entre essas diversas identidades pode gerar tanto acordos quanto conflitos. "Requerem portanto, uma negociação e, nesse processo, a identidade de cada grupo se modifica" .

Para Stédile e Fernandes (2012, p. 37), se o MST tivesse feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, o movimento já haveria acabado. Para eles, “Qualquer movimento camponês que restringir sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso”. Gohn (2000) confirma esta ideia ao afirmar que o MST, durante o seu surgimento, mudou a pauta de reivindicação dos trabalhadores brasileiros, ao aproximar a pauta dos trabalhadores de algo mais próximo ao mundo globalizado. Para ela, o movimento conseguiu superar o binômio terra e moradia, reivindicações consideradas clássicas, agregando pautas modernas como crédito, suporte tecnológico e trabalho cooperado⁴².

O ideário político também é permeado de símbolos e simbologias que ajudam a materializar a identidade do MST. A bandeira, o logotipo⁴³, o boné⁴⁴, o hino, as místicas, a

⁴² Abordamos sobre a mudança na matriz de produção no primeiro capítulo deste trabalho.

⁴³ A bandeira e o logotipo foram escolhidos em 1987, pouco tempo depois do surgimento do movimento. O logotipo traz um casal de trabalhadores cujo homem ergue com a mão um facão. Por trás do casal está um mapa do Brasil. As cores que compõem o logotipo são o branco, o vermelho, o preto e o verde. Stédile e Fernandes (2012) afirmam que o casal que está desenhado na bandeira foi aproveitado do cartaz do I Congresso e que era inspiração de um cartaz da Nicarágua, em que havia um homem e uma mulher na manifestação.

⁴⁴ Caldart (2004) afirma que "O Boné vermelho passou a ser marca das manifestações públicas do MST nas cidades, nos anos 90. Posteriormente tornou-se símbolo das marchas que o movimento realizava" (p.44). O boné vermelho substituiu o chapéu de palha, símbolo das primeiras manifestações. Zacchi (2009) aponta que o

ocupação da terra, o acampamento, as marchas (e a forma de marchar em fila dupla) e os lemas oficiais⁴⁵ são alguns destes elementos que ao mesmo tempo identificam o movimento e também comunicam a expressão política deste. Stédile e Fernandes (2012, p.134) acrescentam, ainda, que o próprio Jornal Sem Terra é mais do que um meio de comunicação: “É um símbolo. O militante se identifica, tem afinidade, gosta dele”. Predominam aqui alguns aspectos da cultura camponesa que são importantes, principalmente aqueles que colocam homens e mulheres em conexão direta com a terra, como parte dela e de sua comunidade de vida.

Cada um dos elementos citado assume uma importância política e cultural dentro e fora do MST, pois consolidam, desta forma, uma identidade de projeto junto aos próprios integrantes do MST, aos governos, aos diversos setores da esquerda, a outros movimentos sociais e à sociedade de uma maneira em geral. Os militantes perceberam o quanto era importante dar um caráter único ao movimento. Stédile e Fernandes (2012, p. 134), ao discorrer sobre a elaboração da bandeira do movimento, sinalizam para esta preocupação: “Devagar, na medida em que o movimento foi crescendo, percebemos que deveríamos ter identidade própria, até para evitar que se pulverizasse em tantas que dificultasse uma unidade e uma identidade originais”.

Destacamos, ainda, que a globalização da Comunicação contribuiu diretamente para os processos de construção das identidades do MST. Zacchi (2009, p. 107) destaca que o modo visual desempenha um importante papel na forma como o MST se representa. "Ele é significativo tanto nos símbolos que o movimento elabora na tentativa de definir uma identidade, como o logotipo e a bandeira, quanto nas fotos e imagens de suas mídias, que também são o resultado de uma escolha e de uma representação de mundo". Adiante, veremos alguns dos efeitos desses aspectos da globalização da Comunicação no movimento, já que um dos objetivos deste trabalho é analisar os efeitos da articulação ambiental e na mobilização do MST, entendendo que os meios de Comunicação promoveram mudanças estruturais no espaço público (HABERMAS, 1984).

Há um outro aspecto da identidade que precisa aqui ser melhor esmiuçado: trata-se das questões relacionadas à cidadania. Se o processo identitário abre margem para uma

uso do chapéu de palha foi recusado por ser considerado saudosista.

⁴⁵ Criados por ocasiões dos Encontros e Congressos Nacionais, os lemas oficiais são a tradução do pensamento político do MST e que norteiam as ações do movimento em um determinado período. Esse lemas são os seguintes: 1. 1979 a 1984 - “Terra para quem nela trabalha”; “Terra não se ganha, se conquista”; 2. 1985 a 1988 - “Sem Reforma Agrária não há democracia”; “Ocupação é a única solução”; 3. 1989 a 1994 - “Ocupar, Resistir, Produzir”; 4. 1995 a 2000 - “Reforma Agrária: uma luta de todos”; 5. 2000 a 2007 - Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio; 6. 2007 a 2013 - “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”; 7. 2014 - “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”

perspectiva da construção de um projeto, é fundamental que a cidadania passe por transformações capazes de atender às expectativas transformadoras dos que veem a questão ambiental como importante para a mudança e partilha de novos valores. No próximo tópico, faremos um resgate histórico sobre este conceito.

3.2 Identidade e cidadania⁴⁶

A cidadania é comumente descrita como o exercício dos direitos e deveres civis políticos e sociais, sejam eles individuais (cidadania individual) ou coletivos (cidadania coletiva). Mas o conceito não é tão simples assim, sendo composto por outras interpretações que foram construídas historicamente ao longo dos anos. Desta forma, do modelo de cidadania grega dos séculos V e VI A.C – no qual vigoravam assembleias para a decisão de processos coletivos, compostas apenas por homens brancos e ricos – passando pelas transformações nos marcos liberais, a cidadania foi ganhando novas dimensões e outras interpretações sobre o que é ser cidadão.

A concepção clássica de cidadania, do sociólogo britânico Thomas H. Marshall, foi uma das primeiras referências para os estudos sociológicos do período moderno. Gohn (2005) afirma que a concepção liberal tratava de ordens de direitos naturais e imprescritíveis ao ser humano: liberdade de pensamento e de expressão; igualdade perante a lei e direito à propriedade; e os direitos à nação. Os direitos civis, nascidos com o advento do liberalismo, passaram a incorporar a cidadania como uma questão social.

Contudo, a crítica aos princípios liberais passa a conceber a cidadania não apenas como a necessidade de se ter direitos. A cidadania, como enfatiza Dagnino (1994), não estaria vinculada a classes sociais dominantes, emergindo, sobretudo, de sujeitos sociais ativos que lutam pelo reconhecimento dos direitos. “Neste sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima” (DAGNINO, 1994, p.5). São incorporadas a esse modelo de cidadania a premissa do direito a ter direitos. Desta forma, os direitos passam a ser estabelecidos não apenas pelo caráter normativo, mas também, atendendo a lutas específicas.

A ampliação e a consolidação do processo de globalização vão instaurar novos princípios e “fenômenos” ao conceito de cidadania, reconfigurando o cidadão na esfera da

⁴⁶ As discussões neste tópico foram feitas anteriormente no artigo Campo em confronto: a politização do meio ambiente através das campanhas e jornadas de luta do MST. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2012, Recife. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Paulo: Intercom, 2012.

pós-modernidade. Para Vieira (2001), neste contexto, a cidadania democrática foi atingida em profundidade tanto no modo de legitimação e como meio de integração social, como no status legal igualitário de direitos e deveres. A cidadania deixou de estar associada apenas a aspectos econômicos. Ela está inerentemente ligada aos aspectos sociais e culturais da sociedade. Neste processo de globalização, identidades nacionais acabam por fragmentar-se e a enfraquecer o Estado-nação, já que este fica submetido a um poder de decisão restrito, deixando de defender direitos básicos na esfera da cidadania. Hall (2006) aponta que as identidades nacionais sofrem três consequências: desintegração destas identidades; identidades reforçadas pela resistência à globalização; e o hibridismo identitário.

A noção de cidadania passa a estar dissociada de uma identidade que faz da nacionalidade a premissa para ser cidadão. Além de transterritorial, as identidades pós-modernas são também narradas – no sentido de que é construída por vários atores sociais – e multilinguistas, “por operarem por meio da produção industrial de cultura, de sua comunicação tecnológica e do consumo diferido e segmentado dos bens” (CANCLINI, 2005, p.46).

O processo de globalização fez surgir ainda novas concepções como a cidadania coletiva, a cidadania cosmopolita, cidadania multicultural e a cidadania planetária. Desta forma, incorporam-se perspectivas como a defesa pelo meio ambiente, direitos humanos, educação, entre outros (GOHN, 2005). Desta forma, retomando a questão da politização da natureza, é possível falar em uma noção de cidadania ambiental, à medida em que a cidadania solicita novos paradigmas, indispensáveis para uma releitura do mundo atual (WALDMAN, 2003). Nesse sentido, é necessário repensar, sobretudo, os valores de como a representação da natureza foi construída no imaginário social do mundo.

A construção de uma cidadania ambiental faz parte de um amplo processo que envolve os mais diversos atores da sociedade civil capazes de se envolver e participar das decisões políticas ambientais, seja através da inserção nos espaços de controle social, seja através de decisões individuais de sujeitos sensibilizados com a causa ambiental, mas que atuam em vários níveis dessa sensibilização. Vieira (2001) nos lembra que “a cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno.” (p.237).

O ambientalismo do MST também está ligado à constituição de novos aspectos para a cidadania. Para SANCHEZ (2000), a problemática ambiental coloca novas questões para a sociedade contemporânea. Abre um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício da cidadania que vai além das limitações da cidadania construída no marco

liberal. Assim sendo, a revisão do entendimento da relação homem-natureza coloca-se como uma prioridade para a construção desta cidadania.

É nesse ideário que o MST amplia sua luta para além do acesso à terra e se insere na construção dos espaços de cidadania amparados nos valores universais. O meio ambiente torna-se, desta forma, um desses valores. Além disso, as transformações da cidadania, aliada ao processo comunicacional, tem-se tornado um fator importante de politização da natureza para construção de novos projetos de sociedade que possam aliar desenvolvimento à sustentabilidade ambiental.

Percebemos que à medida que os contextos políticos, econômicos e sociais vão-se modificando, o processo de construção da identidade do MST também vai-se modificando, primeiro para dar conta da resistência frente à ofensiva do capital; e, segundo, para alinhar o projeto político do movimento junto às alternativas de esquerda. Como já vimos, o agronegócio tem sido a face da ofensiva do capital e da globalização no meio rural. São muitas as contradições geradas por estes processos sobre o movimento. Não é apenas o modo de produção que tem sido atingido com a globalização, mas, também, a forma de consumo tem afetado as populações rurais, uma vez que o urbano é a referência de comportamento e cultura, alimentado, ainda, por aquele mito de um rural atrasado.

Para Canclini (2008), o processo de globalização liga a cidadania não apenas à dimensão da Comunicação, mas, também, às práticas de consumo, visto que há uma necessidade de se comprar não apenas bens materiais, mas, também, de adquirir bens simbólicos. Numa sociedade mediatizada, segundo o autor, é através dos meios de Comunicação que os cidadãos vão encontrar a ajuda para exercer a cidadania, substituindo, assim, as instâncias que legitimam o cidadão. A comunicação cumpre, desta forma, seu papel mediador.

As perguntas próprias aos cidadãos, sobre como obtermos informações e quem representa nossos interesses, são respondidas antes pelo consumo privado de bens e meios de comunicação do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação em organizações políticas desacreditadas (CANCLINI, 2008, p.14)

MATA (2005) afirma que a noção de cidadania é um recurso necessário, para pensar o intercâmbio e a vinculação simbólica dos indivíduos em um espaço comum pelas tecnologias de produção e distribuição de informação e produtos midiáticos.

Ainda segundo MATA (2006), a emergência das questões de cidadania nos estudos de Comunicação adquire um sentido que é político, uma vez que as relações entre cidadania e

Comunicação são fundamentais, para se entender as condições dos cidadãos nas sociedades mediatizadas. É possível observar a existência de uma cidadania comunicativa que combina direitos civis (liberdade de expressão, direito à informação, por exemplo) instrumentalizados (leis, decretos e etc) com o compromisso das pessoas com a coisa pública, convergindo para a participação de debates e a construção de projetos de sociedade.

(...) Entendemos como a capacidade de ser sujeito da lei e da demanda no campo da comunicação pública, e o exercício desse direito. É uma noção complexa que envolve várias dimensões e reconhece a condição de público dos meios que os indivíduos têm nas sociedades mediatizadas. (MATA, 2006, p.13)

Segundo Mata (2005, p.2), dada as condições sociais e as particularidades próprias da sociedade, é necessário categorizar a cidadania comunicativa em quatro níveis: cidadania comunicativa formal, ligada aos aspectos jurídicos; cidadania comunicativa reconhecida, na qual relaciona-se aos aspectos identitários; cidadania comunicativa exercida onde se desenvolvem práticas sociais reivindicatórias; e a cidadania comunicativa ideal. “É entendido como proposições sobre a informação e comunicação pública, da teoria política e aplicações e as expectativas de transformação social (...)”⁴⁷.

Conceituada a cidadania comunicativa, Mata (2005) apresenta questões que podem ser investigadas de acordo com a categoria. Dentre estas questões estão as expectativas cidadãs em matéria comunicacional e, ainda, a valorização da prática como motor de transformação. Desta forma, é importante perceber que as transformações da cidadania, aliada ao processo comunicacional, tem-se tornado um fator importante de politização da natureza para construção de novos projetos de sociedade que possam aliar desenvolvimento à sustentabilidade ambiental.

3.3 Comunicação, estratégia política e visibilidade

A globalização da Comunicação provocou profundas mudanças na forma de organização e mobilização da sociedade moderna, à medida em que as distâncias entre o espaço e o tempo foram ficando cada vez menores, possibilitando uma maior interação dos indivíduos e a formação de uma gama de redes de comunicação que estão por todos os lados. Não apenas os profissionais são os responsáveis por produzirem as notícias, mas qualquer pessoa vira um potencial produtor de conteúdo, fazendo com que os acontecimentos não

⁴⁷ Tradução livre

fiquem restritos a um determinado local, mas cheguem cada vez mais longe e em uma velocidade surpreendente.

A reordenação do espaço e do tempo fazem parte de um conjunto mais amplo de processos que transformaram e ainda estão transformando o mundo moderno. O processo de globalização não se iniciou agora. Sua origem remonta à expansão do mercantilismo ao longo dos séculos XV e XVI, tendo continuado o processo nos séculos seguintes (THOMPSON, 2008). A globalização vai-se firmar efetivamente no século XIX com o estabelecimento e a organização estrutural de uma rede de comunicação em escala global. Contudo, a globalização será notadamente uma característica marcante do século XX, já que foi nesse século que se expandiram os canais de comunicação, principalmente rádio e televisão.

Desta forma, Thompson (2008) destaca alguns fatores que levaram a consolidar a globalização da Comunicação no século XX. No primeiro deles, o autor caracteriza que a globalização é um processo dirigido principalmente pelos conglomerados de Comunicação, coincidindo com as transformações da imprensa no século XIX. “A mudança na base econômica dos jornais, precipitada e promovida pela introdução de novos métodos de produção, colocou em movimento um processo a longo prazo de acumulação e concentração nas indústrias da mídia” (Thompson, 2008, p.144). Um outro fator que colocou em evidência o caráter globalizante da comunicação foi o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram uma transmissão mais rápida das informações, bem como o armazenamento e recuperação da informação. Essa transmissão mais rápida também significou uma ampla circulação dos produtos em um mercado global. Também devemos acrescentar aos fatores já citados, o aumento dos fluxos migratórios e turísticos que, segundo Canclini (2007), favoreceram a aquisição de línguas e imaginários multiculturais. Isso significa uma possibilidade de “construir produtos simbólicos globais, sem ancoragem nacionais específicas, ou com várias ao mesmo tempo, como os filmes de Steven Spielberg, os videogames e a *world music*” (Canclini, 2007, p. 43, grifo do autor).

Durante muito tempo, esses fatores que levaram a consolidação da globalização no século XX, estiveram sob a mira de uma dualidade em que a globalização ora era considerada boa, ora era considerada ruim, dependendo do discurso dos atores envolvidos. Dessa forma, se, por um lado, ela aproximava cada vez mais as pessoas, por outro era tida com a grande vilã no que tange à destruição das culturas e das economias nacionais, por exemplo.

Santos (2002;2005) argumenta que, de fato, existem duas formas de globalização: a neoliberal e a globalização contra-hegemônica. Esta última forma de globalização se opõe à primeira e é definida da seguinte forma:

O conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas. (SANTOS, 2005, p.7).

Este tipo de globalização é fortemente marcada pelo princípio da redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos, ao qual estão atrelados o princípio da igualdade e do reconhecimento da diferença. Também é característica da globalização contra-hegemônica, um campo de confrontos em que residem as lutas de caráter transnacionais com ligações globais, nacionais e locais ou lutas de caráter local, amparadas por uma extensa rede de movimentos (SANTOS, 2005).

Sem dúvida, as contradições residem no seio da globalização. Se, por um lado, os movimentos sociais tiveram que incorporar novas lutas aos desafios oriundos do processo globalizatório, por outro a globalização aprofundou a relação dos movimentos com outros movimentos, em um processo que também tem-se caracterizado como transfronteiriço e global. Muitas das lutas globais utilizaram a Comunicação e as transformações tecnológicas como aliadas ao processo político. Esses usos provocaram transformações no modo como os movimentos apresentam as reivindicações no espaço público contemporâneo e na visibilidade com que essas lutas são apresentadas.

Castells (1999) afirma que o sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que ele tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico. Para o autor, boa parte das ações do movimento ambientalista acontece na perspectiva de que haja uma divulgação midiática da ação.

Ao criar eventos que chamam a atenção da mídia, conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior do que a representada por suas bases diretas. Além disso, a presença constante de temas ambientais na mídia dotou-lhes de uma legitimidade bem maior que a atribuída a outras causas. (CASTELLS, 1999, p. 161)

Os ambientalistas se inspiraram em várias fontes, para criar as estratégias de mobilização que ficaram famosas a partir da década de 1970. Duas táticas ganham destaque: a primeira é a tática de ação direta sem uso da violência e a segunda é a tática anarquista francesa de “l'action exemplaire” . Há ainda a opção dos grupos pelo auto sacrifício, em que destacam aqui prisões, greves de fome, o uso do próprio corpo como escudo para defesa. Nesse sentido, o ambientalismo, bombardeou por décadas a mídia que, em contrapartida, cedeu cada vez mais espaço ao tema ambiental (SOUZA, 2006), conferindo legitimidade aos

discursos ambientais, à medida que divulgavam imagens e fatos dos problemas ambientais, tornando-se, nesse aspecto, a “voz do povo” (CASTELLS, 1999).

Um dos grandes exemplos dessa relação imbricada entre o movimento ambientalista e a mídia é o *Greenpeace*. Fundado em 1971, no Canadá, durante ameaças nucleares no Alasca, o grupo é provavelmente o mais conhecido grupo de ambientalistas do mundo, tendo se notabilizando, além da luta contra a energia nuclear, pela realização de expedições a barco contra a caça de baleias nos mares asiáticos e europeus.

Lycarião (2010) afirma que o *Greenpeace* se destaca como "uma das organizações da sociedade civil que mais abertamente trabalha com as linguagens, agentes e modos de operação da comunicação de massa para fazer com que suas demandas ganhem visibilidade na cena midiática" (p.54). Segundo o autor, o *Greenpeace* trabalha na perspectiva midiática desde a sua fundação. A prova disso está na realização da primeira ação do grupo ainda na década de 1970, em que houve uma nítida preocupação em documentar e, posteriormente, divulgar a ação. Para tanto, foi incorporada à equipe de ativistas três jornalistas e um fotógrafo. De forma mais crítica ainda, Marzochi (2010) afirma que as ações do *Greenpeace* só existem como imagem, não atuando diretamente sobre a realidade, mas servindo como mediação para seus propósitos. As ações do grupo não são destinadas a sensibilizar aqueles que participam diretamente da ação. O público da ação é outro e está bem longe dos holofotes.

Os ativistas do Greenpeace sabem que seus interlocutores não são aqueles que estão presentes, mas um público distante e disperso, espectadores que terão apenas contato com a produção audiovisual. Os que participam involuntariamente das cenas, como os trabalhadores japoneses dos navios-fábrica, e mesmo as baleias, não são os destinatários da ação, mas os coadjuvantes nos planos de filmagem. (MARZOCHI, 2010, p.14)

A forma de mobilização do *Greenpeace* é decorrente da forma como o movimento se organizou ao longo de sua história e de sua percepção filosófica sobre a questão ambiental (CASTELLS, 1999). Residem aí a inspiração nas lendas indígenas, em que uma tribo seria a salvadora da terra doente e devastada; e dos religiosos norte-americanos conhecidos como *Quakers*, em que se sobressai a defesa do pacifismo e o testemunho enquanto ato para a ação. Quanto à organização, prevalece a do tipo empresarial, com o estabelecimento de hierarquias na qual figura a liderança de David McTaggart como presidente do Conselho Administrativo do *Greenpeace* e um sistema de associação, em que sócios contribuem financeiramente para as campanhas realizadas pela entidade, como forma de mantê-la. Com isso, o *Greenpeace*

manteve-se distante dos princípios libertários que orientou a formação do grupo ambientalista em seu início (LYCARIÃO, 2010).

Dentro desse contexto, não apenas os movimentos ambientalistas e as organizações da sociedade civil conseguiram dar visibilidade à questão ambiental, mas também o tema conseguiu ganhar notoriedade dentro do próprio Jornalismo, ganhando uma densidade conceitual que apontava para o surgimento de um Jornalismo ambiental.

Girardi et al (2010) afirmam que não há uma definição consensual sobre o jornalismo ambiental e o seu exercício prático. Contudo, a noção desse tipo de jornalismo extrapola a ideia de que é necessário centralizar os assuntos apenas na questão ambiental. “A concepção é outra, independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada” (p.137). Desta forma, diferente do tradicional, o Jornalismo ambiental apresenta-se como estratégico na construção de sociedades sustentáveis, uma vez que norteia-se na compreensão dos fatos a partir de uma visão sistêmica na qual há uma teia de conexões em que os assuntos estão interligados (FERREIRA, 2009). Além disso, esse tipo de jornalismo possui funções pedagógicas e políticas (BUENO, 2007) que são capazes de despertar para transformações culturais acerca dos problemas ambientais⁴⁸.

Apesar disso, o movimento ambientalista e o Jornalismo ambiental não se excluem, ao contrário, se retroalimentam. Como já dito anteriormente, ao ambientalismo se deve grande parte do crescimento e influência social na difusão de atividades ambientais e ao Jornalismo ambiental cabe buscar mais espaço para as notícias ambientais em suas editorias, produzindo um efeito sobre a população ecologicamente consciente. (PERALES;GARCIA, 1999 *apud* SOUSA, 2008).

De fato, o Brasil vivenciou um período riquíssimo de surgimento de um grande número de publicações jornalísticas sobre a temática ambiental logo após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, também conhecida como ECO-92. A cobertura sobre estas questões estiveram concentradas, sobretudo, nos problemas ambientais acarretados pelo modelo de desenvolvimento econômico

⁴⁸ Sobre as funções do Jornalismo Ambiental, Bueno (2007) afirma que “A **função informativa** preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida. A **função pedagógica** diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais. A **função política** (aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária) tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental”. (BUENO, 2007, p.35, grifos do autor)

e nas catástrofes ambientais que se tornaram o principal agente modelador da consciência ambiental e da inscrição dos temas ambientais nas agendas pública e política (SOUSA JP, 2008).

As organizações econômicas também apropriaram-se da questão ambiental, como forma de atrair novos públicos consumidores. É cada vez mais comum empresas utilizarem-se das estratégias de marketing, para agregar valor ambiental aos produtos, de forma que eles sejam identificados com os ideais de responsabilidade ambiental, sustentabilidade, e proteção à natureza (FERREIRA, 2012).

Diante dos cenários apresentados sobre a relação da comunicação com a questão ambiental, percebe-se que a comunicação apresenta-se não apenas como mediadora de novos paradigmas para sustentabilidade, mas também como lugar para exposição de argumentos e disputas sobre a constituição de projetos políticos ambientais para a sociedade. É importante ressaltar que há um caráter mediador de transformações paradigmáticas. Verifica-se também uma crescente mediação dos questionamentos ambientais.

Ainda no contexto da globalização, os movimentos de origem camponesa também têm-se utilizado da Comunicação enquanto estratégia para sua abordagem política. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) foi um dos primeiros movimentos a combinar a comunicação tradicional com as novas tecnologias que estavam surgindo em meados dos anos 1990.

O EZLN surgiu em Chiapas, no México, na Selva de Lacandona, em 1983. Sua origem está ligada à luta pela terra indígena e ao grupo guerrilheiro de inspiração cubana, conhecido como Força de Libertação Nacional (FLN). Por décadas, indígenas, camponeses e mestiços foram explorados por colonizadores e mantidos reféns dos mandos e desmandos governamentais, já que a demarcação e definição da propriedade das terras de parte dessa população sofria alterações sempre que havia mudança de governo. O EZLN tornou-se, de fato, conhecido após o levante realizado em janeiro de 1994, quando o grupo tomou quatro principais cidades da região de Chiapas. Doze dias de luta armada nas montanhas mexicanas mostraram ao mundo que havia um grupo disposto a resistir pela terra indígena e pelo povo sofrido daquele lugar.

O cessar fogo⁴⁹ na região interrompeu a luta armada e inaugurou um novo período para o movimento zapatista em que a comunicação se torna mais estratégica do que a própria luta armada. Desta forma, os zapatistas notabilizaram-se por serem um dos primeiros movimentos

⁴⁹ O cessar fogo foi ordenado pelo então presidente Mexicano Carlos Salinas de Gortari, em 12 de janeiro de 1994. O cessar fogo unilateral permitiu o início dos diálogos de paz na região, sob a liderança da figura de Manuel Camacho, figura política importante para os mexicanos à época do levante zapatista.

sociais a utilizarem amplamente a internet, num tempo em que os primeiros sites ainda estavam surgindo e a internet não estava massificada, mas já pautava boa parte dos meios de comunicação. Surgia, assim, o primeiro movimento de guerrilha informacional (CASTELLS, 1999).

O site oficial⁵⁰ do EZLN foi inaugurado dois anos depois do levante, em 1996, transformando-se no principal canal de veiculação das notícias e comunicados do movimento. Antes disso, os comunicados zapatistas tornaram-se acessíveis a todo mundo graças à colaboração de militantes e simpatizantes que traduziam voluntariamente o material para outras línguas e os distribuía para e-mails e listas de discussão. Assim, os textos, escritos principalmente pelo Subcomandante Marcos, tornaram a luta zapatista conhecida em todo o mundo.

Para Castells (1999), a colaboração de militantes e simpatizantes possibilitou ainda a formação de uma rede de solidariedade e criou um movimento internacional de opinião pública que impossibilitou o governo mexicano de adotar qualquer tipo de intervenção militar sobre os zapatistas. Além disso, segundo o autor, os zapatistas também tiveram impacto direto na política e na economia mexicana.

Marcos é também destaque nesse tipo de estratégia de Comunicação. Liderança histórica na região, o subcomandante foi o principal elo entre a mídia e os zapatistas, já que, segundo Castells (1999), possuía uma escrita impecável e uma forte “presença em cena”, da qual faziam parte indumentárias como o uso de máscara e de cachimbo.

A figura enigmática de Marcos ainda é uma incógnita para a maioria das pessoas. Na carta de despedida, em que o subcomandante anuncia seu desaparecimento⁵¹, Marcos reafirma o uso da Comunicação e da sua própria existência enquanto estratégia, para dar visibilidade a luta indígena.

Assim começou uma complexa manobra de distração, um truque de magia terrível e maravilhoso, uma maliciosa jogada do coração indígena que somos, a sabedoria indígena desafiava a modernidade em um de seus bastiões: os meios de comunicação. Em seguida, começou a construção do personagem chamado Marcos” (SUBCOMANDANTE MARCOS, Maio de 2014, tradução nossa)⁵².

⁵⁰ O site funciona no seguinte endereço: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>

⁵¹ A carta de despedida do Subcomandante Marcos e uma entrevista em áudio foram divulgadas no último mês de maio de 2014. Na carta, Marcos renuncia ao posto de porta-voz do EZLN e afirma que é hora de mudar a estratégia política dos zapatistas. Com isso, anuncia que sai de cena o Subcomandante Marcos e que passa a ser chamado de Subcomandante Insurgente Galeano, uma homenagem a José Luis Solís López, conhecido como Galeano, professor zapatista assassinado no dia dois de maio de 2014 em um conflito entre militantes do EZLN e um grupo da CIOAC-H, dissidência camponesa em luta contra o EZLN há dez anos. O comandando dos zapatistas passa a ser do Subcomandante Insurgente Moisés.

⁵² “Empezó así una compleja maniobra de distracción, un truco de magia terrible y maravillosa, una maliciosa jugada del corazón indígena que somos, la sabiduría indígena desafiaba a la modernidad en uno de sus bastiones: los medios de comunicación. Empezó entonces la construcción del personaje llamado 'Marcos’”.

Para Crepaldi (2009), os discursos e comunicados do EZLN disponibilizados na internet alimentaram novas utopias em todo o mundo, fortalecendo e impulsionando os movimentos anti-globalização que lutavam fortemente contra o neoliberalismo vigente àquela época. "Para o zapatismo, a rede [a internet] significa acesso não somente à informação, mas também à produção. Essencialmente, o EZLN reivindica um novo internacionalismo, utilizando a internet como ferramenta de suas ações. Nesse contexto, a mídia não é meio, mas experiência." (CREPALDI, 2009, p.91).

3.3.1 As estratégias de comunicação do MST no espaço público

O MST é também um exemplo de movimento social que se utiliza da Comunicação como forma de estratégia política. Barreto (2012) aponta que esta é uma preocupação que vem desde a origem do movimento. Segundo a autora, nos primeiros cadernos de formação produzidos pelos sem-terra, ainda nos anos de 1986, a Comunicação consta como elemento fundamental, para sensibilizar a opinião pública sobre os direitos dos integrantes do movimento e para divulgar as lutas e conquistas do movimento. Entretanto, ao longo dos 30 anos em que o movimento se constituiu, a Comunicação produzida pelo MST pode ser entendida a partir de duas categorias.

A primeira está relacionada a um caráter mais institucional do MST, regido por linhas editoriais provenientes de uma Direção Nacional e de um Setor de Comunicação. A Comunicação é entendida aqui como alternativa, popular e contra-hegemônica, e que expressa o pensamento do MST diante dos assuntos debatidos na sociedade. Temos aqui o MST fazendo ainda a defesa da democratização dos meios de comunicação, lutando pelo fim do latifúndio do ar⁵³ e o monopólio da comunicação como forma de libertar-se da comunicação hegemônica que invisibiliza os sujeitos, criminaliza e condena as ações do movimento por todo o Brasil.

A segunda categoria é mais próxima do que ocorre com o Greenpeace e o EZLN, exemplos citados anteriormente, no qual, em tempos de globalização, a ação realizada é o elemento utilizado para dar visibilidade ao problema que deseja ser exposto nos meios de comunicação. A ação é inspirada na estratégia da Rússia pré-revolucionária de 1917

(SUBCOMANDANTE MARCOS, Maio de 2014).

⁵³ A expressão faz referência a grande concentração de rádios e TVs por parte de uma elite empresarial e política no Brasil e as dificuldades enfrentadas para o estabelecimento de rádios comunitárias.

denominada de *Agitação e Propaganda*⁵⁴, que pode ser exemplificada através das marchas e caminhadas, da adoção de camisetas, bonés e bandeiras das organizações, ação direta de ocupação de terras entre outras.

Com relação à Comunicação, que aqui estamos atribuindo um caráter institucional, o MST construiu uma estrutura composta por uma assessoria de comunicação e seus meios de comunicação tais como o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, o site e inúmeras rádios comunitárias espalhadas pelo Brasil. Para Oliveira (2010), essa estrutura é composta ainda pelos meios de formação do movimento, como as escolas rurais e centros de formação; e sua rede de informação que é composta por dirigentes, militantes e colaboradores políticos nacionais e internacionais.

Ressaltamos, ainda, duas ações estruturantes que são fundamentais para definir os rumos da Comunicação dentro do movimento. A primeira é a elaboração, em 1995, de um documento interno intitulado *Por uma política de comunicação no MST*, onde a Comunicação é compreendida como um elemento importante em uma sociedade de classes. Diante disto, são definidas as estratégias comunicacionais do movimento, visando, sobretudo, o fortalecimento de uma identidade sem terra (PERLI, 2007), regida por linhas editoriais.

A segunda ação estruturante é a transformação, no fim dos anos de 1990, do setor de jornal e propaganda no Setor de Comunicação do MST com o objetivo de construir orientações políticas do processo de comunicação do movimento, de forma que os próprios meios de comunicação tornem-se uma alternativa à mídia burguesa. Essa transformação foi fundamental, para que o grupo organizado em torno desta pauta pudesse incidir fortemente sobre a direção do movimento. Alguns passaram a compor a Direção Nacional e as direções estaduais (BARRETO, 2010), ampliando ainda mais esta discussão sobre as instâncias políticas.

Nesta construção sobre a comunicação do movimento, observamos mais uma vez a importância da rede de movimentos sociais no projeto do MST. Perli (2007) considera que a rede existente foi "tecida como um fluxo interno de informações, contribuindo na construção de uma identidade sem-terra através da difusão de representações por diversos meios de comunicação" (p.16). Isso significa que a difusão da informação pelos parceiros, militantes e

⁵⁴ A agitação e propaganda, ou Agitprop, é definida como "Um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social" (VIA CAMPESSINA, 2007, p.10). Sua origem está relacionada a Rússia pré-revolucionária de 1917 em um contexto que era necessário comunicar de forma a transmitir uma mensagem política para um grupo composto, em sua maioria, de analfabetos. O uso da Agitprop foi aprofundado com a Revolução de 1917, quando os revolucionários apressaram em desenvolver uma série de técnicas de agitprop – tais como o teatro, o cinema, a música, o discurso político – com o intuito de levar a informação e conter a contra-revolução.

colaboradores do MST fazem com que a informação e o processo de luta circule muito mais rapidamente como tem sido nesses tempos de globalização. Os laços, ou os nós da rede aqui estabelecidos, vão ajudando também a consolidar a identidade do movimento diante de si e dos outros.

Perli (2007) cita como exemplo da formação dessa rede de comunicação, já em 1981, com o *Boletim Sem Terra*, considerado a primeira expressão de comunicação do movimento e o embrião do que, mais tarde, viria a se constituir como o *Jornal Sem Terra*. O Boletim divulgava notícias a partir do acampamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, além de prestar solidariedade aos que ali estavam acampados. A produção ficava por conta de um comitê de apoio, no qual podemos identificar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissões Eclesiais de Base (CEBs), Sindicato de Trabalhadores Rurais, entidades estudantis e de direitos humanos, entidades que até hoje estão na base de apoio do MST e na articulação das redes de movimentos sociais.

Também a Comunicação categorizada aqui por nós como “ação para visibilidade” é permeada de diversos atores que compõem essa rede de movimentos. Aliás, ela é essencial para que a ação seja largamente difundida e tenha seu caráter político defendido, já que, na maioria das vezes, a ação do MST é mal interpretada pelos meios de Comunicação tradicionais. A Comunicação enquanto “ação para visibilidade” tem-se consolidado no MST a partir, principalmente, das marchas e das ocupações de terra que o movimento vem realizando ao longo da história. Muitas dessas ações, inclusive, definiram os rumos que a Comunicação institucionalizada deveria assumir para o movimento no período seguinte, diante das mais variadas reações dos meios de comunicação tradicionais.

O MST começou a construção do seu processo de visibilidade ainda nos anos de 1990, quando estava em curso no país um projeto neoliberal que oprimia violentamente as populações do campo e criminalizava as organizações que resistiam na luta. A década já citada produziu diversos acontecimentos que foram intensamente midiaticizados, contribuindo para a existência social do movimento (MELO, 2011).

Massacres e atentados aos sem terra, ocupações de terra e a existência de uma aliança não-formal com alguns setores da cultura foram alguns dos acontecimentos que colocaram o MST no centro do processo de visibilidade. Podemos citar como exemplo o fato que ficou conhecido como “Massacre de Corumbiara”⁵⁵ (1995) que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil (STEDILE;FERNANDES, 1999). Já o “Massacre de Eldorado

⁵⁵ O caso se refere ao confronto entre posseiros e policiais na cidade de Corumbiara, em Rondônia, no ano de 1995. Policiais cumpriam ordem judicial de reintegração de posse da Fazenda Santa Eliana. O episódio resultou na morte de nove pessoas, incluindo crianças.

dos Carajás”⁵⁶, em 1996, em que morreram 19 pessoas, chamou ainda mais a atenção da mídia nacional e internacional pelos relatos de barbárie que vinham do lugar.

A referência do MST em produções artísticas também foi fundamental para tornar o movimento conhecido. Melo (2011) afirma que o movimento estava tão presente na cena pública do país que foi captado pela novela da TV Globo intitulada “O Rei do Gado”, exibida em 1996. O MST também se fez presente na obra do renomado fotógrafo internacional Sebastião Salgado. A exposição “Terra” reuniu imagens da situação agrária do país, ao retratar o modo de vida dos sem terra, numa denúncia contra a miséria e as condições precárias em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras rurais. A exposição transformou-se em livro⁵⁷, prefaciado pelo nobel de literatura José Saramago e acompanhado de um CD com quatro músicas compostas por Chico Buarque de Holanda. Mas, sem dúvida, um dos fatos mais marcantes desse período é a *Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária*, promovida pelo MST em 1997.

A Marcha é um elemento de mobilização histórico para o MST, utilizado para chamar a atenção da sociedade para a necessidade de uma Reforma Agrária. Stédile e Fernandes (2012) lembram que o sentido da caminhada não é algo novo e nem foi criado pelo movimento. “Estudando a história dos povos, percebemos que sempre existiram exemplos de caminhadas. Nas lutas mais generosas da humanidade, sempre houve caminhadas massivas e longas. É um gesto coletivo já histórico” (p.151). Sua origem está ligada também à influência da simbologia cristã sobre o movimento, uma vez que a igreja católica adota romarias e procissões como forma de mobilizar para causas. Por isso, a marcha não carrega somente a função e o elemento da visibilidade, mas traz consigo um ideário místico e de fé (TORRES, 2009; 2010).

A *Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária*, de 1997, reuniu cerca de 100 mil pessoas em direção a Brasília. Foram dois meses de caminhada, dialogando com a população de cada cidade pela qual a marcha passava. Os manifestantes – vindos de vários lugares do país e de várias categorias (estudantes, petroleiros, sindicalistas, entre outros)– denunciavam o descaso do governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso com a agricultura familiar e as péssimas condições de vida no campo que aprofundava a pobreza, a falta de trabalho no campo e o êxodo rural. A Marcha chegou a capital federal no dia 17 de abril de 1997, um ano depois do Massacre de Eldorado dos Carajás. Ela não tinha a intenção

⁵⁶ O episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Na ocasião, 19 sem terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, durante uma marcha que pedia celeridade na desapropriação de uma das fazendas da região para a reforma agrária.

⁵⁷ SALGADO, Sebastião. Terra. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

real de dialogar com o governo, mas de denunciar o descaso governamental e romper com o processo de isolamento e criminalização imposto pelos tucanos.

Não temos a Rede Globo nem a Folha de São Paulo nas mãos. Temos, porém, gente, criatividade e vontade. Então, fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade. Não tínhamos que nos meter em audiência com o presidente. Não era esse nosso objetivo. (STÉDILE;FERNANDES, 2012, p. 154)

A marcha conseguiu protagonizar um grande espaço de visibilidade política. Gohn (2000) registra que durante o mês de abril de 1997, data da realização da marcha, o MST teve 163 manchetes noticiadas em um único jornal brasileiro de circulação nacional, no caso a Folha de São Paulo. Além disso, o movimento foi assunto também para artigos de opinião, charges e ganhou editoriais específicos. O país parou para acompanhar a Marcha que alçou ainda a mídia internacional, sendo destaque na rede americana CNN. Comparato (2001) ao fazer uma análise dos editoriais de jornais durante o período de 1995 a 2000, observou que houve um aumento progressivo da presença do MST nos jornais se comparado a outros atores que, à época, mantinham uma relação nítida de oposição ao governo federal, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos anos seguintes, o MST intensificou as marchas e as ocupações de terra em vários Estados como forma de dar cada vez mais visibilidade ao problema agrário brasileiro. Segundo Melo (2011), “à medida que o MST se instalava nos estados e crescia em número de integrantes e de ações realizadas, a sua visibilidade tomava conta das mídias locais e nacionais. O Movimento criou a estratégia de pressão em nível nacional com o que denominou 'jornada de lutas'” (p.10). Por outro lado, o movimento estava condicionado a um processo crescente de criminalização de suas ações.

Resulta que a relação MST-mídia tem sido confusa e contraditória. Num primeiro momento ela foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram 'avisadas' à imprensa, para que fossem noticiadas. Mas à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas. As imagens negativas do MST foram associadas, pela mídia e pelos políticos governistas, à conjuntura das próximas eleições, ao apoio do MST a um dos candidatos de oposição. (GOHN, 2000, p.158-159)

Essa exposição excessiva do MST na imprensa e a crescente criminalização do movimento por parte do governo e da própria mídia foram elementos que levaram o movimento a pensar a Comunicação de forma mais aprofundada. Inclusive, sob uma

perspectiva de que a Comunicação é um direito de todos e todas e uma ação fundamental é democratizar a Comunicação. Apesar disso, essa exposição excessiva ampliou a inserção do movimento na esfera pública política, sendo fundamental para ampliar o crescimento do MST e manter a luta viva. As ações realizadas nos anos de 1990 permitiram a construção de um clima favorável da opinião pública em torno da luta do movimento. Segundo a autora, “isso é o resultado da sua capacidade [do MST] de articular apoio em várias esferas da sociedade brasileira e internacional, ao mesmo tempo em que este apoio alimentou sua visibilidade pública” (MELO, 2011, p. 12).

Neste sentido, antes de passarmos à construção da visibilidade pública do MST dos anos 2000, que para nós é o período em que o MST se aproxima do ambientalismo, vamos discorrer sobre o que estamos considerando como visibilidade.

Recorreremos, aqui, ao conceito de esfera pública para, então, falarmos de visibilidade. Habermas e a sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública (1962 [1984]) são referências importantes para esta discussão. Ao fazer um apanhado histórico sociológico da constituição da esfera pública e das mudanças ocorridas nesta categoria a partir da constituição dos media, o filósofo alemão aponta para uma perspectiva na qual se faz presente a ideia da argumentação e da discussão. “Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram (...)”. (HABERMAS, 1984, p.16).

Este “modelo ideológico”, proveniente de uma esfera pública helênica, manteve-se ao longo da renascença, passando pelos períodos Clássico, Idade Média e a constituição do Estado Burguês e – embora a esfera pública esteja se diluindo, como afirma Habermas (1984) – ela ainda é considerada o principal ordenamento político.

Pensada em conformidade com o seu padrão ideológico, uma esfera pública, não importa se segundo o modelo helênico ou burguês, deve ser compreendida como aquele âmbito da vida social em que, interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes à comunidade política se apresentam na forma de argumentação ou de discussão (GOMES, 2008, p. 35).

Ao caracterizar a esfera pública no âmbito argumentativo/discursivo, Gomes (2008) afirma que há dois requisitos fundamentais para a constituição desta esfera pública. O primeiro requisito é a palavra, ou a comunicação, uma vez que as vontades e os interesses devem ser considerados a partir do momento em que ganham expressão em anunciados. O segundo é que as trocas públicas de argumentos são conduzidas com razoabilidade e racionalidade. Desta forma, como aponta o autor, “(...) interesses, vontades e pretensões dos

cidadãos, mediados argumentativamente, contrapõem-se e verificam-se reciprocamente” (GOMES, 2008, p.36).

Para Avritzer (2000), o conceito de esfera pública tem, portanto, desde a sua origem, algumas das suas características centrais ligadas ao debate democrático contemporâneo:

(...) A primeira delas é a ideia de um espaço para a interação face-a-face diferenciado do Estado. Nesse espaço, os indivíduos interagem uns com os outros, debatem as decisões tomadas pela autoridade política, debatem o conteúdo moral das diferentes relações existentes ao nível da sociedade e apresentam demandas em relação ao Estado. Os indivíduos no interior de uma esfera pública democrática discutem e deliberam sobre questões políticas, adotam estratégias para tornar a autoridade política sensível as suas deliberações (AVRITZER, 2000, p.36).

Segundo Habermas (1984), a esfera pública tem origem nos cafés e salões europeus com o desenvolvimento inicial de uma esfera pública literária na qual as pessoas reuniam-se para discutir textos literários. O público ali reunido, embora constituído por poucos, se estabelece como um grupo fixo de interlocutores entre o objeto discutido e o resultado da discussão.

Contudo, à medida que as obras de arte são produzidas e intermediadas pelo mercado, há uma apropriação das informações disponíveis. “As pessoas privadas, as quais a obra se torna acessível enquanto mercadoria, profanam-na à medida que, por vias do entendimento racional, entre si, por conta própria, o seu sentido, conversam sobre ela (...)” (HABERMAS, 1984, p.52). A transformação da esfera pública literária para uma esfera pública política vai ser marcada por uma refuncionalização da literária, uma vez que esta já possuía um público com formas próprias de discussão na qual são considerados os negócios públicos.

A esfera pública moderna sofreu mudanças estruturais significativas ao longo do curso histórico. Estas mudanças ocorreram principalmente no âmbito do estado, da família, dos partidos políticos, da imprensa e das relações com o mercado, caracterizando um descentramento das variadas esferas citadas pelo filósofo alemão ao longo da sua obra. Desta forma, a mudança na esfera pública, íntima e privada vão contribuir para a mudança da esfera pública moderna. Estas transformações estruturais vão ficar mais evidentes na esfera pública moderna com a influência da comunicação de massa. Segundo Habermas (1984), este tipo de Comunicação permitiu uma expansão da esfera pública, mas, em contrapartida, permitiu uma maior influência dos interesses, sejam eles privados, individuais ou coletivos, nesta esfera.

Ainda neste contexto, a comunicação de massa apresenta-se como o lugar pelo qual circula o debate e a informação. A esfera pública contemporânea tem o sentido da publicidade

subvertido, passando a ser pré-fabricada, resultando em uma opinião pública encenada. Com isso, “a publicidade perde a sua função demonstrativa: mesmo os argumentos são pervertidos em símbolos, aos quais, não se pode, por sua vez, responder com argumentos, mas apenas com identificações” (HABERMAS, 1984, p. 241).

O aumento do aparato técnico-científico (um maior número de satélites, acesso à telefonia, surgimento de cabos de fibra ótica pra transmissão de dados, por exemplo) e uma maior rapidez na informação passam a ser fundamentais, para construir uma visibilidade midiática e política nas lutas dos movimentos sociais e no projeto político que está sendo proposto para a sociedade. “Eles [os Novos Movimentos Sociais] usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais” (GOHN, 1997, p. 125). Este processo de visibilidade pública e política remete a uma mudança significativa não apenas na forma de mobilização e atuação dos Novos Movimentos Sociais, mas também na forma como eles se articulam para a constituição de Redes de Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2012). Muitas das organizações já “nasceram” no seio da comunicação global, utilizada para dar visibilidade às bandeiras de luta (SOUZA, 2006).

A visibilidade discutida neste trabalho está atrelada à noção de publicidade, entendida aqui como “'caráter e qualidade do que é público', a propriedade das coisas na medida em que estão visíveis e disponíveis para o reconhecimento do comum” (MAIA, 2008, p. 167). Segundo MAIA (2008), há duas concepções distintas de publicidade: uma de sentido fraco e a outra de sentido forte. A primeira concepção, no sentido fraco, está relacionada à noção de visibilidade e à exposição social dos mais variados fenômenos em oposição à ideia de segredo. A segunda definição, a de sentido forte, diz respeito à normatização do diálogo e à negociação do entendimento em público.

A concepção de publicidade como visibilidade midiática é a que mais se aproxima, para se analisar como as redes de movimentos sociais utilizam seus próprios canais de Comunicação como mediadores, para construir e dar visibilidade ao debate ambiental. Para isso, leva-se em conta que o espaço de visibilidade midiática é formado na tensão entre a visibilidade e o segredo (MAIA, 2006), e é composto por uma variedade de conteúdos: materiais, culturais e artísticos, de entretenimento, jornalismo de diferentes formatos, documentários, peças publicitárias (MAIA, 2008, p.172), sendo constituído pelo conjunto de emissões dos *media*. Estas formas de visibilidade variam de um meio para o outro (THOMPSON, 2008). O material dos *media* fomenta de forma circular a esfera pública política, disposta como locus da argumentação.

Neste sentido, Moraes (2000) aponta a Internet como um componente inesperado nas lutas dos movimentos sociais, a partir dos anos 90. Segundo o autor, além de interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar, “o espaço é também uma forma de driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra hegemônicas se expressem com desenvoltura” (MORAES, 2000, p.142). De fato, a internet tem-se configurado como um espaço importante de circulação dos discursos e um lugar estratégico para a mobilização e articulação das mais variadas redes. Apesar disso, ressaltamos que é preciso compreender que o alcance destes discursos ainda não se dá na mesma proporção e com a mesma simultaneidade do que os discursos/argumentos empreendidos pelos grandes conglomerados de Comunicação. Desta forma, embora seja importante, a presença de mais grupos na internet resolve, apenas em parte, o problema das desigualdades midiáticas.

Para Thompson (2008), uma das características dessa visibilidade é a da “desespacialização”, que torna possível a ausência de co-presença. Nesse sentido, o autor considera que a Co-presença é a presença de indivíduos em um mesmo espaço e em uma interação face a face, proporcionando uma conversação dialógica. Para o autor, a grande característica destas novas formas de publicidade é sem dúvida a necessidade de um lugar compartilhado para o desenvolvimento das ações e eventos.

A ações e eventos podem se tornar públicos pela gravação e transmissão para outros adquirirem uma publicidade que independem de serem vistos e ouvidos diretamente por uma pluralidade de indivíduos co-presentes. O desenvolvimento da mídia deu origem assim a novas formas de "publicidade mediada" que vem assumindo um importante papel no mundo moderno. (THOMPSON, 2008, p.114)

Há aqui uma crítica clara à noção habermasiana de esfera pública e de publicidade, já que tais conceitos não conseguem explicar o aspecto contemporâneo dessa publicidade. Para Thompson (2008), o desenvolvimento de novas formas de comunicação, principalmente da imprensa, permitiu que houvesse uma separação da ideia de publicidade enquanto conversação dialógica, ligando-se cada vez mais a perspectiva de um tipo de visibilidade que está relacionada cada vez mais ao tipo de visibilidade produzida pela mídia atual. Entretanto, o autor considera que a publicidade de co-presença não deixa de existir. Ela ainda pode ser percebida nos discursos e nos debates políticos, por exemplo.

A mudança significativa nas novas formas de publicidade implica também em mudanças na forma de visibilidade política e nas condições sob o qual o poder político é exercido. Thompson (2008) discorre sobre essas transformações do ponto de vista da política eleitoral e das imagens dos governantes. Entretanto, é possível relacionar essas mudanças

também em agentes sociais como o MST. Uma das mudanças apontadas por Thompson (2008) – e também observada por Habermas (1984) – é a que ocorre com o jornalismo e que proporcionou uma preocupação em como administrar a visibilidade, de forma que a imagem construída seja sempre para ressaltar os aspectos positivos. Além disso, a expansão do alcance das audiências, cada vez maior em tempos de globalização e a aproximação do tempo-espço, faz com que a visibilidade tenha uma concorrência muito maior com uma gama de receptores.

Uma outra mudança foi possibilitada pelo desenvolvimento da televisão que, para Thompson (2008), “reenfatizou a importância da visibilidade no sentido estreito de visão (isto é, capacidade de ser visto com os olhos), embora a visibilidade esteja agora separada do compartilhamento de um lugar comum” (p.123). A imagem ganha uma outra dimensão, sendo necessário investir na aparência visual. Nesse sentido, como já dito anteriormente, a adoção de um “visual militante”, composto de blusa, boné e bandeira, é parte importante da estratégia do MST, para identificar o movimento nas caminhadas e diversas outras investidas. Stédile e Fernandes (2012) reconhecem que a sigla “MST” também é uma imagem importante na qual as pessoas reconhecem a luta social.

Agora, internamente, já tomamos a decisão de colocar a sigla e o símbolo do MST em todos os produtos das agroindústrias dos assentamentos e de nossas cooperativas. Queremos que a sociedade perceba que a bandeira não está ligada somente a ocupações de terra. Temos conquistas importantes nos assentamentos, e a sociedade precisa conhecê-las. Não vamos ter espaço na mídia para isso. Mas podemos abrir os canais de comunicação com a sociedade sem precisar usar os grandes meios de comunicação. Basta, como sempre, ter disposição e criatividade. (STEDILE;FERNANDES, 2012, p.136)

A imagem é, portanto, um elemento da visibilidade que precisa ser administrada para ser usada da melhor forma. Até porque, as possibilidades de manipulação ou de descontextualização das imagens podem acontecer e prejudicar qualquer agente político. A relação do MST com a mídia sempre foi marcada por contradições (GOHN, 2000). Por um lado, a presença do movimento nos meios de comunicação– por meio das notícias das marchas e ocupações de terra– proporcionava visibilidade política e permitia um agendamento das discussões com a sociedade e o governo. Por outro lado, o movimento estava condicionado a um processo crescente de criminalização de suas ações.

A visibilidade possibilita ainda um outro processo: o do agendamento. Discorreremos agora mais sobre este conceito. McCombs (2009) afirma que o pai intelectual do conceito de Agendamento é Walter Lippmann. Embora o autor não tenha se utilizado de tal expressão, ele define na célebre obra “Opinião Pública”, de 1922, que os veículos noticiosos são determinantes do mapa cognitivo do mundo. Para Sousa (2008), as origens da influência dos

media na agenda pública são ainda mais antigos e estão em trabalhos pioneiros como os de Tobias Peucer (1690) e de Gabriel Tarde (1901) sobre a influência da imprensa na opinião pública.

Contudo, a discussão contemporânea sobre a Teoria do Agendamento ganhou notoriedade a partir da importância do trabalho de McCombs e Shaw (1972), resultado de um acúmulo não apenas das pesquisas dos próprios pesquisadores, mas também do ambiente científico em que estava imersa a pesquisa em comunicação da época, que tentava desvendar os efeitos da comunicação de massa na opinião pública⁵⁸. Entretanto, para McCombs (2009, p.21) haviam efeitos midiáticos importantes que ainda não haviam sido explorados. “O tempo estava maduro para uma mudança de paradigma no exame dos efeitos da mídia, uma mudança desde a persuasão a um ponto inicial no processo de comunicação, informar” .

McCombs e Shaw (1972) iniciaram os primeiros trabalhos sobre o princípio da *agenda-setting*, observando o comportamento dos eleitores nas eleições americanas de Chapel Hill, no início dos anos 1970. A hipótese inicial era de que os meios estabeleciam a agenda de temas para a campanha política, influenciando os temas a serem debatidos entre os eleitores. A análise empreendida revelou que havia o estabelecimento de uma agenda da mídia, considerada o padrão da cobertura noticiosa em que se destacavam certos assuntos, que influenciava a agenda do público, ou seja, as preocupações do público.

[A imprensa] pode não ser bem sucedida, na maior parte das vezes, a dizer às pessoas o que devem pensar, mas é extraordinariamente bem sucedida ao dizer aos seus leitores sobre o que eles devem pensar. E daqui se segue que o mundo parece diferente a pessoas diferentes, em consequência não apenas dos seus interesses pessoais, mas também do mapa que para elas é desenhado pelos escritores, editores e redatores dos jornais que elas leem. (COHEN *apud* ESTEVES, 2012, p 114).

Sousa (2008, p.10) aponta que a agenda do público pode influenciar diretamente a agenda política. Desta forma, as três agendas - midiática, pública e política- seriam modeladas a partir do que diz respeito ao temário, “na importância relativa dos temas inscritos nesse temário, pela comunicação interpessoal que as pessoas têm da realidade e pelos acontecimentos que ocorrem no mundo” (p.10). Azevedo (2004) resume o modelo da Teoria do Agendamento, elencando quatro pontos importantes.

a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b)

⁵⁸ O exemplo são as pesquisas de Paul Lazarsfeld, da Universidade de Columbia, a partir da década de 1940.

ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (issues) importantes num determinado período de tempo. (AZEVEDO, 2004, p. 52)

Esses elementos constituem o que se tem convencionado chamar, na pesquisa sobre a *agenda-setting*, de níveis de efeito e que está relacionado com a evolução da própria teoria ao longo dos anos. Nesse sentido, os dois primeiros tópicos referem-se ao primeiro nível de efeito da *agenda-setting* que versam sobre a proeminência do objeto. O terceiro tópico apresentado por Azevedo (2004) constitui acerca do segundo nível de efeito em que é colocado em discussão a proeminência dos atributos e as formas de enquadramento (*framing*) utilizados pelos medias. O que tem aqui é um salto considerável sobre a teoria em questão, visto que os medias não apenas sugerem sobre o que devemos pensar, mas também sobre como pensar sobre isto.

A junção das pesquisas sobre os atributos e a questão dos enquadramentos é um avanço importante nas pesquisas de *agenda-setting* nos levando a ter como objeto de estudo os temas e assuntos veiculados bem como a hierarquia estabelecida entre eles. McCombs (2009, p.140) afirma que, por um lado, o agendamento dos atributos “foca na habilidade da mídia em influenciar como nós capturamos os objetos”, ao passo que os enquadramentos chamam atenção para “as perspectivas dominantes destas imagens que não somente sugerem o que é relevante e irrelevante”, mas que é capaz de promover um problema particular de definição.

Ainda no ato de descrever como se comporta o agendamento, McCombs (2009) afirma que os temas têm um limite de tamanho nas agendas, seja porque os temas concorrem entre si na disputa pela atenção do público, seja por conta das limitações de espaço nos media. Ainda segundo o norte-americano, não há diferenças com relação aos meios de veiculação das notícias no que tange aos efeitos do agendamento. De forma nítida, isso significa que, por exemplo, persiste no imaginário das pessoas de que a televisão é um veículo muito mais poderoso do que os jornais.

McCombs (2009) responde que isso varia de acordo com cada situação. Ora a televisão pode levar vantagem, ora os próprios jornais locais dão conta do agendamento, como mostram os estudos apresentados pelo próprio autor. Contudo, ele pondera que pela especificidade da televisão, os jornais levam vantagem sobre o tempo de exposição das agendas. Segundo ele, os leitores de jornais podem ficar expostos por muito mais tempo e de forma muito mais

profunda a um determinado tema e antes mesmo de que ele atinja o noticiário televisivo. Isso significa também que há uma diferenciação quanto ao perfil dos agendamentos, sendo o jornal capaz de agendar temas mais locais e periféricos.

O agendamento não se limita a uma dimensão política eleitoral. Pode ser observado também, quando os temas se referem a questões ambientais. Sousa (2008) aponta que ainda que os problemas ambientais estejam competindo com outros temas pela atenção do público e tenham um caráter cíclico, o tema se rotinizou, garantindo maior probabilidade de ser noticiado. O autor aponta que um dos fatores responsáveis pela popularização do tema na mídia foi o empenho de algumas figuras públicas nestas causas. Por outro lado, Sousa (2008) destaca também que as questões ambientais ganharam destaque na agenda pública e na agenda política, passando também a ocupar um lugar de destaque na agenda da mídia. Aqui prevalecem temas ligados a catástrofes ambientais e um certo protagonismo das organizações sociais.

Com relação ao MST, Melo (2009) afirma que o MST já tomou conhecimento da importância da mídia como espaço público e de intervenção na construção das agendas políticas e pública. Isso é visível, quando relatamos a construção da visibilidade do movimento nos anos 90. Entretanto, o movimento consegue até participar da construção dos problemas públicos, mas não tem controle sobre o agendamento midiático. Segundo a autora, por vezes, o lugar de fala do movimento limita-se ao enquadramento policial ou jurídico, não conseguindo provocar uma modificação nesse aspecto.

Contudo, é importante ressaltarmos que, mesmo diante da falta de controle da agenda midiática, há aqui a formação de uma opinião pública pró- MST tanto no caráter nacional quanto internacional capaz de dar condições para o movimento sustentar suas ações. Comparato (2001, p.115) acrescenta ainda que, no contexto nacional, essa formação de uma opinião pública está ligada eminentemente a um caráter urbano, uma vez que “as lutas do campo só conseguem se projetar nacionalmente se tiverem o respaldo e o reconhecimento da população das cidades”, pois grande parte da população brasileira está nas cidades. “Daí as manifestações públicas de incentivo aos movimentos populares urbanos da parte de alguns dirigentes do MST, e que são interpretadas pela imprensa como a prova de que o movimento não está interessado apenas na reforma agrária, mas também na revolução e na agitação política” (COMPARATO, 2001, p 116).

Retomando o processo de construção da visibilidade do MST, tomamos os anos 2000 como referência, período em que se consolidava a luta contra a globalização econômica neoliberal. Como já contextualizado anteriormente, agronegócio avança sobre as políticas

agrícolas, abrindo espaço para as empresas transnacionais. A luta do MST se centra contra estas empresas, com a realização de ações que visavam a ocupação de fazendas ligadas às transnacionais, com o intuito de denunciar entre outras coisas as sementes transgênicas. Importante ressaltarmos que a ocupação é uma estratégia de luta importante para o movimento. “É uma estratégia contundente , não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra” (STÉDILE; FERNANDES, 2010, p.115).

Três fatos são representativos desse período. O primeiro deles aconteceu no ano de 2001, durante o período do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, quando trabalhadores sem terra em aliança com o ativista francês José Bové destruíram uma plantação de soja geneticamente modificada, de propriedade da Monsanto. Melo (2010) afirma que o caso teve grande visibilidade na imprensa, conseguindo colocar, na pauta da imprensa brasileira, o caso da transgênia em sementes.

O outro caso, que citamos no primeiro capítulo, foi a ocupação das instalações da Aracruz Celulose, empresa produtora de celulose, em 2006. O caso teve grande repercussão da imprensa nacional e internacional, gerando, mais uma vez, um desgaste na imagem do MST, uma vez que prevaleceu a versão da empresa sobre os fatos. Berger (2006, p. 9)) destaca, ainda, que o caso Aracruz "ingressou domesticado nos jornais uma vez que se fez ver, exclusivamente, através das fontes oficiais – falaram os interesses econômicos imediatos, ficaram ausentes os interesses ecológicos e sociais de longo prazo" . Isso significa que os atores daquela ação não foram procurados para dar entrevistas. “Não houve espaço para o outro lado, como se ele não existisse” (BERGER, 2006, p.11).

Por fim, destacamos outro fato de grande repercussão midiática, que ocorreu em 2009, na Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, no município de Borebi, a 290 km de São Paulo. Cinco mil pés de laranjas foram destruídos com tratores por integrantes do MST, como forma de denunciar que os três mil hectares da fazenda eram provenientes de terras griladas, portanto áreas que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária. A repetição exaustiva das cenas em que os laranjais eram destruídos gerou tanta visibilidade negativa para o movimento que a direção nacional do MST reconheceu o erro da ação.

Além das ações que resultaram em diversas ocupações de terra, os anos 2000 foram marcados também por diversas campanhas políticas protagonizadas pelo MST, cujo objetivo era trazer à cena pública discussões variadas que, até hoje, atingem os homens e mulheres do campo. Para Keck e Sikkink (apud NIEMEYER, 2006, p. 110), “as campanhas dão o direcionamento e estabelecem as estratégias que serão seguidas por uma rede de movimentos

sociais, na busca pela consecução de seus objetivos”. Na maioria das vezes, as campanhas têm pautado o tema na sociedade, como no caso dos transgênicos ou dos desertos verdes. Adiante, no capítulo seguinte, discorrerei mais sobre as campanhas do MST ao longo dos anos 2000.

Vimos que a comunicação produzida pela MST está no limiar entre a mediação e a midiaticização. Torna-se uma forma de construir uma agenda política para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, tenta promover causas através de estratégias que ora se confundem com a ideia de espetáculo (DEBORD, 1967) ora são consideradas formas de diminuir a desigualdade midiática existente, visto que as ações do movimento são alvos constantes de interpretações distorcidas por parte dos meios de comunicação de massa.

CAPÍTULO 4 - CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA: O AMBIENTALISMO NA PRÁTICA

Nos capítulos anteriores, fizemos um esforço de situar o leitor sobre dois aspectos importantes: o primeiro está relacionado à construção do ambientalismo e o segundo, com aspectos identitários e de Comunicação construídos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No primeiro aspecto, partimos de uma perspectiva mais geral, passando pelo viés brasileiro do ambientalismo e, por fim, considerando a transição em curso que envolve este tema e o MST. O segundo aspecto diz respeito à construção da identidade do movimento frente ao período histórico em que o meio ambiente tem sido um elemento central na disputa política contemporânea. Há uma teia invisível que vai ligando os conceitos referentes a esse segundo aspecto. Portanto, trabalhamos, ainda, com as categorias de globalização, cidadania, espaço público, publicidade e visibilidade que situam o MST frente aos desafios da Comunicação, e são fundamentais, para que possamos entender a construção das identidades do movimento.

Neste capítulo, vamos analisar a incorporação do ambientalismo no MST de forma mais prática. Por isso, elegemos estudar a Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida, por entendermos que esta campanha representa a fase mais recente deste ambientalismo, na qual diversos movimentos rurais uniram-se a outras organizações, para combater o uso indiscriminado de agrotóxico no campo, o agronegócio e apresentar uma alternativa ambiental ao campo. Ressaltamos que, embora a análise prática esteja centrada neste capítulo, o ambientalismo no MST vem sendo problematizado e discutido desde o início do trabalho, quando propomos uma leitura histórica e documental dos fatos.

Queremos ainda, de maneira específica, identificar e analisar os elementos que constituem o ambientalismo no MST, analisar os efeitos desta articulação ambiental na mobilização do MST no espaço público, investigar como a Campanha Permanente contra o agrotóxico e pela vida dá visibilidade aos movimentos sociais dentro da agenda ambiental. Adiante, falaremos mais sobre o caminho de pesquisa e as escolhas metodológicas. Por ora, vamos nos deter em definir o conceito de campanha, fazendo um resgate histórico da atuação do movimento. Entendemos que esse resgate é fundamental, para avaliarmos o nível de organização política, o projeto ambiental, a maturidade e a confiança desenvolvidos pelo MST a partir do processo de visibilidade.

4.1 Organizar a luta

Tilly (2010, p. 137)⁵⁹ afirma que o movimento social surgiu como uma influente e inovadora síntese de três elementos. O primeiro desses elementos está ligado a um esforço público de elaborar reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades a qual ele denomina de “campanha”. O segundo elemento é o estabelecimento de formas de ação política, nas quais ele cita a criação de associações e coalizações específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comício entre outras formas nas quais há o *repertório de mobilização*. O movimento social está relacionado a demonstrações de VUNC, sigla usada para determinar: valor, unidade, números e comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários. Vamos nos deter nos dois primeiros elementos citados pelo norte-americano.

Observamos que a campanha não é algo exclusivo dos movimentos de globalização liberal. O próprio Tilly (2010) afirma que há um registro anterior a 1750, sobre uma campanha pública realizada por protestantes europeus contra as autoridades católicas em nome do direito de praticar a fé considerada herética. O termo campanha também é observado no contexto militar, ao nomear as operações realizadas durante uma guerra, remetendo, portanto, a ações bem diferentes das que serão registradas adiante.

Tilly (2010) afirma que a campanha estende-se para além de um evento único. É mais do que apenas uma reunião de massas ocasionais, ou uma petição a ser assinada ou ainda uma declaração pública de um militante de determinada causa, embora essas estratégias (ou repertórios) possam ser utilizadas na campanha.

Uma campanha articula sempre pelo menos três elementos: um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda, e algum tipo de público. As demandas podem ter como alvo autoridades governamentais, mas as "autoridades" podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas. (TILLY, 2010, 137).

A campanha é, portanto, uma forma de organização das estratégias dos movimentos sociais, para conseguir atingir objetivos com relação a determinadas causas, conforme a definição a seguir, que reforça a ideia do objetivo comum para o conceito de campanha.

⁵⁹ Charles Tilly é, dentro da esfera das teorias sobre movimentos sociais, um dos maiores nomes da pesquisa norte-americana sobre Mobilização de Recursos e Ação coletiva (GOHN, 1997). O que, em tese, divergiria sobre a proposta que estamos apresentando neste trabalho, que se baseia no paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Entretanto, Tilly é o que melhor traduz para nós o conceito de campanha trabalhado ao longo de toda a pesquisa. Por isso, não consideramos o uso da literatura de Tilly como uma divergência; ao contrário, enfatiza a nossa ideia da dificuldade de se estudar a questão dos movimentos sociais e de estabelecer conceitos estáticos aos movimentos. Apesar disso, a nossa ideia sobre movimento social permanece baseada no paradigma dos NMS apresentado no primeiro capítulo, já que, para Tilly (2010) o movimento social surge exclusivamente da combinação dos três elementos citados no texto.

[...]um conjunto de estratégias e atividades relacionadas, em qual membros de uma network principal, difusa, desenvolvem laços explícitos e visíveis, reconhecendo papéis mútuos na busca por metas comuns e, em geral, contra um alvo comum. (KECK; SIKKINK, 1998, p. 25 *apud* NIEMEYER, 2006, p. 41).

Ao discorrer sobre as campanhas realizadas por redes transnacionais de movimentos sociais, Niemeyer (2006) afirma que os atores centrais da rede mobilizam outros atores e iniciam a tarefa de estruturar a integração cultural da rede. Com isso, estes atores levantam recursos, articulam-se, propõem e preparam atividades, além de conduzir as relações públicas. Uma outra característica importante é a do uso que as redes fazem da comunicação e da troca de informações.

[...] a importância e inovação introduzida por estas redes de relações transnacionais, residiria na geração de capacidade de mobilização estratégica da informação para atores não estatais, os quais passam a fazer uso deste recurso, como ferramenta de persuasão, pressão e influência sobre organizações e governos. (NIEMEYER, 2006, p.40)

Uma outra estratégia empregada por estas redes condiz com a necessidade de introduzir determinados assuntos no debate público, de forma que se possa construir uma agenda pública, política e midiática sobre os temas em pauta. Nesse sentido, as oportunidades políticas não são apenas percebidas e aproveitadas pelos ativistas, podendo ser criadas por eles (NIEMEYER, 2006).

A construção do processo de visibilidade do MST, nos anos 2000, foi notadamente marcada pela inserção do movimento em campanhas próprias ou de outros movimentos. Ao longo do trabalho, já nos referimos a algumas dessas campanhas das quais o MST participou. É o caso da “Sementes patrimônios dos povos a serviço da humanidade”, lançada em 2002 pela Via Campesina. A campanha foi fundamental para o processo de transição ambiental, contribuindo para agregar o tema às instâncias do movimento⁶⁰. Niemeyer (2006) relata que esta foi a primeira campanha da Via Campesina e que, a partir dela, a rede conquistou a respeitabilidade e cumplicidade de diversos outros atores. Para o MST, representou uma ampliação das alianças internacionais e da sua visibilidade.

O período marcadamente neoliberal – com poucos ganhos e avanços sociais – possibilitou uma ampla mobilização dos segmentos contra temas relacionados à globalização neoliberal, principalmente em áreas como a questão ambiental e econômica. Diante disto, uma das primeiras campanhas em que o MST esteve presente – junto a outros diversos movimentos e partidos – foi a “Campanha contra a Alca e o Plebiscito Nacional sobre a Alca”

⁶⁰ Ver capítulo 2

(2001-2003) que questionava a formação de uma área de livre comércio entre as Américas capitaneada pelos Estados Unidos. À época, a ideia era inviável, já que a desigualdade econômica entre os países era gritante e uma abertura dos mercados representaria a falência do mercado e da indústria de países pequenos. Para o MST, a Alca fortaleceria o agronegócio, o monopólio genético das sementes e inviabilizava a soberania alimentar e a agricultura familiar. Também não haveria espaço para uma verdadeira política de Reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, 2002).

O MST também esteve presente em outras campanhas nacionais em que havia uma ampla mobilização e articulação dos movimentos sociais em geral como é o caso da Campanha Nacional pelo Desarmamento (2005); a Campanha pela demarcação das terras indígenas (Fevereiro de 2007); Campanha Nacional pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce: A VALE É NOSSA! (Jun/Set – 2007); Pela Libertação dos Cinco Patriotas Cubanos Presos nos EUA (Set/Dez – 2007). Nestas campanhas, o Movimento sem terra não é necessariamente o protagonista das campanhas, mas assume uma postura de solidariedade diante dos temas abordados, que são variados e específicos. A presença do movimento também confere credibilidade à campanha, uma vez que o MST conquistou um certo respaldo em parte da sociedade, tornando-se referência na luta pela terra.

O MST também protagonizou campanhas para chamar a atenção da sociedade sobre as dificuldades enfrentadas nos assentamentos, principalmente em implantar uma educação voltada para o campo, de acordo com as especificidades e a realidade do lugar; com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no meio rural e promover a inclusão de milhares de jovens camponeses. Ressaltamos, ainda, que o MST considera a educação como um agente importante na transformação política e social. Trata-se de uma educação diferenciada “(...) objetiva não apenas alfabetizar, ou construir escolas com metodologias diferenciadas. Trata-se também de ocupar espaços na sociedade para o desenvolvimento de novos valores, ao mesmo tempo que se estimulam as práticas de solidariedade” (GOHN, 2000, p. 108). Nesse sentido, foram criadas as seguintes mobilizações: Campanha Nacional de Alfabetização do MST - Todos e Todas Sem Terra Estudando! (Ago/Dez – 2007); Campanha de Solidariedade às Bibliotecas do MST: apoie a reforma agrária - Doe Livros! (Agosto a dezembro de 2007); Em defesa das Escolas Itinerantes – 2009; Campanha Fechar Escola é crime (junho de 2011).

Há outras campanhas em que o MST também esteve inserido, mas com um peso e um maior empenho e uma maior articulação, uma vez que havia uma ameaça real ao campo, com a intensificação do modelo agrário vigente. É o caso de campanhas como: Sementes

patrimônios dos povos à serviço da humanidade (2002); Não aos desertos verdes! (Outubro de 2006); Por um Brasil Livre de Transgênico (2007); Campanha contra o Trabalho Escravo do Agronegócio - (Maio de 2010); Em defesa do Código Florestal (Maio de 2011); Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida (2011). Todas estas campanhas fazem um enfrentamento direto ao agronegócio, na defesa de uma agricultura familiar, agroecológica e popular.

Nesse sentido, de forma resumida, entendemos que as campanhas das quais o MST participa podem ser categorizadas de três formas: Campanhas de solidariedade, em que o movimento se soma à luta de outros movimentos; Campanha de apoio ao próprio MST⁶¹, em que o movimento necessita da solidariedade dos outros para colocar em prática suas lutas e ideais ; e, por fim, Campanhas contra o Agronegócio, com denúncias aos danos causados por este modelo de agricultura combinado com apoio à questão ambiental.

Nós deteremos, agora, em analisar a Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida, de acordo com os objetivos citados no início deste capítulo⁶². A Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida foi lançada em 2011, a partir de uma ampla aliança nacional e regional entre os movimentos sociais e redes, escolas, universidades, instituições de pesquisa, áreas governamentais, entidades estudantis, movimento sindical e entidade de classe, ONGs, associações, cooperativas e mandatos parlamentares. Entre as cinquenta entidades que compõem a campanha estão ainda os movimentos ligados às questões do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP).

A Campanha Permanente se define como “um esforço coletivo, assumido por um conjunto de organizações e pessoas, que visam combater a utilização de agrotóxicos e a ação de suas empresas (produtoras e comercializadoras) (...)” (CAMPANHA PERMANENTE, 2011). Para Folgado (2013), coordenador nacional da campanha, é também um esforço de fazer um enfrentamento maior ao agronegócio e ao próprio capitalismo⁶³. A campanha tem como objetivos:

⁶¹ Destacamos que o MST possui uma seção no site www.mst.org.br denominada de “Eu apoio o MST”, em que se destaca artistas nacionais e internacionais que apoiam a causa do movimento seja através da adoção do uso de um boné em algum show, seja produzindo materiais específicos para o movimento.

⁶² Vez por outra, vamos nos utilizar da abreviação “Campanha Permanente” para nos referir a tal ação, pois isso permitirá uma melhor leitura aos leitores e nos ajudará a evitar repetições textuais exaustivas.

⁶³ Palestra proferida por C. Folgado no Encontro Internacional Ecologia dos Saberes, em Fortaleza, outubro de 2013.

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas)
 - Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
 - Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
 - Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica.
- (CAMPANHA PERMANENTE, 2011)

A campanha surge num momento marcado pela liderança do Brasil no consumo de agrotóxicos. O Brasil é, desde 2008, o maior consumidor de agrotóxicos do planeta, superando países como os Estados Unidos. Para Folgado (2013a), o alto consumo é injustificável, já que o país representa apenas 5% da área agrícola entre os 20 maiores países produtores agrícolas do mundo. Folgado (2013) reconhece que a luta contra o agrotóxico não nasce a partir desta campanha, “Ela só foi um momento do processo em que a gente conseguiu dar uma organizada com aqueles sujeitos que já faziam a luta”⁶⁴. A campanha possui também exigências práticas, para impedir o avanço dos agrotóxicos:

- Exigir que o MDA e Banco Central determinem a que seja proibido a utilização dos Créditos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para a aquisição de agrotóxicos, incentivando a aquisição/utilização de insumos orgânicos e a produção de alimentos saudáveis;
- Exigir da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – a reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público;
- Que os governos estaduais e assembleias legislativas proibam a pulverização aérea (feita pela aviação agrícola) de agrotóxicos em seus estados;
- Que o Ministério da Saúde organize um novo padrão de registro, notificação e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde dos casos de contaminações, seja no manuseio de agrotóxico, seja na contaminação por água, meio ambiente ou alimentos, orientando a todos profissionais de saúde para esses procedimentos;
- Que haja fiscalização para que se cumpra o código do consumidor e todos os produtos alimentícios tragam no rótulo se foi usado agrotóxico na produção, dando opção ao consumidor de optar por produtos saudáveis;
- Aumentar a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos, desde a fabricação na indústria química até a utilização na lavoura e o manuseio no transporte;
- Exigir que o Ministério Público Estadual e Federal, e organismos de fiscalização do meio ambiente, fiscalizem com maior rigor o uso de agrotóxicos e as contaminações decorrentes no meio ambiente, no lençol freático e nos cursos d’água. (CAMPANHA PERMANENTE, 2011).

⁶⁴ Idem, outubro de 2013.

A Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida possui cinco eixos de atuação de forma que pudesse atingir um maior número de pessoas. Segundo Folgado (2013)⁶⁵, esses eixos são: 1. Iniciativas com a base, em que todas as organizações foram orientadas a debaterem o problema dos agrotóxicos com suas bases; 2. Iniciativas com a sociedade, como a produção de documentários; 3. Eixo Jurídico/ Legislativo, já que se entende que é necessário aprofundar o conhecimento nesse campo; 4. Um maior diálogo com os profissionais da saúde; e, por fim, 5. ampliar o debate com os profissionais da educação.

Além desses eixos, também se desenvolveu uma estratégia e uma estrutura de Comunicação capaz de tornar pública a própria campanha, suas ações e mobilizações pelo país, além de aglutinar materiais e documentos que estão sendo produzidos paulatinamente. Desta forma, foi desenvolvido e lançado um site⁶⁶ em janeiro de 2012, que abriga diversas informações sobre a campanha, notícias relacionadas aos agrotóxicos, contatos dos comitês de campanha espalhados pelo país, materiais sobre a agroecologia e, ainda, os materiais institucionais utilizados pela campanha que podem ser impressos por cada indivíduo ou pelos comitês. O site mantém arquivados vídeos de reportagens, passeatas contra os agrotóxicos, mostras sobre a produção agroecológica e o filme – do qual falaremos adiante – “O veneno está na mesa”, do cineasta Silvio Trendler. Dois comitês regionais⁶⁷ também possuem espaço na internet, constituindo blogs no qual apresentam as realidades locais sobre o consumo dos agrotóxicos e, ainda, as ações realizadas por cada comitê na região que representa. Além disso, a campanha mantém um perfil na rede social Facebook⁶⁸.

Com relação aos materiais institucionais, eles são constituídos de duas cartilhas de formação e um cartaz (FIGURA 1), que foi extremamente importante para o primeiro momento da campanha: “a imagem do aviãozinho jogando veneno sobre um prato criou uma relação muito forte tanto com a aviação agrícola, mas com outros setores do agronegócio, porque a gente taxou que de fato a comida está com veneno” (FOLGADO, 2013)⁶⁹.

Figura1 – Cartaz da Campanha

⁶⁵ Palestra proferida por C. Folgado no Encontro Internacional Ecologia dos Saberes, em Fortaleza, outubro de 2013.

⁶⁶ Disponível no seguinte endereço: <http://www.contraosagrototoxicos.org>

⁶⁷ Foram identificados os sites do Comitê de Sergipe (contraagrototoxicosse.blogspot.com) e do Comitê do Distrito Federal (<http://contraagrototoxicosdf.wordpress.com/>)

⁶⁸ O Facebook é utilizado pelos comitês dos seguintes estados Bahia (<http://www.facebook.com/profile.php?id=100002921651150>), Mato Grosso (<http://facebook.com/mtcontraosagrototoxicos>) e Rio Grande do Sul (facebook.com/contraosagrototoxicosRS); e ainda o Distrito Federal (<http://www.facebook.com/profile.php?id=100002256771031>)

⁶⁹ Palestra proferida por C. Folgado no Encontro Internacional Ecologia dos Saberes, em Fortaleza, outubro de 2013.



**Cada brasileiro consome em média
5,2 litros de agrotóxicos por ano
Até quando vamos engolir isso?**

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

Segundo dados do Sindicato Nacional para Produtores de Defesa Agrícola (SINDIPA), em 2009 foram comercializados legalmente 1 bilhão de litros. Distribuído a quantidade de veneno utilizado chegamos à média de 5,2 litros de agrotóxicos por habitante ao longo do ano.



Secretaria Operativa Nacional
contraosagrotoxicos@gmail.com
fone (11) 7181-9737
skype contraosagrotoxicos

Fonte: Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida.

Já o documentário “O veneno está na mesa”, do cineasta brasileiro Silvio Tendler, foi desenvolvido especialmente para a Campanha Permanente⁷⁰. Financiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os filmes mostram os enormes prejuízos causados pelos agrotóxicos tanto à saúde humana quanto ao meio ambiente. O documentário está disponível para visualização no site oficial da campanha e em vários canais do site mais popular de vídeos da internet, o YouTube. Isso demonstra uma preocupação em tornar o filme não apenas acessível, mas em dar visibilidade ao assunto.

O pano de fundo do documentário é o modelo agrário baseado no agronegócio. O meio ambiente é apresentado como um processo de disputa política. É uma representação do processo de racionalização econômica discutido no início do trabalho, colocando em xeque as relações entre o meio ambiente e os sujeitos em oposição às empresas transnacionais, detentoras da produção e comercialização dos agrotóxicos. Para abordar o assunto, Tendler inicia uma contextualização histórica a partir da chamada Revolução Verde, que introduziu os venenos químicos no processo de “modernização” da agricultura mundial. O filme mostra,

⁷⁰ O documentário está dividido em duas partes.

ainda, pequenas experiências relacionadas à agroecologia, mostrando que existe um contraponto ao modelo tradicional.

Neste caso, a visibilidade ganha uma forte aliada: a imagem. Durante o documentário são mostradas cenas dos efeitos dos venenos à lavoura e, ainda, à saúde humana, inclusive os efeitos tardios que são transmitidos de geração a geração. O filme apresenta, também, o apoio e entrevistas com autores famosos, como o uruguaio Eduardo Galeno, além de atores conhecidos do público brasileiro que fazem a locução do vídeo.

O MST tem-se destacado, entre as entidades signatárias da Campanha, pela referência que é para outros movimentos e para a própria imprensa. O lançamento da Campanha Permanente, por exemplo, realizado em abril de 2011, foi noticiado pela Agência Estado, tomando como referência o Movimento sem terra. A notícia, cujo título é "MST lança campanha contra o uso de agrotóxicos"⁷¹ traz João Pedro Stédile como a única fonte do fato. Apesar disso, a matéria relata que a campanha possui outras entidades envolvidas.

É possível encontrar o MST como referência também em matérias de sites mais ligados aos movimentos sociais como é o caso da Rede Brasil Atual⁷². Em 2012, a Campanha Permanente lançou uma carta, pedindo o compromisso dos candidatos a prefeito e a vereador nas eleições de 2012, com o fim dos agrotóxicos e a favor da agroecologia. Entretanto, a matéria da Rede Brasil Atual⁷³, intitulada "MST promove campanha a candidatos alertando ao uso de agrotóxicos", evidenciou a atuação do Movimento sem terra. Para o MST, a Campanha Permanente é um dos mais recentes episódios do ambientalismo no qual o movimento tem-se envolvido, já que afronta diretamente o agronegócio e coloca em xeque o modelo agrícola vigente, ao fazer denúncias não apenas no âmbito ambiental, mas, também, no âmbito da saúde pública e dos direitos trabalhistas.

4.2 Escolhas da Pesquisa: questão de método

Obedecendo às particularidades do tema e do objeto de estudo deste trabalho, escolhemos a análise de conteúdo como uma opção metodológica para analisar o ambientalismo na construção da identidade do MST. A análise de conteúdo pode ser definida de várias formas, de acordo com a tradição teórica e a intencionalidade de cada autor. Bardin (1977, p.42) sintetiza os aspectos da análise ao afirmar que a análise de conteúdo é:

⁷¹ Abril de 2011.

⁷² <http://www.redebrasilatual.com.br/>

⁷³ Julho de 2012.

(...) Um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Nesse sentido, a definição de Bardin volta-se ao estudo das "comunicações", enfatizando o conteúdo das "mensagens" e os aspectos quantitativos do método (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2004). Desta forma, segundo Fonseca (2011, p. 299), "a leitura efetuada pelo analista de conteúdo procura evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano". Embora existam críticas acerca do uso da análise de conteúdo, pelo caráter positivista que ela carrega em sua história, já que esta corrente fez uso da valorização das ciências exatas como referência de cientificidade (FONSECA, 2011), entendemos que houve uma evolução e aprimoramento deste método. A utilização das inferências tornou a Análise de Conteúdo atraente e com múltiplas aplicações para a pesquisa científica, desde que respeitadas as regras básicas que devem ser utilizadas para acessá-la.

Para Fonseca (2011), este método tem demonstrado uma enorme capacidade de se adaptar aos desafios da Comunicação e de outros campos do conhecimento, principalmente a partir dos anos 1990, quando a internet amplia o acesso aos arquivos de jornais, programas de rádio e televisão. A aplicabilidade da análise de conteúdo por si só também justifica o uso deste método. Para Oliveira (2008, p. 570), em termos de aplicação este método permite:

(...) o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto, inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros.

Para colocar em prática a análise de conteúdo, Bardin (1977), afirma que é necessário passar por três fases: 1. pré-análise; 2- exploração do material; 3- tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase em que o pesquisador passa a organização da pesquisa propriamente dita. Aqui, a observação exaustiva do material leva a concepção das ideias iniciais acerca do objeto, de como deverá ser conduzida a pesquisa e um roteiro do que deverá ser analisado. Bardin (1977) afirma que esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem utilizados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A exploração do material ocorre iminentemente após a pré-análise. Esta fase consiste em transformar os dados brutos em unidades de análise do conteúdo, em função de regras previamente formuladas. Por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação

consiste em tratar os dados de maneira que eles sejam válidos. Aqui recomenda-se o uso de operações estatísticas simples ou complexas, para quantificar o material, estabelecendo quadros, diagramas, figuras e modelos referentes aos resultados.

4.2.1 A análise do material

Para constituir um *corpus* para esta pesquisa buscamos notícias de ações do MST com relação à questão ambiental no site do movimento e da própria Campanha Permanente⁷⁴. Para isso, utilizamos, no buscador dos sites, a palavra-chave meio ambiente, para encontrar notícias e textos publicados no ano de 2012, ano em que a questão ambiental esteve amplamente em destaque com a votação do Código Florestal, a realização da Cúpula dos Povos⁷⁵ e da Rio+20⁷⁶, e a um maior enfrentamento contra os agrotóxicos.

O objetivo foi traçar um paralelo entre as temáticas utilizadas pelos dois sites e verificar, no site da Campanha, o número de ações envolvendo o MST, bem como estratégias do grupo para trabalhar com a questão ambiental. Ressaltamos, ainda, que, num primeiro momento de pré-análise, buscamos também documentos oficiais do MST, retirados em congressos e encontros do movimento, fazendo uma análise documental do material, mas que não foi utilizada nesta análise específica.

Com isso, encontramos um grande volume de notícias, ainda que o período seja apenas de um ano. Foram 335 textos no site do MST relacionadas à questão ambiental e 54 textos encontrados no site da Campanha Permanente. Não fizemos distinção entre textos noticiosos e opinativos, já que não estamos considerando os gêneros jornalísticos dos textos, mas a quantidade de referências feitas ao meio ambiente. De toda forma, estamos atribuindo a estes textos a denominação de matérias⁷⁷. Fazendo ainda uma descrição sobre o que foi coletado, apontamos que a produção desse material não é necessariamente de responsabilidade do MST ou da Campanha Permanente. As matérias são retiradas de sites e entidades parceiras dos movimentos sociais e de matérias veiculadas na grande imprensa,

⁷⁴ Sites consultados: www.mst.org.br e www.contraosagrototoxicos.org.br

⁷⁵ Evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, ocorrido entre os dias 15 e 23 de junho, no Rio de Janeiro.

⁷⁶ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada pela Organização das Nações Unidas, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir sobre a renovação FERREIRA, I. A. . Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: As estratégias para a politização do meio ambiente no espaço de visibilidade midiática. Revista Eletrônica CoMtempo, v. 4, p. 1-10, 2012do compromisso político com o desenvolvimento sustentável vinte anos depois da Conferência Rio 92.

⁷⁷ No entanto, é possível que o buscador haja deixado de fora alguma matéria sobre a questão ambiental que, por alguma razão, não foi vinculada ao tema. Entretanto, dado o volume de material, suspeitamos que as perdas devem ter sido mínimas.

quando trazem aspectos positivos do movimento. No caso da Campanha Permanente, o site publica, também, textos do site do MST que possui uma elaboração de conteúdos próprios com mais regularidade.

4.2.1.1 Resistência e visibilidade

Para o recorte estabelecido, percebemos que os temas mais retratados são: agroecologia, agronegócio, mobilizações/ações, conflitos socioambientais, situação política, saúde e meio ambiente, soberania e segurança alimentar, transgênicos. Cada um dos temas possuem múltiplos enfoques. (Quadro 2).

Quadro 02 - Principais temas e enfoques com relação à questão ambiental

Temas	Enfoque	Quantidade de matérias do site MST	Quantidade de matérias do site da Campanha
Agroecologia	-Modelo Agrícola - Produção de alimentos saudáveis - Agricultura familiar	14	4
Agronegócio	- Agronegócio e Código Florestal -Agrotóxicos - Multinacionais - Desmatamento e demarcação de terras	25	8
Mobilizações/Ações	- Campanhas -Jornadas de Luta - Ocupações - Seminários - Cursos - Homenagens - Ações contra multinacionais	73	12
Conflitos Socioambientais	-Ameças a camponeses - Trabalho escravo - Despejo de famílias - Acampamentos - Ações contra	48	6

	multinacionais do agrotóxico		
Situação Política	- Código Florestal - Rio +20 - Cúpula dos Povos - Ruralistas - Lobby político em prol dos agrotóxicos - Mercantilização dos recursos naturais - Economia Verde	135	12
Saúde e Meio Ambiente	- Contaminação dos agrotóxicos - Pulverização de agrotóxicos - Crimes ambientais	29	4
Soberania e Segurança Alimentar	- Agricultura camponesa - Fome - Soberania Alimentar	5	5
Transgênicos	- Efeitos dos Transgênicos - Comercialização - Relação dos transgênicos com os agrotóxicos	6	3

Fonte: sites do MST e Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida

Estes temas foram construídos conforme orientações de Bardin (1977) e Fonseca (2011) sobre o processo de categorização. Segundo Bardin (1977), os critérios para a categorização podem ser semânticos (com categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o sentido) e expressivo (com categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem). Para tanto, a categorização precisa atender as seguintes características:

- a) **exclusão mútua:** um elemento incluído na categoria X não pode ser incluído na categoria Z;
- b) **homogeneidade:** só devem ser incluídas na mesma categoria unidades de registro da mesma natureza;
- c) **pertinência:** o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação;
- d) **objetividade e fidelidade:** os procedimentos classificatórios devem ser objetivos, de forma a garantir a fidelidade dos resultados, caso alguém queira repeti-los;

e) **produtividade:** um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em índice de inferências, dados e novas hipóteses. (FONSECA, 2011, p.298, grifos do autor)

Conforme os temas encontrados, podemos inferir que eles refletem os principais problemas do MST diante do modelo agrícola atual e a forma como os sem terra tem-se movimentado para combater estes problemas. Percebemos, ainda, que o ambientalismo tem sido construído sob a perspectiva de apresentar a denúncia à sociedade, as ações contrárias ao projeto de sociedade que o MST tenta construir, cuja defesa está no estabelecimento de um modelo agroecológico e sustentável. Constatamos essa afirmação na grande quantidade de textos sobre o agronegócio, nos conflitos socioambientais e na categoria política (Quadro 2). Consideramos, portanto, que resistir é parte considerável desse ambientalismo e da forma como ele tem-se construído dentro da identidade do movimento.

Vimos, ao longo do trabalho, que a resistência, dentro do MST, é feita de várias maneiras e os textos servem como um amplificador das ações. Diante disso, observamos, ainda, que foram registradas 73 notícias sobre as ações do movimento no site do MST. Já no site da Campanha foram 12 notícias que mostram algum tipo de mobilização. Destas, três registram uma participação mais direta do MST. Os registros versam sobre a realização de seminários, homenagens, marchas, formação dos comitês locais de enfrentamento ao agrotóxico, entre outros.

Nesse sentido, as notícias veiculadas no site do MST e da Campanha Permanente conseguem deixar nítido que existem aspectos políticos que os diferenciam do sistema econômico hegemônico vigente. A resistência se faz no uso de palavras e termos chaves, para que haja uma compreensão maior dos leitores. Uma das matérias veiculadas no site da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida faz uma crítica à tentativa da revista Veja em condenar o uso da palavra agrotóxico, recomendando o emprego do termo defensivo agrícola⁷⁸. A ênfase ao termo “agrotóxico” demonstra toda a capacidade deste material em danificar e agredir o meio ambiente (FIGURA 2).

Figura 2- Matéria rebate acusação da revista Veja no uso de termos

⁷⁸ Sou agro: Nosso esforço para reeducar os leitores. www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/agrototoxicos/60-sou-agro-nosso-esforço-par-a-reeducar-os-leitores



Sou agro: Nosso esforço para reeducar os leitores

Publicado em Quinta, 05 Janeiro 2012 11:59



Revista Veja brinca com inteligência dos leitores

Caros leitores, francamente, essa história de chamar os venenos usados na agricultura de 'agrotóxicos' é uma maldade satânica daquela gente do MST.

A partir de agora, usamos 'defensivos agrícolas', já que o objetivo dos venenos é proteger você, leitor, das pragas, insetos e parasitas.

O fato de que os 'defensivos' defendem as plantas e aumentam o lucro, independentemente de sua saúde, é desprezível.

E ainda que nossa lógica seja sofrível, não seria bom ficar livre daqueles parasitas que infestam o governo federal?

No próximo capítulo, como evitar o uso impróprio da palavra "câncer".

(Do blog Vi o mundo)

Assim é também a opção do movimento em usar, massivamente, o termo agronegócio como sinônimo imediato de associação ao lucro e à exploração agrícola, embora o uso do termo seja, do ponto de vista da significação, empregado de forma errônea. O termo deveria ser usado para fazer menção a toda e qualquer relação comercial e industrial que envolva a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Isso quer dizer que a agricultura familiar, a agroecologia e outros tipos de agricultura estão condicionados a esse termo, conforme já mencionamos nos primeiros capítulos.

O agronegócio aparece como agente principal da notícia em pelo menos 22 matérias encontradas no site do MST e categorizadas como "Agronegócio". Do mesmo modo, no site da Campanha, e de acordo com a mesma categoria, o termo protagoniza duas notícias. O termo protagonismo é aqui empregado, para determinar o fato de que o movimento usa de forma genérica o termo agronegócio, para se referir à determinadas situações, empresas, políticos, entre outros que estejam, diretamente ou indiretamente, ligados a este sistema. Podemos inferir que há uma personificação ou coisificação do termo.

Citamos como exemplo a notícia "Agronegócio derrota governo e sociedade para mutilar Código Florestal"⁷⁹. O texto relata a votação final do projeto de lei que instituiu o

⁷⁹ MST, Abril de 2012.

Código Florestal. O agronegócio aparece, aqui, como elemento protagonista, porque foram acatados diversos pontos que beneficiam a este modelo. Também sobre a aprovação do Código Florestal, a matéria "Agronegócio se consolida como grande inimigo do Brasil"⁸⁰ enfatiza a preponderância deste modelo na política brasileira.

As matérias trazem títulos ora com adjetivos que demarcam um caráter um tanto quanto devastador do modelo, ora trazem verbos que representam a ação dessa devastação. São verbos como devastar, avançar, acabar e destruir.

Em oposição ao agronegócio, e à própria política, apresenta-se o termo agroecologia. É comum estarem associados a este termo expressões como “resistência”, “alternativa”, “apontar caminhos”, “experiências que dão certo”, como podemos observar, ao tomar como referência o título das matérias (QUADRO 3).

Quadro 3 – Expressões usadas junto ao termo agroecologia

SITE MST (Título das matérias veiculadas)	EXPRESSÕES USADAS	SITE CAMPANHA PERMANENTE (Título das matérias veiculadas)	EXPRESSÕES USADAS
1. Queremos ser os maiores produtores de alimentos saudáveis para a população.	Saudáveis Resistência	1. Agricultura sem venenos: a Agroecologia aponta o caminho	Apontar caminhos Experiências que dão certo
2. A falsa dicotomia entre produção de alimentos baratos e preservação do meio ambiente	Alternativa Outro modelo	2. Curta Agroecologia: vídeos de experiências que dão certo	Alternativas Avanço
3. A resistência da agroecologia frente o poder do agronegócio	Força Necessidade	3. Frente da Agroecologia vai estimular debate sobre alimentação saudável	
4. Agricultores veem na agroecologia a alternativa para o problema da seca	Projeto Popular Experiência	4. Jornada da Agroecologia cobra Reforma Agrária e avanços nas políticas públicas	
5. Articulação Nacional de Agroecologia debate alternativas ao agronegócio	Eficiência Consolidar		

⁸⁰ MST, Outubro de 2012.

<p>6. Assentados tem estimativa de produzir 300 mil sacas de arroz</p> <p>7. Camponeses sofrem perseguição por produção agroecológica em RO</p> <p>8. Cientistas e movimentos lançam carta proposta por outro modelo agrícola</p> <p>9. Colheita do arroz ecológico mostra a força da Agricultura Familiar</p> <p>10. Jornada expressa a necessidade de um projeto popular para a agricultura</p> <p>11. Livro apresenta experiência camponesa cubana sobre Revolução Agroecológica</p> <p>12. Pesquisa demonstra a eficiência de biofertilizantes para a agricultura</p> <p>13. Valmir Assunção_ consolidar agricultura familiar é fazer Reforma Agrária</p> <p>14. Veto do governador do Paraná contra projeto de lei agroecológico é derrubado</p>			
---	--	--	--

O evidente maniqueísmo estabelecido nessa relação (agroecologia boa X agronegócio ruim) demarca para a sociedade as evidências de cada projeto apresentado. Claro, isso não significa, que não haja elementos positivos no agronegócio ou elementos negativos na agroecologia, mas, aqui, é preciso ser objetivo na proposta apresentada, de forma que se reconheça, de imediato, as características atribuídos a um e à outra. A resistência precisa ser apresentada de imediato, sem que haja qualquer tipo de dúvida.

A visibilidade é parte também da resistência e do projeto ambiental. Aqui ela fica mais evidente nas palavras do que nas imagens, uma vez que ambos os sites possuem um *layout* limitado, com pouco uso de fotos e de recursos multimídia. Ainda assim, vez por outra, é possível a incorporação de vídeos aos textos. Um exemplo direto dessa resistência pode ser percebido na notícia que é parte do material coletado no site da Campanha Permanente: “Via Campesina acaba com festa da hipocrisia da CNA e denuncia agrotóxicos”⁸¹. Aqui se mostra, inclusive com fotos e vídeos, a atuação dos movimentos rurais durante um evento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na Rio+20. A ação denunciava o uso indiscriminado de agrotóxicos, atuando como parte da mobilização da Campanha Permanente.

4.2.1.2 Criar agendas

A criação de agendas sejam elas públicas, políticas e midiáticas tem sido protagonizada pelos movimentos a partir de uma ampla exposição de ações e mobilizações nos meios de comunicação de massa tradicionais. Não é, portanto, o que ocorre nesta análise, em que estamos considerando a própria mídia do MST e da Campanha Permanente. Entretanto, o registro realizado pelo movimento, permite-nos observar de que forma acontece a movimentação no espaço midiático e as ações realizadas nesse processo de criação de agendas.

Observamos que, no caso do MST, dada à pluralidade de lutas que o movimento tem empreendido nos últimos anos, há uma intensa competição de temas, concorrendo para se tornarem protagonistas da ação do movimento. Ressaltamos que o “inimigo” está nítido: é o agronegócio e seus excessos que devem ser combatidos. Entretanto, os problemas não podem ser “personificados” apenas nele, uma vez que é preciso fazer com que o público entenda cada uma das ameaças ambientais e suas especificidades.

No caso analisado, em que a Campanha Permanente e os agrotóxicos estão no foco da análise, a questão é disputada com dois outros temas: a votação do Código Florestal e a Rio

⁸¹ MST, Junho de 2012.

+20 e Cúpula dos Povos. A Campanha Permanente possui o desafio de despertar a sociedade para outros valores com relação ao uso dos agrotóxicos, fazendo com que as populações entendam os malefícios que esses produtos causam ao ambiente e à saúde. O desafio é permanente, como diz o próprio nome da campanha. Assim sendo, pela análise das matérias selecionadas, percebemos que a criação das agendas, com relação ao tema dos agrotóxicos, fica um tanto quanto prejudicada, quando há outros temas competindo no espaço midiático. Na categoria a qual denominamos de “Política”, por exemplo, em que consideramos as disputas políticas travadas pelo movimento seja na esfera legislativa ou meramente no embate social das ideias, detectamos que das 135 matérias analisadas no site do MST apenas 9 tratam diretamente da questão dos agrotóxicos, 56 relatam a questão do Código Florestal, e 18 sobre o período da Rio+20 e Cúpula dos povos.

Para sanar o problema da competição entre os temas, percebemos que o movimento tenta conciliá-los, algo que não é impossível, já que os temas ambientais estão interligados, de uma forma ou de outra, não sendo temas divergentes. Nesse sentido, mais uma vez citamos como exemplo o caso da Rio+20 e Cúpula dos Povos, quando o movimento levou a denúncia dos agrotóxicos para as manifestações, embora o eixo central do Encontro da Sociedade Civil fosse a questão da economia verde.

Ressaltamos, ainda, que as estratégias de criação das agendas do MST não se limitam apenas à visibilidade midiática das ações. A formação de uma opinião pública é fundamental para enraizar os temas trabalhados. Nesse sentido, a participação da Academia nas ações do movimento respalda a defesa do projeto político ambiental. Professores e pesquisadores têm-se empenhado na elaboração de pesquisas e documentos, comprovando, de modo geral, os problemas ambientais no campo. O movimento também tem levado e promovido o debate em seminários, congressos e encontros, como parte da estratégia em ampliar as discussões na esfera pública. Além disso, a fala pública dos dirigentes do movimento, emitindo opinião sobre determinado assunto, coloca em evidência a agenda pública e política que está sendo construída.

Embora, a priori, as campanhas ambientalistas tenham prazos determinados – às vezes, ocorrem por conta de uma determinada mudança legislativa, encontro dos chefes de estado ou por conta dos encontros ambientais da ONU –, percebemos que as campanhas ambientais das quais o MST tem participado vem-se arrastando por anos, sem ganhos políticos reais, como é o caso dos agrotóxicos, das sementes transgênicas, entre outros. Nesses casos, os retrocessos ambientais tem sido cada vez mais frequentes, como é o caso da liberação de agrotóxicos, banidos de outros países. Percebemos, dessa forma, que há uma

dificuldade em manter o agendamento público e político do fato por tanto tempo e a tendência é a necessidade de inovar cada vez mais na ação para ganhar a atenção mediática.

Não podemos desconsiderar fatores como a conjuntura política determinada pelo Estado, o boicote dos grandes meios de comunicação ao movimento, um aporte financeiro publicitário maior, e a contra-resposta de Comunicação dos setores agrícolas que se tem utilizado de estratégias semelhantes aos do movimento, como é o caso da Campanha Sou Agro. Desenvolvida pela CNA, a campanha faz um apelo cívico, de forma que as pessoas possam aceitar o agronegócio e conchama agricultores a se mobilizarem por este modelo. Também é preciso considerar que o entendimento sobre a questão ambiental é um tanto quanto difícil, quando pensada sob uma perspectiva de mudança de valores.

4.2.1.2 Conquistar o espaço público, avançar na cidadania

Levando-se em conta o conceito de cidadania comunicativa, apresentado no capítulo anterior, entendemos que a Comunicação exerce aqui um papel importante na construção de uma cidadania baseada na perspectiva ambiental, já que é a partir da ocupação do espaço público mediático que temos uma das principais formas de produção de sentido da cidadania, considerado o lugar onde produzem, negociam e disputam os sentidos ofertados à sociedade. A relação aqui estabelecida torna a Comunicação como mediadora deste processo que atribui responsabilidades, direitos e deveres sobre o ambiente ao cidadão. Neste sentido, o estímulo à participação dos cidadãos torna-se um elemento fundamental, para que as mudanças aconteçam.

O ambientalismo pensado pelo MST abre espaço à participação, à medida que estimula práticas sociais reivindicatórias (MATA, 2005) e a adoção de instrumentos legais de participação. A própria Campanha Permanente em si é uma prática reivindicatória, e abre espaço para a realização de ocupações, marchas, seminários e outras ações. Do ponto de vista jurídico, a campanha incentivou a participação da população em um abaixo-assinado que exigia o banimento, pelo governo brasileiro, da importação, produção e comercialização de 14 agrotóxicos já proibidos em vários países. A ideia era entregar um maior número de assinaturas à presidenta Dilma, conforme mostra a reportagem “Campanha quer banir no Brasil agrotóxicos proibidos em outros países”⁸². Pelo material coletado, não conseguimos identificar quantas assinaturas foram recolhidas e se o documento foi entregue à Dilma.

Um outro exemplo do estímulo dessa participação aconteceu em 2012, quando a campanha lançou uma carta aos candidatos a prefeito de forma que eles incorporassem o fim

⁸² MST, junho de 2012.

dos agrotóxicos, ou de pelo menos parte deles, como compromisso de governo, caso eleitos fossem. A cobrança política, de forma pública, constrange os candidatos e os obriga a, pelo menos, darem uma resposta significativa aos envolvidos. Neste caso, a coleta do material não indicou nenhuma resposta dos candidatos.

Percebemos, ao longo do capítulo e das análises, que, embora o ambientalismo seja um tema que esteja se construindo dentro do MST e que aponta para a perspectiva do novo, a linguagem e a forma de ação do movimento não tiveram sua fórmula alterada, permanecendo estratégias usualmente empregadas pelos sem terra na reivindicação pela Reforma Agrária. Em tempos de mobilizações efusivas pelos movimentos em tempos de globalização, temos observado, apenas, a repetição de procedimentos que já vinham sendo adotados anteriormente, embora a questão ambiental necessite de certos cuidados para ser compreendida. Esse cuidado passa pela adoção de uma linguagem cuidadosa, que possa traduzir determinados termos e conceitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS PARA PENSAR O MEIO AMBIENTE

Esta dissertação discutiu e examinou o ambientalismo na construção da identidade de um dos maiores movimentos sociais da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto, percorremos documentos dos congressos e encontros do movimento e consultamos a literatura existente sobre o assunto. Optamos, ainda, por eleger, como estudo prático, a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida, uma das últimas ações ambientais vivenciadas pelo MST. Isso nos facilitou para que estudássemos, de maneira específica, os elementos que constituem o ambientalismo no MST, analisando os efeitos desta articulação ambiental na mobilização do MST no espaço público, e investigando como a Campanha Permanente contra o agrotóxico e pela vida dá visibilidade aos movimentos sociais dentro da agenda ambiental.

O objetivo principal que norteou este trabalho esteve relacionado a uma observação inicial de que, na última década, o tema meio ambiente assumiu novas proporções dentro do MST, à medida que o agronegócio passou a dominar as relações entre ambiente, trabalho e economia. Neste cenário, as Campanhas tornam-se elementos estratégicos, para questionar o processo de globalização que avança, intensamente, sobre o território rural e que amplia a racionalidade econômica e produtiva sobre o meio ambiente. A Campanha assumiu, neste trabalho, uma dimensão conceitual que não é a expressa pelas campanhas publicitárias, conforme observamos no quarto capítulo. Entretanto, a Comunicação tem um papel fundamental no processo de visibilidade e de colocar o meio ambiente no centro da agenda política, pública e mediática, uma vez que o meio ambiente é fator imprescindível, para determinar os rumos do desenvolvimento planetário. Na maioria das vezes, foram estas campanhas que suscitaram, na sociedade e na mídia tradicional, o debate sobre os problemas ambientais.

É preciso considerar o meio ambiente como um fator ligado à política universal. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido aponta para um processo de politização da natureza que, sob influência dos fatores da globalização, direcionam para a investigação de caminhos que levam à formação de identidades, e de transformações na forma de ação política. O desafio, entretanto, foi perceber este processo num movimento como o MST, cujo diálogo com a questão ambiental é recente e ainda está em plena construção.

Neste trabalho, estudamos o ambientalismo na perspectiva de um outro movimento social que é o MST. A proposta era perceber o uso da Comunicação no processo de

construção das identidades, e do próprio processo de mobilização. O primeiro desafio esteve no processo de contextualização dos movimentos, já que precisamos, a toda hora, entrecruzar a história e o contexto de surgimento do ambientalismo com a história e conjuntura do MST. Apesar de tantos desafios, tentamos fugir dos caminhos usuais da pesquisa em Comunicação ambiental ou em jornalismo ambiental. Estas pesquisas, na maioria das vezes, tem-se caracterizado, apenas, pela tentativa de confirmar como determinado tema ambiental se comporta em um certo veículo de Comunicação ou como uma cobertura jornalística está dentro dos padrões estabelecidos pelo que é conceituado como Jornalismo Ambiental. Trazer os aspectos políticos e sociais da Comunicação que está em contato com a questão ambiental abre novas possibilidades, para se compreender as mobilizações sociais e de que forma este tipo de Comunicação tem sido também pensada pelos movimentos sociais. Com isso, percebemos que a Comunicação não é apenas instrumento, mas, também, um espaço de transformação social e da formação de valores, na perspectiva de superar a crise ambiental planetária.

Como vimos ao longo deste trabalho, o ambientalismo no MST é fruto de um processo paulatino de convencimento do próprio movimento com os dilemas ambientais advindos da ampliação do agronegócio no país. Diante do exposto, constata-se que este ambientalismo se desenvolve a partir de três pontos importantes, tendo a Comunicação como elemento fundamental para a inserção deste projeto político no movimento. O primeiro está relacionado com a noção da articulação em Redes de Movimentos Sociais, que permite uma ampliação da participação de atores nas mobilizações no espaço público. Esses atores estão unidos por uma identidade com os valores políticos e sociais e pelo projeto de transformação social. A resistência é uma das características desta identidade.

O segundo elemento é o resultado dessa articulação em rede. A visibilidade política e midiática é compreendida como uma necessidade primordial, para colocar em discussão os princípios políticos do movimento, denunciar os abusos que estão ligados, sobretudo, à esfera econômica e promover o agendamento de um debate com a sociedade. Por último, temos o elemento da cidadania que, aliada ao processo comunicacional, consegue suscitar novas necessidades de novos direitos sociais em prol de uma sustentabilidade ambiental e economicamente justa.

Destaca-se, ainda, a importância da produção de uma mídia própria ao movimento e da publicação e republicação de notícias de outros sites e fontes de informação pelos sites escolhidos, já que, entre as notícias, há muitas que são produzidas pela Comunicação dos movimentos parceiros do MST e pela própria equipe de Comunicação do movimento. Isso

amplia a possibilidade da notícia atingir outros públicos e potencializar a difusão do ambientalismo e projetar a visibilidade política e midiática do MST. Estes elementos foram possíveis de serem compreendidos graças à análise do material analisado.

A análise da Campanha Permanente nos mostrou que ela é mais uma etapa na construção da identidade do projeto político ambiental no MST, visto que o movimento tem feito um grande esforço político para denunciar constantemente o uso indiscriminado do agrotóxico no país. Entendemos, ainda, que a Campanha cumpre um papel importante dentro do processo histórico do MST, mas não tem desempenhado um papel decisivo e motivador para uma transformação radical do projeto construído. Uma das conclusões que podemos inferir é que a agenda pública, política e mediática sobre a questão dos agrotóxicos ainda precisa ser melhor consolidada, embora a luta com relação a este tema seja antiga.

Ademais, o caráter permanente da campanha implica num número maior de ações e mobilizações planejadas de forma a ocupar o espaço público sistematicamente e por longos períodos de tempo. Compreendemos que o "Permanente" aqui tem um caráter e uma significação que são políticos, de que a luta é continuada. Entretanto, planejar bem é fundamental, para evitar a competição de agendas, uma vez que, dentro do ambientalismo, é recorrente observarmos uma mudança rápida nos temas agendados, já que o movimento ambiental acompanha, com muita frequência, as agendas propostas a ONU.

Observamos, também, que há uma dificuldade da sociedade, em geral, em entender os problemas que ocorrem no campo como parte integrante do sistema ambiental e que afetam, inclusive, os que estão na cidade. Nesse sentido, fortalecer a aliança entre campo e cidade, entre o MST e os movimentos ambientais, é fundamental na construção de um projeto político, no reconhecimento da identidade do movimento e do aprofundamento da inserção nas Redes de Movimentos Sociais, na perspectiva de também construir um internacionalismo no plano político.

A análise da campanha nos mostrou, ainda, que há duas características fundamentais no ambientalismo do MST e que são importantes na constituição da visibilidade tanto do MST quanto do seu projeto político. A primeira está relacionada à ideia de resistência a partir do denunciamento. Este tem sido um elemento central na constituição desse ambientalismo, como forma de publicizar e organizar a luta frente aos novos desafios impostos ao MST e aos que moram no campo. A segunda característica diz sobre o maniqueísmo estabelecido entre os dois projetos (o agronegócio e a agroecologia) que tem sido fundamental, para reforçar que há uma posição diferenciada do Movimento Sem Terra sobre o modelo agrário brasileiro. Como

já vimos anteriormente, esse maniqueísmo é reforçado a partir de uma personificação ou coisificação acerca do agronegócio.

Entretanto, ainda analisando os aspectos da campanha, a visibilidade ficou aquém da esperada no período analisado, observando os seguintes aspectos:

1. A Campanha explorou pouco a condição do MST como “movimento referente” para os outros movimentos e a sociedade, criando poucas situações em que o MST agisse como um catalizador da ação em prol dos agrotóxicos, explorando, dessa forma a imagem pública do movimento, como exemplo de ocupações, marchas, entre outras. Apesar disso, registra-se uma forte atuação do MST na organização da exibição do filme “O veneno está na mesa”.
2. O denunciismo excessivo invisibilizou a agroecologia como alternativa do projeto ambiental, centrando forças em apresentar mais os problemas do que as experiências já realizadas pelo movimento
3. A Campanha não conseguiu explorar a temática dos agrotóxicos de forma a construir uma agenda, conforme já citado.
4. Não há uma preocupação em inovar nas formas de mobilização e visibilidade da campanha. Repete-se, aqui, o roteiro do que os movimentos tem feito costumeiramente. Lança-se a campanha, há um plebiscito ou abaixo assinado, seminários e apresentação das denúncias.

Entendemos estes instrumentos como ações pedagógicas para agregar a população à luta. Entretanto, em tempos de globalização da Comunicação, de resistência em rede e de um descenso dos movimentos sociais frente às grandes mobilizações de massa, é preciso inovar em linguagem e novas formas de mobilização como atrativos para novos tempos de visibilidade.

A Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida não encerra o processo de construção da identidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra frente à questão ambiental e ao projeto que está em curso. Os desafios ainda são muitos diante da complexidade ambiental e das mudanças tecnológicas que impõem novos problemas ao ambiente.

REFERÊNCIAS

AGGEGE, Soraya. **O MST muda o foco**. Carta Capital, 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco> . Acesso em 01/08/2011

ALTVATER, Elmar. Existe um Marxismo Ecológico? **BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

AVRITZER, Leonardo, Teoria Democrática e deliberação pública. Revista Lua Nova, nº 49, São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Agendamento da Política**. IN: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). Salvador: Edufba, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Persona. 1977.

BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **Comunicação e contra-hegemonia: a produção comunicativa como estratégia política do MST**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BERGER, Christa. O caso Aracruz. Do fato ao acontecimento jornalístico (um outro, o mesmo). **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-15, jul. 2006.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOFF, Leonardo. **Dignitas terrae: ecologia, grito da terra, grito dos pobres** . 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. 341p

_____. **Crise: oportunidade de crescimento**. Campinas: Verus, 2002.

BOGO, Ademar. O MST no momento político atual: Situação e perspectivas. **Caderno CRH**, Salvador, n.28, p.281-292, jan/jun 1998.

_____. **Identidade e luta de classes**. 2ºed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BORGES, Juliano Luis. **A transição agroecológica no MST**. 01/07/2007. 183p. Dissertação. Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente&Sociedade**, Vol VIII, nº1, jan/jun 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a04v08n1.pdf>. Acesso em 25/01/2013.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Nº15, Curitiba: Editora UFPR.

CAMPANHA Permanente contra o agrotóxico e pela vida. 2011. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha/o-que-e-a-campanha>>. Acesso em: 29 set. 2012

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____ **Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro,** Editora UFRJ, 2008.

CARTA de Ribeirão Preto: pela reforma agrária, em defesa do meio ambiente. **Jornal Sem Terra.** São Paulo, p. 12-12. mar. 2000

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** V.2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. O papel estratégico da agroecologia para o MST. **Revista Sem Terra.** São Paulo, Edição Especial Agroecologia, p 10-14, 2009-2010.

CORONADO, Jaime Preciado; UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). **Movimentos Sociais na Era Global.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 77-93.

COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. **Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopia.** México:Clasco, 2002. p. 203-215

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo **Perspec.** vol. 15, n.4, 2001, p. 105-118. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10377.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2014.

CÔRREA, Ciro Eduardo; MONTEIRO, Dênis. O MST e a campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. **Agriculturas,** Rio de Janeiro vol.1, nº1, p.40-43, novembro de 2004. Disponível em:<http://goo.gl/JSmNjd>. Acesso em: fevereiro de 2014.

CREPALDI, Lilian. **A aposta na esperança: identidades culturais e sociais nas revistas Sem Terra e Chiapas.** 275 p. Dissertação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Rodrigo A. De Paiva. **Marx e a Natureza em o Capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1995, 2º ed.

ÉBOLI, Evandro. Em 2013, MST registra o menor número de invasões durante governos do PT. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/em-2013-mst-registra-menor-numero-de-invasoes-durante-governos-do-pt-11192302>> Acesso em: 14/04/2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 240p.

ESTEVEZ, João Pissarra. Agenda-setting e efeitos dos Media: o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. IN: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, João Pedro (Org.). **Pesquisa em Media e Jornalismo: uma homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã: Labcom, 2012.

DAGININO, Eveline. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/movimentosnovacidania.html>. Acesso em 18/06/2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. **Jornalismo Ambiental e cidadania: uma análise do programa cidades e soluções**. Monografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

_____. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: As estratégias para a politização do meio ambiente no espaço de visibilidade midiática. **Revista Eletrônica CoMtempo**, v. 4, p. 1-10, 2012.

_____. Análise dos estudos sobre a pesquisa em comunicação e meio ambiente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). IN: **II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**, 2014, Porto Alegre-RS. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 2014.

FONSECA Júnior, Wilson Corrêa. **Análise de Conteúdo**. IN: DUARTE, Jorge; e BARROS, Antônio (Orgs) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho ; SCHWAAB, Reges Toni ; MASSIERER, Carine ; LOOSE, E.B. . Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação e Sociedade**, v. 34, p. 132-152, 2012.

GOHN, Maria da Gloria Gohn. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Wilson. **Esfera Pública Política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas.** IN:GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C.M. Comunicação e Democracia. São Paulo: Paulus, 2008 (a).

_____. **Esfera Pública Política e Comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas.** IN:GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C.M. Comunicação e Democracia. São Paulo: Paulus, 2008 (b).

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** 1º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HECHT, Sussanna B. La Evolución del Pensamento Agroecológico. IN: ALTIERI, Miguel A (org.). **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable.** Montevideu: Editora Nordan-Comunidad, 1999. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/doc/ebooks/altieri.pdf>>

JACOBI, Pedro. "Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas." **Revista de Administração pública** 34.6 (2000): 131-a.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, Hector Ricardo; D'AMATO, José Luis. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. IN: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade Sustentável.** Recife: INPSO-FUNDAJ, 1994. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129023744/cavalcanti1.pdf>

LEIS, Hector. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Montevideo: Coscoroba, 2004.

LYCARIÃO, Diógenes. **Greenpeace, espetáculo e internet: o inter cruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública.** Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

LÖWY, Michael. **De Marx ao ecosocialismo.** São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/Artigos/De%20Marx%20a%20Ecosocialismo.pdf>. Acesso em: 20/11/2011

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação: razão crítica e o uso público da razão. IN: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Visibilidade Midiática e Deliberação Pública. IN: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARZOCHI, Samira Feldman. O Fim do Planeta como espetáculo questões ambientais e representações simbólicas a partir do Greenpeace. IN: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPAS), 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAS, 2010. Disponível em <<http://anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT8-54-25-20100903231712.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2014.

MATA, Maria Cristina. **Condiciones objetivas y subjetivas para el Desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba, Argentina, 2005: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina.

_____. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteras: estudios midiáticos**. Córdoba, Vol. VIII, nº1, Janeiro/abril 2006.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MELO, Paula Reis. Tensões entre fonte e campo jornalístico: um estudo sobre o agendamento midiático do MST. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2008.

_____. 25 Anos do MST: um breve histórico de sua visibilidade midiática. **Memória e Movimento**, v. 03, p. 43-60, 2011.

MORAES, Denis. Comunicação Virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, vol. XXIII, n. 2, julho/dezembro de 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST**. 2000. Disponível em: <www.mst.org.br/node/4677>. Acesso em: 30 set. 2013

NEGRI, Paulo Sérgio. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, Paraná**. Dissertação. Londrina Paraná, 2005.

NIEMEYER, Carolina Burle. **Contestando a governança global: a rede transnacional de movimentos sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Guilherme Jeronymo Pereira Hernandes. Ideologia e Dialogia: uma leitura sobre as estruturas de comunicação do MST Nacional. **Extraprensa**, São Paulo, vol.1. Nº 1E, 2010.

PERLI, Fernando. **A Luta divulgada: um movimento em (in) formação. Estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Assis, 2007, 333p.

PRIMAVESI, Ana. Ana Primavesi: uma pioneira da agroecologia no Brasil. **Editora Horizonte**, Julho de 2013. Entrevista concedida a Sucena Shkrada Resk. Disponível em: <<http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/1796/ana-primavesi-uma-pioneira-da-agroecologia-no-brasil>>.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: O impacto nos movimentos sociais brasileiros. IN: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 54. Paraná: Novembro/2005. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm#_ftn3. Acesso em 25/04/2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Editora Afrontamentos, 1994, 7ª edição.

_____ A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Nº 72, 7-44, outubro de 2005.

_____ Toward a New Legal Common Sense. London: Butterworths, 2002.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. **O MST e a questão Ambiental: uma cultura política em movimento**. Dissertação. 01/08/2008, 177p. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Paraná, 2008

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais de luta pela terra (nota técnica para CGEE-GSI)**. Brasília, 2007a. Disponível em: http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_movimentos_sociais_de_luta_pela_terra.pdf.

_____ A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, v. 15, n. 1, p. 5-22, 2007b.

_____ Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade estado*. 2006a, v.21, n.1, p. 109-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: Setembro de 2012.

_____ Redes Sociais na sociedade de informação IN: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

 Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. **Cadernos de Pesquisa**, nº 24, Santa Catarina, Novembro 2000.

Redes de Movimento Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST lutas e conquistas**. São Paulo:2010. 2º ed.

SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST (Org.). **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. Volume 1. São Paulo/Brasília: 2007.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. IN: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. In: **Organ. Rurais agroind.** Lavras (MG), n. 1, v. 7, p. 70-81, 2005.

SANCHÉZ, Solange S. Silva. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf> . Acesso em: 10/10/2009.

SOUZA, Jean Carlos Vilas Boas. Cidadania Verde na sociedade da comunicação: caminho para mudar o organismo global. **UNIrevista**: Porto Alegre, Volume I,nº3, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_BoasSouza.PDF. Acesso em: 05/10/2009.

STÉDILE, João Pedro. "Estranhemos tanta perseguição contra nós". **Carta Capital**. São Paulo, outubro de 2009. Entrevista concedida à Cynara Menezes.

 Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ºed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Entre la Luz y la Sombra**. México: Maio de 2014. Disponível em <http://desinformemonos.org/2014/05/adios-al-subcomandante-marcos-nace-galeano/print/>. Acesso em: 26 de maio de 2014

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento Ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume, 2001. 226 p.

TORRES, Cristiane Lima. **Educação não-formal na Marcha Nacional pela Reforma Agrária: um estudo sobre a formação humana em movimento**. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

_____. O simbolismo do MST na marcha e mística: espaço itinerante de formação humana. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 110, Ano X. Maringá, PR, julho 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3, Brasília, janeiro-junho de 2010, pp. 133-160. Acesso em: abril/2014. Disponível em : <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562/5289>

VIA CAMPESINA. **Manifesto das Mulheres Camponesas** (documento icônico). Rio Grande do Sul: 2006.

_____. **Agitação e propaganda no processo de transformação social**. São Paulo: Coletivos de Comunicação, cultura e juventude da Via Campesina, 2007.

_____. **Mulheres na luta contra a violência do agronegócio e dos agrotóxicos: por reforma agrária e soberania alimentar** (documento icônico). São Paulo: Via Campesina, 2011.

VIEIRA, Litz. **Os Argonautas da Cidadania – Desafios da sociedade na globalização**. São Paulo: Editora Record, 2001.

VIGNATTI, Marcilei A.P. **De “coisa de pequeno burguês” para um debate relevante: a trajetória ambiental do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) 1984/2004**. Dissertação UCB, Brasília DF: 2005.

VIOLA, Eduardo. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.3, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm.

ZACCHI, José Vanderlei. **Linguagem e cultura na construção da identidade do sem-terra**. 228p. Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

WALDMAN, Maurício. **Natureza e sociedade como espaço de cidadania**. IN: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassabezi (Org.) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. E.P. Thompson, la centralidad política de la clase y la izquierda académica actual. **Sinpermiso**. Madrid, 13 de set. de 2013. Disponível em <<http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=6287>>. Acesso em 22/02/2014

ANEXO A – LINHAS POLÍTICAS REAFIRMADAS NO IV CONGRESSO DO MST

Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST - 2000

12 de setembro de 2007

1. Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária
2. Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).
3. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projeta na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.
 - > Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc..
 - > Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.
 - > Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto elites, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.
4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.
5. Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.
6. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra.
 - > Organizar calendários para as atividades solidárias.
 - > Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo).
 - > Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas.
 - > Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades.
 - > Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades.
 - > Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais.
7. Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.
 - > Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.
 - > Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.
 - > Apoiar os movimentos de luta pela moradia.
 - > Organizar acampamentos.
8. Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa.
 - > Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras.

30/09/13

Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST - 2000 | MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

- > Defender a cultura brasileira frente as agressões culturais imperialistas.
9. Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil.
 10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.
 - > Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.
 - > Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões.
 - > Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.
 - > Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido.
 11. Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária.
 12. Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano. (tendo como referência dia 17 de abril).

Linhas Políticas

1 2 3 4

FONTE: Site do MST

Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST - 2007

12 de setembro de 2007

CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultivo em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Bmf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos litadores e litadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.
9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.
10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada

300913

Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST - 2007 | MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.
12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.
14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.
15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.
16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitários e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.
17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembleia Popular nos municípios, regiões e estados.
18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais ceder e lutar sempre.

REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Brasília, 15 de junho de 2007

Linhas Políticas